

GIUSEPPE TOSI

TERRA E SALÁRIO PARA QUEM TRABALHA.

Um estudo sobre os conflitos sociais no Brejo Paraibano

Dissertação apresentada ao Mestrado em Sociologia Rural do Centro de Humanidades da Universidade Federal da Paraíba, como requisito para a obtenção do grau de MESTRE.

Orientador: Prof.^a Gisélia Franco Potengy

Área de Concentração: Sociologia Rural

CAMPINA GRANDE-PB

Agosto/1988

GIUSEPPE TOSI

TERRA E SALÁRIO PARA QUEM TRABALHA. UM ESTUDO
SOBRE OS CONFLITOS SOCIAIS NO BREJO PARAIBANO.

Dissertação aprovada em ___/___/1988

Prof.^a GISÉLIA FRANCO POTENGY
Orientadora

Prof.^a REGINA CÉLIA REIS NOVAES
Componente da Banca

Prof.^a CRISTINA MARIM
Componente da Banca

Prof. MAURO GUILHERME PINHEIRO KOURY
Componente da Banca

DIGITALIZAÇÃO:

SISTEMOTECA - UFCG

CAMPINA GRANDE - PB

Agosto/1988

À memória de Claudete.

AGRADECIMENTOS

Queria expressar o meu agradecimento as pessoas e entidades que, de várias maneiras, permitiram a realização desta pesquisa:

- a Gisélia Potengy, que com competência, paciência e dedicação me orientou e acompanhou nos "caminhos e descaminhos" durante toda a elaboração da dissertação;
- A Regina Novaes, que me propiciou elementos e sugestões extremamente valiosos para o quadro teórico e a pesquisa de campo. Na convivência com Regina e Beto, dentro e fora da Universidade, aprendi que é possível manter ao mesmo tempo um engajamento militante, e realizar um trabalho acadêmico sério e competente;
- a Paola Cappellin, pelas observações na fase de elaboração e pelas preciosas indicações bibliográficas;
- a Annalisa, pelas discussões contínuas e enriquecedoras durante a elaboração, pela revisão minuciosa do texto, e pelo fato de ter assumido o "onus" de uma grande parcela do meu trabalho no SEDUP e na assessoria ao movimento; como diziam já os antigos romanos: "Amicus certus in re incerta cernitur";

- a Sedy, colega no curso de mestrado e em outras vicissitudes da vida que sempre me estimulou e animou nos momentos difíceis da elaboração e não somente nestes;
- a todos os professores e colegas do mestrado de sociologia pelas ricas discussões durante os cursos e seminários e pela preocupação constante de construir uma universidade aberta e engajada nos problemas da sociedade;
- a toda a equipe do "SEDUP" - Valéria, Inez, Annalisa, Lola, Pablo, Zezinho, Viviana, Camêlo, Orlandil, Erandir, Silva, Gil, Ana, Angela, Clovis, na convivência com os quais aprendi a conhecer e amar o Brasil que luta para transformar esta sociedade, que me forneceram dados e experiências valiosas para as pesquisas e assumiram uma parte do trabalho de minha responsabilidade;
- um reconhecimento especial vai a Valéria pelo estímulo e sugestões sempre criativas e instigantes;
- a Lola e Luciana, que colaboraram na coleta dos dados e nas entrevistas com as lideranças sindicais;
- aos trabalhadores, dirigentes e asséssores do movimento popular que suportaram as longas entrevistas, mesmo sem entender o meu afastamento do trabalho de assessoria e os possíveis retornos desta pesquisa para o movimento popular;

- aos agentes de pastoral da Diocese de Guarabira, que me ofereceram hospitalidade e informações durante o trabalho de campo, e em particular a dom Marcelo que colocou à disposição o "eremitério São Gabriel", um local ermo e idílico situado nas encostas da Serra da Borborema, afastado das "tentações do mundo", e que me foi de grande ajuda para levar a bom termo a empresa;
- as irmãs Izabel e Lezita, pela revisão ortográfica e sintática do meu português: os possíveis erros que por ventura permaneceram, não são atribuíveis a elas, mas a minha obstinação em escrever em "italianês";
- a Inez, que acompanhou desde o começo, todas as fases da pesquisa, dando sugestões, colaborando na coleta dos dados, na interpretação e classificação das entrevistas e na elaboração da cronologia; a sua presença carinhosa e o seu incentivo tiveram um valor inestimável nos momentos difíceis da convivência quotidiana;
- a Jussara e Irene que viram reduzido o tempo a elas dedicado pelo pai, e suportaram os meus "agora não posso, estou fazendo a tese!";
- a Antônio Ramalho pelo zelo demonstrado no trabalho de datilografia;
- finalmente a ANPOCS, e a "Inter American Fundation", que ofereceram uma bolsa de pesquisa para a realização da dissertação e sua reprodução.

Guarabira-Pb, 01 de agosto de 1988

RESUMO

A expansão das relações de produção capitalista no campo, que se acelera na última década após a implantação do "PRO-ÁLCOOL" está provocando a expulsão dos moradores dos engenhos e usinas e dos arrendatários das fazendas de pecuária.

Este processo encontra uma resistência dos trabalhadores rurais, que abrem duas principais frentes de luta: ¹⁾ a luta pela terra - os chamados "conflitos de terra" -, que possuem um caráter de resistência à expulsão e a proletarização e que tem como protagonistas os pequenos produtores sem terra; ²⁾ e a luta pelo salário, ou mais amplamente pelos direitos trabalhistas, que tem como protagonista uma nova categoria emergente, os assalariados rurais (luta esta que pode resultar em alguns casos na conquista da terra, e permitir uma certa reprodução camponesa).

Estas lutas, enquanto resposta a um único movimento do capital no campo, que combina ao mesmo tempo a expropriação e a exploração, são consideradas como complementares e contemporâneas.

O autor investiga também as repercussões destas lutas na constituição de novos movimentos sociais. Neste sentido analisa a relação entre os conflitos sociais e as duas principais instituições presentes no campo: a Igreja Católica e o Movimento Sindical de Trabalhadores Rurais mostrando o papel de articulação e de integração na construção de um novo sujeito político emergente das lutas.

Sujeito político que foi investigado sobretudo a partir do papel exercido pelas lideranças.

ÍNDICE

	Página
INTRODUÇÃO	1
Diferenciação social e participação política do campesinato.	1
Âmbito e método da pesquisa	18
CAP. 1 - CARACTERIZAÇÃO DA REGIÃO	22
1.1 O brejo paraibano	22
1.2 A agroindústria canavieira no brejo	28
1.3 A expansão do capitalismo e diferenciação do campesinato	36
CAP. 2 - A LUTA CONTRA A EXPROPRIAÇÃO: OS CONFLITOS DE TERRA	43
2.1 As formas de resistência	48
2.2 A superação do isolamento	53
2.3 A dinâmica dos conflitos	57
CAP. 3 - A LUTA CONTRA A EXPLORAÇÃO: OS CONFLITOS TRABALHISTAS	73
3.1 Das campanhas trabalhistas aos dissídios coletivos	73
3.2 As ações e os acordos trabalhistas	84
3.3 Os conflitos trabalhistas pela posse da terra..	89
3.4 A sub-representação dos assalariados rurais....	92
CAP. 4 - EXPROPRIAÇÃO E EXPLORAÇÃO: DUAS FACES DA MESMA MOEDA	100
CAP. 5 - ANTECEDENTES DO MOVIMENTO SINDICAL NO BREJO	110
5.1 Liga e "Sindicato Cirstão": 1961-1964	110

	Página
5.2 Os sindicatos do Funrural: 1964-80	124
5.3 Continuidade e descontinuidade	141
CAP. 6 - A IGREJA E O MOVIMENTO POPULAR NO BREJO	150
6.1 A Pastoral Social da Diocese de Guarabira	153
6.2 Uma identidade político-religiosa	165
CAP. 7 - O NOVO SINDICALISMO DOS ANOS 80	174
7.1 Os trabalhadores rurais voltam a cena política.	174
7.2 A renovação do sindicalismo rural	181
7.3 As novas lideranças sindicais: da missão a profissionalização	186
CONCLUSÕES	220
BIBLIOGRAFIA	225
ANEXOS	237

LISTA DE MAPAS

	Página
Mapa 1 - Micro-regiões homogêneas da Paraíba	23
Mapa 2 - O brejo paraibano	27
Mapa 3 - Localização do parque agroindustrial canavieiro da Paraíba	30

LISTA DE TABELAS

	Página
Tabela nº 1 - Conflitos de terra no Brasil	63
Tabela nº 2 - Conflitos de terra na Paraíba	64
Tabela nº 3 - Conflitos de terra no Brejo	68
Tabela nº 4 - Conflitos trabalhistas coletivos	98
Tabela nº 5 - Sindicatos de Trabalhadores Rurais fundados no Brejo de 1962 a 1964	112
Tabela nº 6 - Sindicatos de Trabalhadores Rurais fundados no Brejo de 1972 a 1974	126
Tabela nº 7 - Cronologia: 1980-87	206

LISTA DE ANEXOS

	Página
Anexo nº 1 - Ficha de conflito de terra.....	240
Anexo nº 2 - Relação dos assalariados da cana com a terra ..	245
Anexo nº 3 - Condições de trabalho dos assalariados da cana.	248
Anexo nº 4 - Direitos dos assalariados da cana	251
Anexo nº 5 - Condições de vida das famílias dos assalariados da cana	254
Anexo nº 6 - Dossier do "Caso Margarida"	259
Anexo nº 7 - Panfleto de chapa de oposição sindical	266

INTRODUÇÃO

DIFERENCIAÇÃO SOCIAL E PARTICIPAÇÃO POLÍTICA DO CAMPESINATO

No final da década de cinquenta, o aparecimento das Ligas Camponesas na cena política nacional obrigou a uma revisão de alguns estereótipos sobre o campesinato. A partir deste momento a imagem do camponês submisso e resignado a sua condição secular de dominação foi violentamente e repentinamente questionada e substituída pela imagem do camponês subversivo, e radical.

Mas iniciou-se um outro debate quanto ao significado e ao valor político destas lutas: em que medida elas representariam uma efetiva participação política do campesinato e para qual projeto político estariam contribuindo.

Na literatura sobre os movimentos sociais no campo, é comum encontrar a afirmação de que o campesinato, à diferença do proletariado urbano, tem uma debilidade orgânica de representação política, é uma classe que possui uma "baixa classidade", "que não pode se representar a si mesma, mas precisa ser representada". (1)

(1) Cfr. HOBBSBAM, 1987, pag. 41 e 47 (as citações entre aspas são de Shanin e Marx).

Os empecilhos que se entreporiam ao processo de auto-consciência do campesinato enquanto classe capaz de defender e representar os seus próprios interesses, seriam de natureza variada. Em primeiro lugar a grande *heterogeneidade* interna. (2) Falar em "campesinato" significa falar numa pluralidade bastante diversificada de sujeitos.

No caso brasileiro, assalariados, sem terra, e pequenos produtores poderiam ser as principais categorias, marcando limites no interior de um "continuum" ainda em processo de diferenciação. (3) A questão que se coloca, neste caso, é identificar qual fração ou camada do campesinato é mais "revolucionária" e portanto que luta tem um potencial maior de transformação social.

Uma segunda ordem de argumentos é relativa ao *isolamento* em que o campesinato vive, isolamento geográfico, social e político, que significa a exclusão do camponês do mundo "por excelência" da cidadania, o mundo urbano, o mundo da "polis". (4)

A questão que se coloca é em que medida as lutas esta-

(2) Ao caracterizar a heterogeneidade precisamos fazer uma distinção entre as diferenças econômicas e políticas. Por exemplo, a maioria das análises marxistas do campesinato faz referência à famosa distinção de Lênin entre camponeses ricos, médios e pobres, resultantes da dissolução da comuna russa. Já Gramsci introduz outros critérios, ao se referir aos camponeses italianos, tais como as diferenças resultantes da questão regional (os camponeses do "mezzogiorno") da questão religiosa (os camponeses católicos) e até da questão nacionalista (os camponeses do friuli em luta pela independência da Áustria). (GRAMSCI, relatório ao III Congresso do PC, 1926, in GRAMSCI, 1966)

(3) Para uma descrição mais completa das principais categorias e lutas existentes no campo brasileiro hoje, Cfr. GRZIBOWSKI, 1987).

(4) PALMEIRA, 1976; GRZIBOWSKI, 1987.

riam significando uma superação deste isolamento ou acentuando um certo corporativismo camponês.

Uma terceira ordem de argumentos coloca um forte questionamento quanto à contemporaneidade das lutas camponesas, consideradas como expressão de relações de produção em via de desaparecimento e portanto lutas "atrasadas" ou até "reacionárias", no sentido de se contrapor a "corrente principal da história".

Podemos identificar, na literatura, uma primeira corrente de pensamento que coloca (ou delega) a solução do problema ao desenvolvimento das forças produtivas resultante da "penetração do capitalismo no campo", que está alterando profundamente as relações de produção e criando as condições para a superação do atraso, do isolamento e da heterogeneidade. É o caminho que podemos definir da "homogeneização via proletarização".

Nesta perspectiva se faz uma diferença fundamental entre um setor "contemporâneo" e um setor "atrasado", separando as lutas dos operários agrícolas - fração rural da classe operária - das lutas dos pequenos produtores - fração rural da pequena burguesia. As primeiras lutas seriam progressivas e caminhariam em direção a uma consciência coletiva de classe e a um projeto classista de transformação social, junto com o projeto proletário.

Se concede a estas lutas o mesmo "status" das lutas do proletariado industrial, que se encontra tradicionalmente consolidado no pensamento marxista. As lutas dos pequenos produtores pela terra teriam um caráter atrasado, porque tendem a preservar, anacronicamente, relações de produção inevitavelmente destinadas a desaparecerem.

Neste sentido, pelo seu caráter conservador, de manuten

ção do passado, e até "reacionário" de reação a um progresso do capital, obstaculizariam, em lugar de favorecer, a construção de um projeto unitário da classe trabalhadora.

Num recente artigo sobre "Movimento Operário e Luta pela Terra", encontramos afirmações que vão nesta direção. Afirma a autora:

"A Reforma Agrária, por pressupor um segmento do proletariado aspirando a transformar-se em camponês ... significou a divisão da classe operária em dois projetos distintos".(5)

E mais adiante:

"A 'campesinização' proposta, implicava na desconcentração da propriedade agrária, enquanto propriedade do capital, ela significava uma tendência a reverter a realidade da concentração dos meios de produção, o que, além de inexequível, apresentava, em quanto proposta, um retrocesso histórico. Assim sendo, em nossa opinião, a Reforma Agrária teria sido uma luta atrasada".

Concluindo desta forma:

"Além da Reforma Agrária escamotear o socialismo, uma vez que divide a sociedade em dois projetos distintos (campo e cidade), ela é também incapaz de favorecer a unidade da luta política de todos os segmentos da classe operária".(6)

(5) SOUZA, 1985, pag. 103. Cfr. também SANDRONI, 1980.

(6) Idem, pag. 121.

Não nos interessa aqui entrar no mérito das afirmações, o que parece importante é investigar os pressupostos, a partir dos quais as afirmações são fundamentais. Entre eles assinalamos; que na visão da autora, a homogeneidade da classe é o ponto de partida e a condição necessária para a unificação do seu comportamento, e a concentração dos meios de produção constitui um avanço histórico para a passagem ao socialismo.

Estas posições encontram seus fundamentos teóricos nos estudos de Marx e Engels sobre as formações precapitalistas e nas obras históricas dos dois autores, em particular o "locus classicus", sempre citado, é a passagem de Marx sobre os camponeses franceses do "18 Brumário". (7)

O debate continua durante a Segunda Internacional através das obras de Kautsky ("A Questão Agrária") e de Lênin ("O desenvolvimento do capitalismo na Rússia") e encontra uma das suas formulações mais acabadas na polêmica entre marxistas e "narodnik" sobre o caráter da revolução russa e o papel do campesinato. (8)

É uma tendência que atribui ao proletariado uma "proeminência ontológica como sujeito de transformação" - para utilizar uma expressão de GRZIBOWSKI (9) que é definida, não tanto a partir de uma fenomenologia do comportamento operário, mas de uma análise teórica da natureza do trabalho e das relações de produção no sistema capitalista. (10)

(7) MARX, 1977.

(8) Cfr. WALICKI, 1984 e HEGEDUS, 1984.

(9) GRZIBOWSKI, 1987, pag. 32.

(10) Ver a respeito o livro de André Gorz "Adeus ao Proletariado" (GORZ, 1982).

Esta visão prejudicou a compreensão que o marxismo teve do campesinato e da questão agrária em geral. Como afirma um estudioso da questão camponesa, na III Internacional:

"Apesar das contribuições efetivas que o campesinato deu para a revolução russa, a relação com a questão agrária continuava (na II Internacional) permeada pela visão obrerista e urbana da questão, pela visão puramente taticista da aliança operário-camponesa... pela incapacidade de fazer uma análise que partisse das dinâmicas reais da luta de classe existentes no campo, que derivava de uma estrutura teórica, muitas vezes, separada da análise dos movimentos reais ... e pela visão linear e evolucionista do processo de transformação social, pela qual o camponês aparece como um vestígio de um modo de produção anterior que será inevitavelmente superado, e destinado a desaparecer". (11)

Ao questionar estes pressupostos, podemos seguir uma linha de raciocínio que vai em outra direção:

. As diferenças internas não são "ambiguidades e excrecências" (12), que devem ser eliminadas - deixando esta tarefa ao desenvolvimento das forças produtivas do capital - para poder chegar as formas "puras", ao "proletariado" e ao "campesinato"; ao contrário, é a partir desta heterogeneidade que se constrói a classe social. Não existem formas "puras" e, mesmo se existissem, não representariam nenhuma garantia, por si só, de um maior ou menor "avanço" ou "retrocêsso" histórico.

. Não há nenhum fatalismo histórico que faça com que o

(11) RIZZI, 1985, passim.

(12) SOUZA, 1985, pag. 103.

desenvolvimento das forças produtivas de tipo concentrador constitui a forma mais simples e mais "viável" para chegar ao socialismo.

Como afirma Bruno Trentin a respeito da consciência operária:

"Não há classe 'pura' que exprima de modo unívoco sua vocação histórica. Na realidade, a classe operária está em formação continuada; trata-se de um dado 'em construção' em sua estrutura interna, em seus aspectos subjetivos, as tradições culturais diferentes e contraditórias que aí se desenvolvem, nas ideologias impregnadas de contaminações recíprocas agindo ao seu interior".(13)

Neste sentido, ao estudar a questão política no campo, a nossa análise se aproxima de outra corrente de pensamento, representada por José de Souza Martins. Em "Expropriação e Violência", o autor afirma:

"Em nosso país, nos dias de hoje, o capitalismo articula num só tempo, ainda que em espaços distintos, a expropriação e a exploração, processo que, a rigor, se deram separadamente na história clássica do capital".

E continua:

"O capital se expande no campo, expulsa, mas não proletariza necessariamente o trabalhador. É que uma parte dos expropriados ocupa

(13) TRENTIN, Bruno, in Thiollent, 1982, pag. 260/261.

novos territórios, reconquista a autonomia do trabalho pratica uma traição às leis do capital".

Concluindo:

"A unidade das lutas, reivindicações, propósitos, projetos, esperanças dos trabalhadores do campo e da cidade - dos colonos, bôias-frias, clandestinos e fichados, posseiros, operários, dos brancos e índios - não pode ser, portanto uma unidade simplesmente social, como se todos vivessem nas mesmas condições históricas e percebessem do mesmo modo os problemas da sociedade e sua solução. Essa unidade somente existirá se fora elaborada politicamente, se for unidade da diversidade". (14)

Esta concepção tem o mérito de ressaltar o caráter de complementariedade e contemporaneidade das lutas no campo, superando a concepção tendencialmente "obrerista" anterior, e de colocar o problema da unidade política no campo como "unidade na diversidade". Mas, há aspectos do pensamento de José de Souza Martins que, às vezes, contradizem suas próprias afirmações. Na medida em que, por exemplo, acentua demasiadamente o papel da luta pela expropriação no campo, como afirma no mesmo texto citado:

"As grandes inquietações no campo, os conflitos cada vez mais numerosos, são determinados pelo processo de expropriação da terra.

(14) MARTINS, 1982, pag. 16, 12, 20. Cfr. também a polêmica entre MARTINS, SANDRONI, SILVA, WANDERLEY in "Pequena Produção Agrícola. Antimito da produção capitalista no campo. Crítica aos críticos". (MARTINS, 1986).

A exploração do trabalho é um problema que aparece em segundo plano, muitas vezes embutido na propriedade e por ela escamoteado. É exatamente o contrário do que acontece nas grandes cidades, na indústria". (15)

Ou quando fundamenta o caráter anticapitalista dos conflitos no campo na distinção entre "terra de trabalho" contra a "Terra de negócio":

"O próprio capital impõe, no Brasil moderno, a luta pela terra como luta contra a propriedade capitalista da terra. É a terra de trabalho contra a terra de negócio". (16)

Desta forma, apesar de ter afirmado a complementariedade entre o processo de exploração e de exploração dos trabalhadores, o autor, tende a acentuar o papel prioritário da luta pela terra e a desvalorizar a luta salarial no campo. Enquanto na primeira concepção - de tipo "obrerista" - a "clivagem" fundamental para a participação política do campesinato é entre "proletários" e "pequenos burgueses", nesta concepção - tendencialmente "ruralista" - o divisor de água se dá entre "operários" e "camponeses" que constituiriam duas classes economicamente e socialmente diferentes.

Enquanto na primeira concepção a ênfase é dada ao coletivo, na segunda adquire valor a autonomia camponesa. Enquanto na

(15) MARTINS, 1982, pag. 12.

(16) Idem, pag. 61. Cfr. também MARTINS, José de Souza, "O documento da terra prometida", in "Reforma Agrária", Boletim da ABRA, Ano X, nº 2, pag. 44, 1980.

primeira concepção o "projeto proletário" tende a subordinar o "projeto camponês", na segunda o "projeto camponês" é, de certa forma, proeminente para as atuais condições do capitalismo brasileiro. (17) Ambas as posições parece-me ter uma visão parcial do problema, que deve ser enfrentado levando a discussão para outro patamar.

Sem diminuir a importância das diferenças oriundas das formas variadas de inserção - do operário e do camponês - no processo produtivo, queria chamar a atenção e focalizar a minha análise sobre um aspecto óbvio, mas às vezes negligenciado, de que qualquer processo de tomada de consciência é um processo político.

Ele deve ser analisado levando em conta a estrutura produtiva da sociedade e os interesses diferentes que os sujeitos sociais expressam a partir da sua inserção nesta estrutura, mas igualmente o contexto político em que se desenvolve, as condições concretas que enfrenta e os mediadores que o estruturam.

O próprio José de Souza Martins, ao comparar as diferenças entre operariado e camponeses, afirma:

"O trabalhador coletivo, cuja produção é socializada pelo capital, vive diariamente a contradição irremediável entre o caráter social da produção, no capitalismo e a apropriação privada, capitalista, dos resultados da produção coletiva.

(17) Este debate é um debate político, fruto das diferentes práticas junto aos movimentos sociais, e não se limita aos ambientes acadêmicos, mas transborda para o cotidiano, onde assume a feição de uma contraposição entre a luta pela terra e a luta pelo salário, que permeia o discurso e orienta a prática de vários atores sociais, de forma mais ou menos elaborada, consciente e assumida, mas recorrente nos embates políticos.

Por isso o trabalhador da fábrica *sabe, no limite*, que, para libertar-se dessa violência e dessa contradição tem que se libertar junto com os seus companheiros, não pode libertar-se sozinho.

Para escapar do seu cativeiro tem que libertar a sociedade inteira, transformá-la, fazer com que a produção social se complete com a apropriação igualmente social daquilo que foi produzido pelo esforço solidário e fraterno de todos os trabalhadores".

"Os fundamentos da conduta e da consciência do lavrador do campo são completamente diferentes (do operário). Um camponês não tem a mínima condição de pensar e agir como um operário, porque ele é socialmente outra pessoa, isto é, pertence a outra classe social, cujas relações sociais são de outro tipo, cujos horizontes e limites são outros. Esperar que os lavradores do campo, os posseiros, os arrendatários, os colonos, os parceiros, os pequenos proprietários ajam como se fossem operários aprendam a pensar como a classe operária, é esperar o impossível. Essa espera é um absurdo e, quando se transforma numa exigência político-partidária, é até mesmo um crime".(18)

As indagações que surgem frente a este texto, vão justamente em direção à explicação daquele "sabe, no limite". Será que efetivamente o trabalhador vive esta contradição como "irremediável" e percebe como única saída a necessidade de se libertar junto com seus companheiros "num esforço solidário e fraterno de todos os trabalhadores"? De onde lhe vem este saber? Será que o operário, ao entrar numa greve, tem consciência que está transformando a sociedade inteira, ou quer simplesmente aumen-

(18) MARTINS, 1982, pag. 37.

tar o seu salário e melhorar suas condições de vida nos marcos da sociedade existente?

Da mesma forma o camponês que luta pela terra está lutando para transformar a sociedade ou simplesmente para ter o seu roçado pedaço de terra para plantar?

O processo de tomada de consciência coletiva não é automático e não deriva necessariamente das posições que os sujeitos sociais ocupam na estrutura produtiva, é um processo político que não se dá imediatamente, mas é mediado pelas instâncias sociais.

E isto vale tanto para os trabalhadores do campo e da cidade⁽¹⁹⁾. Os interesses econômicos constituem o ponto de partida de um processo de participação política e não o ponto de chegada.

Neste sentido, podemos nos perguntar até que ponto as duas concepções, compartilham um pressuposto comum, que chamarei de tipo "substantivista", isto é que o "ser de classe" determina o comportamento político dos atores sociais. Este pressuposto se funda na distinção entre as "classes em si" e as "classes para si" feita pela primeira vez por Marx, na "Miséria da Filosofia".⁽²⁰⁾

Nesta perspectiva o problema que se coloca consiste na maneira concreta de transformar o objetivo, as classes definidas ao nível das relações de produção, em subjetivo, as classes

(19) Como afirma Shanin "quase sempre se compara o proletariado a partir de um comportamento idealizado, teórico, ao mesmo tempo em que o campesinato é considerado a partir de seu comportamento prático, concreto". (Citado in ROMANO, 1986, pag. 09.

(20) MARX, 1982. Há um debate antigo no marxismo entre a concep

definidas como atores históricos.

Conforme a concepção substantivista:

"Existem interesses operários objetivos, unívocos e definidos a partir da natureza da estrutura econômica e que, neste sentido, constituem a base sobre a qual se eleva a consciência de classe, ou emergiria a classe operária enquanto "classe para si". Daí advém a necessidade de enfrentar a questão da formação desta consciência, respondendo à pergunta de como transformar o que existe no econômico (as "classes objetivas", foco central da questão) em algo político e ideologicamente perceptível (isto é, "as classes enquanto atores sociais históricos"). (21)

Estas considerações nos levam a assumir uma concepção da classe de tipo "relacional", isto é, a afirmar que o processo de construção da classe não pode ser definido "a priori", a partir de atributos intrínsecos, mas a partir da relação historicamente determinada que a classe constroi com os outros atores sociais em jogo.

A atenção passa da conceituação dos lugares de cada classe ou fração de classe na estrutura das relações de produção para o processo de luta de classe.

Conforme Thompson:

ção da dinâmica do capitalismo como desenvolvimento necessário de leis inexoráveis do capitalismo que levariam inevitavelmente a sua superação, e a concepção do materialismo histórico que privilegia como foco de análise a luta de classe. (Sobre este debate no interior da II Internacional ver COLLETTI, 1975).

(21) GUIMARÃES E CASTRO, 1986, pag. 12.

"Luta de classe é um conceito prévio, e mais universal do que o conceito de classe ... Classe e consciência de classe são sempre as últimas e não a primeira fase do processo real histórico". (22)

Nesta perspectiva desloca-se a atenção das relações econômicas para o conjunto das relações sociais (econômicas, políticas e ideológicas).

"Na medida em que o cerne de atenção está no processo de conflito social e de luta de classe, o conceito de interesse define-se necessariamente a partir do seu caráter *relacional*:

os interesses de um grupo de atores não podem ser encarados como atributos derivados destes mesmos atores, mas como atributos derivados do relacionamento social que se estabelece entre estes e outros atores". (23)

Assumir uma concepção relacional do processo de formação da classe significa enfrentar a problemática inicial sobre diferenciação social e participação política com o campesinato, de um ponto de vista que tente superar o substantivismo.

Como afirma Moacyr Palmeira:

"É combativo politicamente quem se organiza e não quem encarna não se sabe que virtudes de um determinado estrato social.

E para que determinado grupo se organize, o que é determinante não é seu "ser de classe" (ou fração de classe), mas o conjunto das contradições a que está submetido num determinado momento ... e o aparato insti-

(22) THOMPSON, 1979, pag. 37.

(23) GUIMARÃES e CASTRO, 1986, pag. 14.

tucional dentro do qual serão vividas estas contradições". (24)

Aparece, em primeiro plano o papel dos mediadores sociais, dos "aparelhos simbólicos de produção e dos instrumentos de percepção e de expressão do mundo social e das lutas do trabalho", como afirma Bourdieu. (25)

A heterogeneidade não implica necessariamente na impossibilidade da construção de um projeto político unitário, isto é, de um processo de formação de classe que integre as diferenças.

É esta perspectiva que nos permite explicar, por exemplo, porque, num determinado momento histórico, surge e torna-se viável o projeto CONTAG de unificação das lutas do campo:

"Frente a diferenciação social e política presente no interior do campesinato, a construção desse projeto só se tornou possível graças a criação de espaços e canais articuladores dos envolvidos em situações de penúria e conflitos. Neste sentido o processo de autoconstrução do projeto em questão é, ao mesmo tempo, o caminho da construção de uma identidade.

Graças a ele será possível falar em 'trabalhador rural', apesar da peculiaridade da situação concreta de um meeiro, de um arrendatário, de um bóia-fria...

E, nesse quadro, (o sindicato) assume uma ação unificadora que inclui a coordenação, a representação e a direção de um movimento que tem por fim a conquista de melhores condições de vida para o trabalhador. O sindicato é, além disso, o espaço onde a heterogeneidade e a diferenciação interna dos trabalhadores é reconhecida e mediada. E onde uma nova identidade é construída". (26)

(24) PALMEIRA, 1976, pag. 06.

(25) BOURDIEU, 1983, pag. 215.

(26) SANTOS FILHO e SÉRVULO MEDEIROS, 1986, pag. 81 e 84).

Finalmente, o que é importante reter diz respeito à necessidade de compreender o processo de formação de classe enquanto momento e resultado das dinâmicas de um campo de luta no qual o econômico é fundamental, mas não suficiente para determinar a ação e organização política.

É preciso, portanto, manter um diálogo constante entre as duas instâncias para poder dar conta das dinâmicas concretas que criam novas identidades e sujeitos históricos que entram num processo de luta e de organização. Se colocarmos a ênfase no aspecto econômico, podemos cair num certo determinismo, onde os atores sociais atuam a partir de um lugar já determinado pela sua posição no processo produtivo - como atores de uma peça onde o roteiro já é prestabelecido - se enfatizarmos somente o aspecto político podemos cair num voluntarismo - como se os atores sociais recitassem "a soggetto" - improvisando, sem nenhuma vinculação com as condições materiais.

É nesta perspectiva e com esta problemática que irei analisar as lutas sociais no Brejo Paraibano. A pesquisa se propõe investigar de que maneira os obstáculos que se interpõem, à participação política do campesinato, permanecem ou são superadas num determinado contexto e numa determinada conjuntura.

Neste sentido, irei relacionar três aspectos:

- 1) *A expansão das relações de produção capitalistas no campo. As formas que assume na região e suas repercussões sobre a composição do campesinato. (Capítulo 1).*
- 2) *Os conflitos sociais, expressão das contradições deste desen*

volvimento e fatores fundamentais para o surgimento de novas identidades sociais. (Capítulos 2, 3 e 4).

Serão analisadas as duas principais frentes de luta no campo: pela terra e pelos direitos trabalhistas, e sua relação.

- 3) *Os mediadores* que estruturam as lutas e são fatores fundamentais na criação de novas identidades e diferenciações políticas e ideológicas. (Capítulos 5, 6 e 7).

No caso em estudo, a nossa atenção será dedicada a duas instituições: a Igreja Católica e o Movimento Sindical de Trabalhadores Rurais e suas posições diferenciadas com relação às lutas dos trabalhadores rurais.

A intervenção dos mediadores sociais nas lutas abre um processo que vai em duas direções:

- de um lado cria novas identidades que dão homogeneidade política a grupos sociais heterogêneos;

- do outro lado, cria outras diferenciações que dependem menos da origem ou situação de classe, de que das diferentes visões de sociedade e formas de luta que defendem.

Estas novas identidades se constroem num processo contínuo que perpassa a própria classe, a partir das contradições que os atores sociais experimentam e do aparelho institucional em que estas contradições são vividas.

Esta é a classe que está continuamente em processo de formação, conforme Thompson:

"As classes não existem como entidades sepa

radas que olham ao seu redor, encontram uma classe inimiga e começam logo a lutar. Ao contrário, as pessoas se encontram numa sociedade estruturada em modo determinado (crucialmente, mas não exclusivamente, em relações de produção), experimentam a exploração (ou a necessidade de manter o poder sobre os explorados), identificam pontos de interesse contraditórios começam a lutar por estas questões, e, no processo de luta, se descobrem como classe.

As classes e a consciência de classe são sempre as últimas e não as primeiras fases do processo real histórico".(27)

ÂMBITO E MÉTODO DA PESQUISA

A investigação se realiza numa região limitada (O Brejo Paraibano), abrange um período limitado (do final dos anos setenta a hoje), envolve um grupo social específico (os trabalhadores rurais) e um tipo de fenômeno particular (os movimentos sociais que surgem de um processo de luta).

Trata-se, portanto, de um estudo de caso cujas conclusões não podem ser extrapoladas para fora deste âmbito. Do outro lado, porém, não podemos esquecer que, o caso estudado é expressão local de uma transformação nas relações de produção e de dominação mais amplo que guarda semelhança com outras situações que estão acontecendo em todo o país, e que os movimentos sociais analisados estão articulados e recebem influência desta conjuntura nacional mais ampla.

(27) THOMPSON, 1979, pag. 37.

O levantamento e interpretação dos dados se realizou nos seguintes aspectos:

1) FICHAMENTO DAS ÁREAS DE CONFLITO DE TERRA DO BREJO.

Foram visitadas todas as áreas de conflito da região e realizadas entrevistas a partir de um roteiro básico, com um grupo de moradores, ou quando não foi possível, pelo menos com algumas lideranças do conflito ou um dirigente sindical. (Ver em anexo uma ficha de conflito de terra).

2) PESQUISA DOCUMENTAL.

A pesquisa documental foi realizada sobretudo nos arquivos do SEDUP, que reúne documentos sobre as lutas do Brejo, elaborados pelo movimento popular e sindical local e nacional, relatórios de reuniões e encontros, panfletos, documentação fotográfica e em vídeo-cassete de manifestações, concentrações e lutas.

Esta pesquisa permitiu o levantamento e o fichamento dos principais acontecimentos do movimento popular a partir de 1980, que foi organizado conforme a seqüência cronológica (ver em anexo "cronologia").

O objetivo deste levantamento foi acompanhar a evolução das principais lutas do movimento popular, o papel dos mediadores, o processo de articulação entre lutas e organizações, e permitir uma visão de conjunto da realidade pesquisada.

3) ENTREVISTA COM LIDERANÇAS.

Para a escolha dos entrevistados cruzei vários critérios:
. liderança de conflito de terra e da luta trabalhista;

- . dirigentes sindicais ou de oposição sindical de várias correntes: CUT, FETAG, Corrente Sindical Independente, ou sem uma filiação clara a nenhuma corrente;
- . lideranças da Pastoral Rural, do Movimento Sem Terra e do Movimento de Mulheres Trabalhadoras do Brejo;
- . assessores do movimento sindical.

Foram em total 29 entrevistas de duração média de 45 minutos. A grande maioria das fitas foram transcritas e catalogadas por assunto.

As entrevistas foram realizadas tendo como base um roteiro de questões, mas sem a utilização de um questionário, próximas ao tipo "não diretivo".

Utilizei também, para a reconstrução histórica de alguns aspectos do sindicalismo rural as entrevistas realizadas pela equipe do "SEDUP" em 15 STRs do Brejo, com antigos dirigentes sindicais, padres, e assessores, que são parte de uma pesquisa sobre a história do movimento sindical rural no Brejo.

4) OBSERVAÇÃO PARTICIPANTE.

Como uma certa corrente metodológica mostrou amplamente (ver THIOLENT, *Metodologia da Pesquisa-Ação*, Cortez Ed., São Paulo, 1986), não há um lugar social acima das contradições a partir do qual o pesquisador analisá de maneira "neutral" a realidade.

O próprio pesquisador é parte solidária desta realidade, e a pesquisa é sempre, de alguma forma, uma intervenção na realidade.

No meu caso esta interferência é ainda mais acentuada pela participação ativa nos acontecimentos e na realidade estudada, enquanto membro da equipe de educadores do SEDUP e assessor das oposições sindicais e dos sindicatos ligados a CUT.

Esta condição me permitiu uma observação participante e um conhecimento prévio de uma série de dados e observações que facilitaram a elaboração da pesquisa.

Porém, estou plenamente consciente de que, pode ter proporcionado uma certa tensão entre os critérios políticos militantes e a necessidade de uma análise mais "distanciada" da própria realidade.

Apesar de um grau de interferência ineliminável em qualquer tipo de pesquisa, não era minha intenção confundir os papéis de militante e pesquisador, mas não sei até que ponto consegui manter o afastamento mínimo necessário.

Na minha opinião, não existe uma solução satisfatória e este impasse metodológico, que está ligado ao próprio caráter incerto do estatuto epistemológico das ciências sociais; o único critério que me parece eficaz, é a explicitação do lugar social a partir do que se produz a análise e dos procedimentos metodológicos utilizados.

CAPÍTULO 1

CARACTERIZAÇÃO DA REGIÃO

1.1 *O Brejo Paraibano*

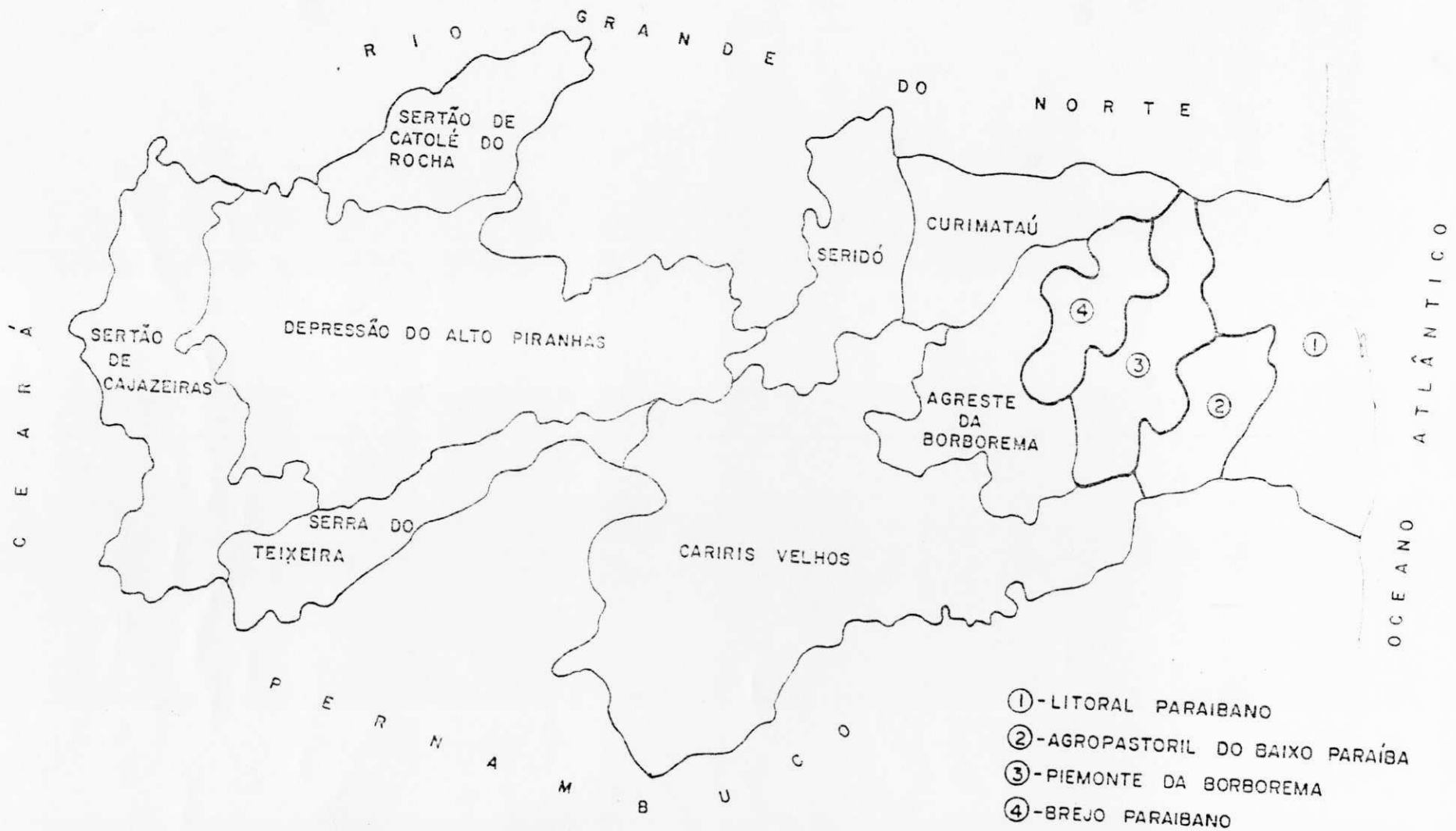
A região comumente denominada "Brejo Paraibano" é localizada a cerca de 90 quilômetros do Litoral e compreende as terras ao pé da pequena escarpa da Serra da Borborema, suas encostas e parte do planalto.

Conforme a subdivisão do IBGE, ela inclui as micro-regiões homogêneas do "Brejo" propriamente dito, parte do "Piemonte da Borborema", do "Agreste da Borborema" e do "Curimataú": (ver mapa nº 1).

É uma região caracterizada por vales úmidos e profundos e relevos acidentados, com índice de pluviosidade superior à média do Estado, solos férteis e aptos para o cultivo agrícola. Essas características a diferenciam geograficamente do Litoral, onde prevalecem os tabuleiros e as várzeas, bem como do Sertão, de clima mais seco e úmido e relevos menos acidentados. (1)

O Brejo assim definido abrange cerca de 25 municípios,

(1) Para uma caracterização dos sistemas agrícolas do Brejo ver ANDRADE, 1980, pag. 135-136 e 155-156.



MAPA Nº 1 - PARAÍBA - MICRORREGIÕES.

que ocupam uma superfície de 4 mil quilômetros quadrados, onde reside uma população que, em 1980, era de aproximadamente 450 mil habitantes. A densidade demográfica é superior a 110 hab/km², mais do que o dobro da média do Estado que, em 1980, era de 49 hab/km². (2)

A cidade de Guarabira, que em 1980 possuía 41.564 habitantes, constitui a porta de entrada do Brejo e é seu polo comercial e social, desempenhando, nas últimas décadas, o papel desenvolvido anteriormente pela cidade de Areia.

Em 1980 a maioria da população morava na zona rural, mas, com a aceleração do processo de expulsão do campo, é sempre maior o número de pessoas que vão morar nas cidades de pequeno e médio porte da região, engrossando as "pontas de rua", ou emigram para fora da região, em direção às capitais do Nordeste ou às grandes cidades do Sul, especialmente o Rio de Janeiro. (3)

A indústria é pouco significativa, e o principal setor econômico é o agrícola - especialmente a agroindústria canavieira - seguida pelos serviços públicos e o comércio.

O desemprego e o sub-emprego é muito elevado, e são poucas as categorias profissionais, em todas as atividades, cuja remuneração se aproxima dos mínimos salariais.

A região como um todo apresenta uma certa unidade geográfica, econômica e social, que a diferencia das outras regiões do Estado.

(2) Dados do Censo Demográfico, IBGE, 1980.

(3) Conforme dados do último Censo Demográfico, oito municípios da região registraram uma taxa de crescimento negativo ou nulo (taxa de crescimento geométrico entre 1970 e 1980 de 0,99 a 0,00).

A densidade demográfica, a proximidade entre os municípios e a relativa facilidade de comunicação oferecida pela rede de estradas, os fluxos comerciais (destacando-se a importância das feiras livres)⁽⁴⁾ são alguns dos fatores que favorecem uma circulação relativamente rápida de pessoas e informações na região.

Esta unidade regional se reflete também a nível das instituições civis e religiosas que atuam no âmbito regional e que constituem fatores de reforço da integração regional.

Do ponto de vista dos *sistemas agrícolas*, distinguimos, no interior do Brejo, três subregiões:

a) Uma *área tipicamente canavieira*, onde se situam as terras mais férteis das encostas da Serra da Borborema e dos vales, e que inclui os municípios de Alagoa Nova, Areia, Borborema, Pilões, Alagoa Grande, Pirpirituba e Serraria (ver mapa nº 2).

É uma região onde o cultivo da cana-de-açúcar é tradicional e predominante.

b) Uma *área onde predomina o latifúndio pecuário*, e faz divisa com o Rio Grande do Norte. Inclui os municípios de Araruama, Dona Inês, Caiçara, Tacima, Cacimba de Dentro e que pertencem à microregião do Curimataú.

Esta região não oferece condições para o cultivo de cana-de-açúcar, devido ao clima mais árido. Nela prevalece o *lati*

(4) Sobre o papel das feiras livres no Brejo, cfr. GARCIA, Marie-France, 1984.

fúndio extensivo para criação de gado, que convive com uma pequena produção de alimentos dos arrendatários e minifundiários. A maioria das terras se encontra ocupada com pastagens naturais que alimentam um rebanho relativamente escasso, ou então são cobertas de mato e improdutivas.

c) Uma *área de policultura*, intermediária entre as duas subregiões pela sua posição geográfica. Aí se situam os municípios de Belém, Guarabira, Alagoinha, Cuitegí, Pilõezinhos, Araçagi, Mulungu, Solânea e Bananeiras.

Nesta região convivem a plantação de cana-de-açúcar com a pecuária extensiva e com um número expressivo de pequenos produtores minifundiários que se dedicam à produção de alimentos de consumo básico, bem como de produtos de valor comercial, tais como o urucum, o abacaxi, a castanha de caju, pimenta do reino, fumo, banana e outras frutas.

Estas três subregiões geográficas correspondem "grosso modo" aos principais sistemas agrícolas da região: a "plantation" canavieira, o latifúndio pecuário e o minifúndio.

Estes sistemas estão profundamente relacionados e entrosados entre si e são sacudidos por crises cíclicas que obrigam a uma redefinição das relações de produção. (5)

Podemos acompanhar a evolução deste processo através da análise da "plantation" canavieira.

(5) No Brejo se sucederam vários ciclos agrícolas: do algodão, da cana-de-açúcar, do café, do agave, conforme as oscilações da demanda do mercado interno e internacional (cfr. AN DRADE, 1980, GARCIA, 1983, POTENGY, 1984). O primeiro ciclo, o da cana-de-açúcar teve início na segunda metade do século passado.

1.2 A agroindústria canavieira no Brejo

O Brejo Paraibano, assim como toda a agroindústria canavieira do país, está passando por uma fase de profunda reformulação das relações de produção, sobretudo a partir da segunda metade da década de setenta, com a implantação do "PROÁLCOOL".

No caso do Brejo esta reformulação se dá no interior de uma região tradicionalmente canavieira e não numa área de nova expansão, e isto acarreta uma maior complexidade nas relações de trabalho, onde convivem formas tradicionais, ao lado de outras mais novas.

Estão localizados na região 14 dos 36 municípios canavieiros da Paraíba, que contribuem com cerca de 20/25% da cana produzida no Estado, que é processada nas três usinas e destilarias existentes, bem como nos engenhos de rapadura e aguardente. A produtividade média por hectare é inferior a de outras regiões canavieiras do Estado, pois é calculada entre 40/50 Ton/ha, enquanto que em outras regiões supera as 60/70 ton/ha.

Devido ao relevo acidentado, é difícil a mecanização da lavoura canavieira e, assim, a maioria das operações é manual. Operam atualmente no Brejo três grandes unidades de produção: a Usina Tanques, no município de Alagoa Grande, que processa cerca de 5% da cana do Estado, e é controlada pela família Veloso Borges. A Usina Santa Maria, no município de Areia, com destilaria de álcool anexa, onde se processa cerca de 12% da cana moída do Estado, e é de propriedade da família Solon Lins. E a Destilaria São Francisco, no município de Pirpirituba, de propriedade da família Ribeiro Coutinho, que possui outras sete usinas

e destilarias no Litoral. (6)

Continuam funcionando atualmente cerca de 45 engenhos, que moem cana para a produção de aguardente e rapadura, e entregam parte da produção excedente para as usinas.

Existem ainda cerca de 600, entre pequenos, médios e grandes fornecedores de cana, que entregam a sua produção para as Usinas. (7)

A expansão e reativação das usinas corresponde, "grosso modo" à crise da rapadura, que era predominante na região. Como afirma Potengy:

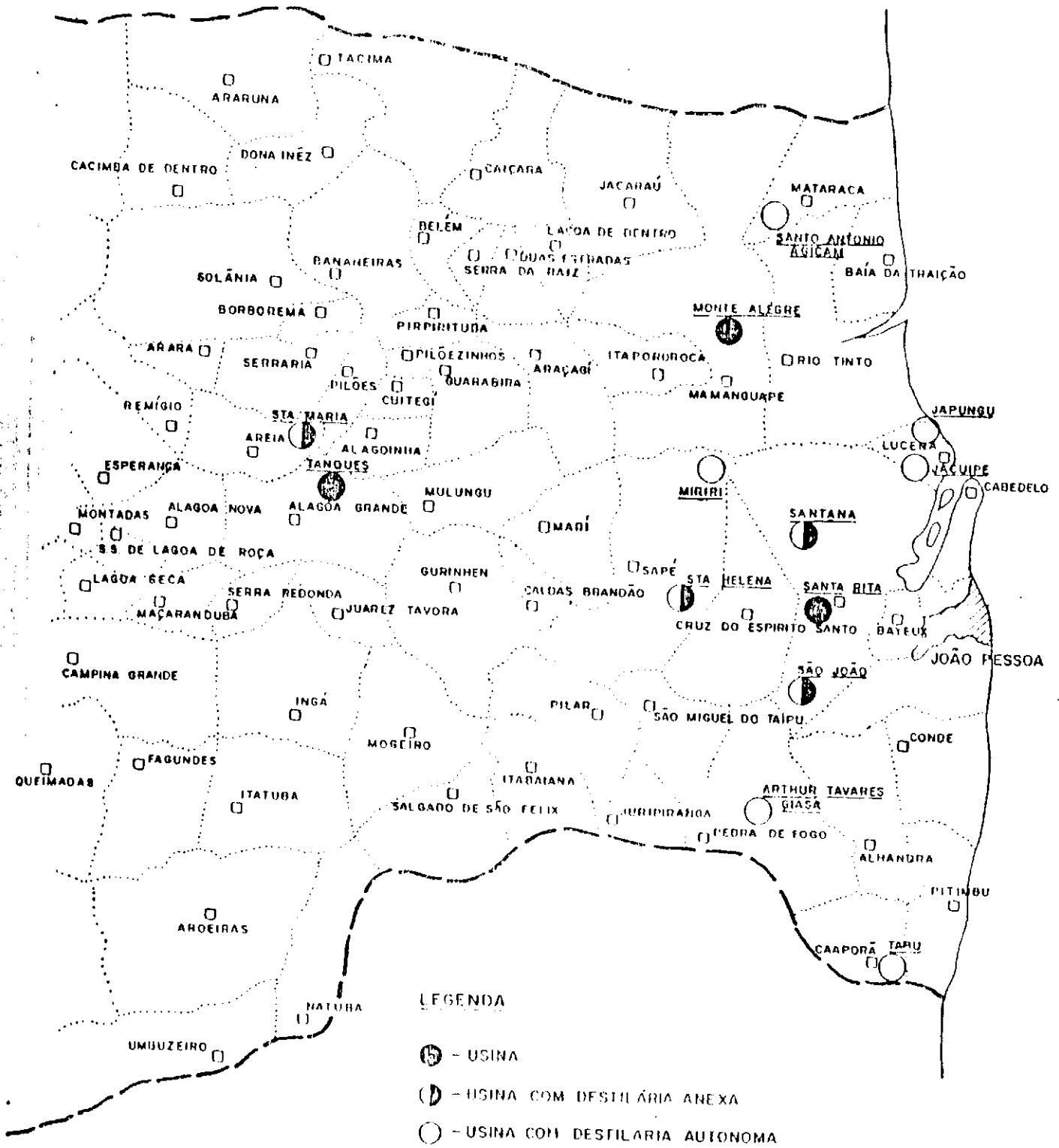
"A indústria açucareira se desenvolve a partir da produção de rapadura, atividade fundamental, com a fabricação anexa de melão e aguardente. O engenho de rapadura é constituído de uma unidade de produção que compreende uma casa, onde se encontra o moinho e a fornalha, a plantação de cana e a agricultura, desenvolvida pelos moradores, de alimentos para sua própria subsistência".(8)

Esta situação, passa por várias fases de modernização, desde os "bangüês" até as primeiras usinas, que aparecem na região nos anos 40, industrializando o processo de fabricação do

(6) As usinas da Paraíba, na sua maioria, são empresas familiares, "não apenas no que se refere ao controle acionário, como também no que se refere ao controle da direção da empresa, com os cargos divididos entre membros da família" (POTENGY, 1988, pag. 01).

(7) Estes dados foram retirados da pesquisa realizada pelo SEDUP sobre as condições de vida e de trabalho dos assalariados do Brejo (cfr. SEDUP, 1984).

(8) POTENGY, 1984, pag. 72 (a tradução do texto original, em francês, é nossa).



MAPA Nº 2 - LOCALIZAÇÃO DO PARQUE INDUSTRIAL DO AÇUCAR E DO ALCOOL.

açúcar e substituindo progressivamente a maioria dos engenhos⁽⁹⁾, devido à crise da rapadura.

"A crise da rapadura se acelera nos anos sessenta, quando muitos engenhos param de moer (*engenhos de fogo morto*).

...

Assim, a partir de 1960 recomeça o desenvolvimento da Usina Santa Maria, sua modernização e ampliação, graças à disponibilidade de mão de obra e de matéria prima, determinada pela crise da rapadura.

Esta retomada provocou mudanças na estrutura agrária da região, bem como um novo surto da "plantation" canavieira."⁽¹⁰⁾

Como afirma Afrânio Garcia, no seu estudo sobre o Brejo:

"No caso da "plantation" açucareira, manifestada a superabundância da oferta, houve três tipos de saídas praticadas. A primeira delas foi a modernização subsidiada pelo Estado...

A segunda foi achar um produto novo, que tivesse demanda garantida em expansão, normalmente de exportação, para não ter o freio do mercado interno, e fizesse crescer a renda monetária. Houve o caso: o café, em determinado momento, o agave em outro... O álcool mesmo pode assumir este papel, e não foi por determinismo tecnológico que as usinas de açúcar tem concentrado este produto em suas mãos.

(9) POTENGY, 1984, pag. 74/76.

(10) POTENGY, 1984, pag. 76. Ver sobre a decadência dos engenhos e o crescimento das Usinas os ciclos dos romances "canavieiros" de José Lins do Rego, em particular "Menino de Engenho" e "Usina".

O terceiro tipo de saída foi encontrar um produto antigo que diminuisse os custos monetários da força de trabalho, de forma constante.

É aqui que entra a pecuária com capim plantado... pois os pastos são formados a custo zero, e o trato dos animais implica em muito pouca força de trabalho utilizada.(11)

O Programa "PRÓ-ÁLCOOL" - que se implanta no Brasil em 1974, e cujos efeitos começam a aparecer na região em 1978 - se instala justamente durante um desses períodos em que não se conseguia colocar o açúcar no mercado internacional a preços competitivos e não se encontrava no mercado interno um substitutivo em condições de fornecer os lucros antes proporcionados pelo mercado internacional.

Esta crise se dá contemporaneamente à crise de abastecimento energético, criada pelos altos preços do petróleo, que põe em risco o modelo industrial brasileiro, centrado na indústria automobilística.

O álcool aparece como um produto novo, com uma demanda em expansão, garantida pelo Estado, que permite um crescimento estável da renda monetária.

O PRÓ-ÁLCOOL consegue, portanto, combinar os interesses de uma fração poderosa da classe industrial urbana, ligada à indústria automobilística, com os interesses da classe proprietária rural, que, mesmo não sendo mais dominante, mantém todavia, um considerável poder político, sobretudo no Nordeste.

(11) GARCIA, 1983, pag. 313.

O Estado passa a dirigir todo o processo de produção e mercantilização, estabelece as quotas, compra toda a produção, fixa os preços, promove uma série de incentivos à produção agrícola e industrial, através de créditos, incentivos fiscais para a implantação de destilarias, assume os gastos da pesquisa tecnológica ... (12) .

No discurso oficial esta série de medidas seria destinada - uma vez mais - a promover a modernização do complexo agro-industrial canavieiro. Entretanto, se assiste, nos primeiros anos após a implantação do PRÓ-ÁLCOOL, a um aumento quantitativo da produção, através da criação de novas unidades produtivas e da produção de cana, mais pela expansão da área plantada do que mesmo pelo aumento da produtividade. O "negócio" é plantar cana, para chegar primeiro na corrida aos incentivos públicos, nem sempre utilizando critérios de racionalização econômica (13).

Esta corrida provoca um aumento rápido do valor da terra e uma forte pressão tanto sobre os roçados de subsistência dos moradores, como sobre as áreas dos pequenos produtores de alimentos que vivem à margem da "plantation" canavieira.

(12) O Estado, tradicionalmente, sempre manteve um papel fundamental na proteção dos interesses do "bloco agro-industrial" canavieiro, assumindo a "socialização das perdas" nos períodos cíclicos de crise da produção açucareira. (cfr. WANDERLEY, 1988, pag. 112 e GARCIA, 1983, Cap. V.1 e EGLER, 1985).

(13) "A superfície ocupada por esta cultura (a cana-de-açúcar) tem mais do que dobrado na região estudada e a quantia produzida tem mais do que quadruplicado... As ajudas fornecidas pelo IAA, antes, mesmo do PRÓ-ÁLCOOL, estão diretamente ligadas à origem desta expansão". POTENGY, 1984, pag. 57. Os dados referem-se a 7 municípios do Brejo entre os principais produtores de cana, e são extraídos do Censo Agropecuário de 1980 (FIPLAN, Anuário Estatístico, 1981).

Como afirma José Roberto Novaes:

"A partir da década de setenta o setor agrícola passa por profundas transformações, um conjunto de programas especiais são implementados no interior do Estado, possibilitando uma rápida transformação da dinâmica capitalista."

Na zona canavieira, com os recursos liberados para a modernização das usinas e a implantação de destilarias de álcool, pelo PRO-ÁLCOOL, são dois os movimentos que se expressam simultaneamente:

O primeiro está diretamente relacionado à ampliação das áreas plantadas no interior das usinas e agora, no interior das terras dos fornecedores.

O outro movimento está relacionado ao impacto que esta política acarreta junto aos pequenos produtores que margeiam ou se encontram nos interstícios da zona canavieira."(14)

Os moradores são expulsos das propriedades e os pequenos produtores são pressionados a colocar suas terras à venda.

"Nas fazendas de pecuária, os incentivos para melhoria do plantio e, conseqüentemente, de sua produtividade, impõem manejos para o rebanho que requer, dentro de sua racionalidade, a ocupação de terra pelos trabalhadores no período de formação de pastagens. Estas, sendo formadas, o trabalhador terá que abandonar a propriedade para que a pecuária possa ser desenvolvida dentro dos padrões de eficiência requerida.

Os trabalhadores, ao romper seus contratos de arrendamento, também migram para as cidades". (15)

(14) NOVAES, Roberto, 1986, pag. 03.

(15) NOVAES, Roberto, 1986, pag. 05.

Como já foi evidenciado por outros autores⁽¹⁶⁾ esta expulsão responde a critérios econômicos, de maior controle direto sobre a propriedade, inerentes a modernização, mas também a critérios políticos inerentes ao controle sobre os trabalhadores.

O processo de expansão das relações de produção capitalistas nasce de uma necessidade econômica intrínseca à acumulação do próprio capital, de abranger todos os ramos de produção, mas ao mesmo tempo - se entendemos o capitalismo como uma relação social - nasce dentro de uma determinada conjuntura social e política.

Portanto a dimensão, as formas, as características que este processo assume, dependem desta mesma conjuntura.

No caso do Brasil o processo de aceleração da expansão de relações capitalistas no campo, se desenvolve no contexto da derrota política das Ligas Camponesas - que repercute, de certa forma, como derrota para todo o campesinato - e da opção pela classe dominante, apoiada no Estado, pela "modernização conservadora", em lugar de uma expansão via Reforma Agrária; isto é, pela concentração da terra, da renda e do poder, em lugar de uma sua redistribuição. É a via "prussiano-japonesa" de evolução agrária em lugar da "via americana".⁽¹⁷⁾

Um processo de desenvolvimento que não depende unicamente das leis de acumulação do capitalismo dependente, mas das

(16) PAIVA, 1984; NOVAES, Regina, 1987; SIGAUD, 1977.

(17) RIBEIRO, 1988, pag. 67.

correlações de forças nos embates políticos da luta de classe. (18)

1.3 Expansão do Capitalismo e Diferenciação do Campesinato

O processo de expansão do capitalismo no campo, tem duas facetas: a da expropriação e a da exploração, como afirma José de Souza Martins:

"A instauração do divórcio entre o trabalhador e as coisas que necessita para trabalhar - as terras, as ferramentas, as máquinas, as matérias primas - é a primeira condição, ou o primeiro passo para que se instaure, por sua vez, o reino do capital e a expansão do capitalismo.

Essa separação, esse divórcio, é o que tecnicamente se chama de *expropriação*. O trabalhador perde o que lhe é próprio, perde a propriedade dos seus instrumentos de trabalho.

...

A expropriação do trabalhador pelo capital cria as condições sociais para que esse mesmo capital passe ao segundo turno, à outra face do seu processo de reprodução capitalista, que é a *exploração* do mesmo trabalh

(18) Cfr. Colin Henfrey: 1987, pag. 46:

"As questões de fato em torno da fome e da justiça social no Brasil, não são tão rígidas e dependem mais de uma prática política de que de um processo esquemático para resolver os impasses.

Os obstáculos ao modelo mais igualitário centrado na Reforma Agrária, se assentam menos sobre leis inexoráveis do capitalismo internacional do que em alguns fatores sócio-políticos substanciais, porém mais concretos e internos."

dor que já foi expropriado."(19)

A combinação entre "expropriação" e "exploração" não provoca necessariamente uma "homogeneização via proletarização", isto é, o surgimento, de um lado de uma camada de proletários agrícolas despojados dos meios e instrumentos de produção e obrigados a vender sua força de trabalho, e do outro de um estrato de agricultores capitalizados, que utiliza mão de obra as salarizada. Entre estes dois extremos encontramos uma variedade de situações que podem ser classificadas utilizando o critério da inserção no processo produtivo, e dos interesses específicos que estas categorias manifestam.

a) Os *trabalhadores "sem terra"* - que são ao mesmo tempo "sem casa, sem comida e sem emprego", como diz uma canção popular - que moram nas periferias das cidades, sobrevivendo através de vários expedientes.

Em relação a este grupo de pessoas, é o caso de se perguntar, como o faz um dirigente sindical:

"Ora, tem trabalhador sem terra que não está produzindo nada, que não tem agricultura nenhuma, que mora na periferia da cidade. A gente fica até se perguntando como é que estas pessoas conseguem sobreviver".

Ao passar pelas "pontas de rua" das cidades e povoados

(19) MARTINS, 1982, pag. 54-56.

do Brejo, a qualquer hora do dia, em qualquer dia da semana, encontra-se nas calçadas ou nas portas de casa bom número de pessoas, forçadamente "ociosas", que são o exemplo concreto de como este tipo de capitalismo está desperdiçando força de trabalho.

Estes trabalhadores provêm, na sua grande maioria, do campo, de onde foram expulsos e não encontram uma colocação estável no mercado de trabalho urbano. Correspondem, "grosso modo", ao "lumpem"⁽²⁰⁾ e é difícil organizá-los; eles são atingidos só marginalmente por qualquer tipo de entidade, e fazem parte da clientela que depende dos favores dos políticos e do assistencialismo público e privado.⁽²¹⁾

Podem ser considerados "sem terra", na medida em que provêm do campo e são fruto da expropriação, mas a ressonância de luta pela terra entre eles é limitada. De fato são poucos os casos de ocupação de terra nos quais os vemos como protagonistas.

b) Outros trabalhadores "sem terra" são os *pequenos produtores não proprietários* que mantêm uma relação bastante precária com a terra, porém contínua: arrendatários, meeiros, parceiros. Moram, geralmente nas propriedades ou nos povoados e pontas de rua, mas é da terra que retiram o principal sustento, mesmo que

(20) Mas esta definição mereceria uma investigação mais detalhada para determinar quais são os meios de vida e a ideologia desta categoria.

(21) Entre eles se encontram os "novos eleitores" identificados por POTENCY, 1985.

em certas épocas do ano se assalariem na cana-de-açúcar, e se dediquem a outros pequenos empregos, ou pequenos "negócios" complementares.

São estes trabalhadores que constituem a base social dos conflitos de terra, que são conflitos de resistência à expulsão e à proletarização total.

Entre eles não é significativa uma luta para manter ou melhorar as condições de trabalho, ou legalizar os contratos de arrendamento, porque esta luta desemboca imediatamente num processo de expulsão por parte dos proprietários, e portanto, se transforma em luta pela terra.

c) Entre os *assalariados*, isto é, entre os trabalhadores que vivem principalmente da venda da força de trabalho no campo, podemos fazer duas distinções básicas:

- os *moradores*, que ainda continuam nas propriedades, e possuem uma relação de trabalho mais estável e uma pequena parcela de terra (roçado e sítio)⁽²²⁾ para complementar a minguada renda salarial obtida no trabalho na cana.

Mesmo continuando a morar nas propriedades, estes trabalhadores guardam sempre menos semelhança com os moradores antigos, já que a relação de morada se encontra numa fase de profundas transformações e redefinições;

(22) "roçado", área para cultivo de alimentos - mas não bens de raiz - para o sustento da família e/ou para o mercado, cultivada pela família ao qual o trabalhador dedica os dias livres da "condição" que deve ao patrão; "sítio", área plantada com árvores frutíferas (cfr. POTENGY, 1984, pag. 1197 e PALMEIRA, 1977).

- os assalariados das "pontas de rua" que trabalham de forma temporária ou permanente na cana-de-açúcar (ou no abacaxi) no Brejo ou no Litoral e na Várzea e que retiram a maior parte de sua renda do assalariamento.

Estes trabalhadores (que às vezes é difícil distinguir dos "sem terra") estão sempre mais identificados com o assalariamento.

A ressonância da luta pela terra é relativa e depende da trajetória ocupacional: os que foram expulsos da terra há menos tempo ainda são sensíveis a luta pela terra. Outros, sobretudo os mais jovens, que não se "criaram na terra", estão sempre mais interessados em melhorar suas condições de vida e de trabalho, do que em lutar pela terra.

Os moradores e assalariados das pontas de rua constituem a base social dos conflitos trabalhistas. (23)

d) E finalmente os *pequenos proprietários*, que moram no campo ou nas periferias dos povoados e das cidades, entre os quais podemos distinguir, os que não conseguem retirar sua subsistência da própria parcela de terra e recorrem ao assalariamento como parte essencial de sua reprodução camponesa, e os mais inte-

(23) Existe certa oscilação na definição de quem seriam os "sem terra". Os que priorizam a luta pela terra tendem a ampliar o conceito incluindo os assalariados; os que priorizam a luta salarial tendem a restringi-lo considerando sem terra somente aquela fração dos pequenos produtores que está lutando pela terra.

Estas definições fazem parte do campo da disputa política entre os vários grupos e da justificação de sua prática.

grados no mercado, que podem chegar a assalariar temporariamente mão-de-obra (como é o caso dos pequenos produtores de abacaxi).

Para o setor mais integrado, a reivindicação principal é obter melhores condições de produção, e a sua luta é contra altos juros bancários e a correção monetária. Ele não é receptivo à luta pela Reforma Agrária.

No setor mais marginalizado e ameaçado de proletarização encontra ressonância ao mesmo tempo a luta pela Reforma Agrária e a luta salarial. (24)

Podemos reagrupar as principais lutas no campo em três grandes frentes:

- a) A luta de resistência pela permanência na terra dos arrendatários: os conflitos de terra;
- b) a luta dos assalariados rurais, - que constituem a nova categoria emergente - para melhores condições de trabalho e de vida, que pode desembocar, em alguns casos, em luta pela terra.
- c) a resistência dos pequenos proprietários ameaçados de proletarização, pela defesa da terra, que se combina, com uma luta mais incipiente, na região, por melhores condições de produção e de reprodução.

(24) É interessante observar porém, que não se encontra estes estes pequenos proprietários a base social dos conflitos de terra, como veremos nos capítulos seguintes.

Estas são as lutas fundamentais na região, que analisaremos a seguir, e que correspondem as três principais categorias presentes no campo: sem terra, assalariados e pequenos produtores. Em que medida estas categorias estão se diferenciando, em que medida os interesses diferentes que manifestam são ou não antagônicos, e quais são as clivagens fundamentais para uma participação política, serão algumas das questões que enfrentaremos nos capítulos seguintes.

CAPÍTULO 2

A LUTA CONTRA A EXPROPRIAÇÃO: OS CONFLITOS DE TERRA

A partir do final dos anos setenta se assiste, em todo o país, a um aumento significativo da luta pela terra, que pode ser evidenciado pelo número sempre crescente dos conflitos de terra e pelas violências e assassinatos contra trabalhadores e dirigentes sindicais, advogados, agentes de pastoral engajados na luta pela terra.⁽¹⁾

Enquanto, no começo da década de setenta os conflitos pela posse da terra se localizavam principalmente na Amazônia Legal⁽²⁾, a partir da metade da década eles se expandem a todo o território nacional.

Em 1986, conforme dados do MIRAD e da CPT, havia no campo 634 conflitos de terra em todas as Unidades da Federação, envolvendo aproximadamente 120 mil famílias em disputa por uma área de 12 milhões de hectares. (Ver Tabela nº 1)

A Paraíba não constitui uma exceção a este quadro:

"De 1970 a 1975, os jornais noticiam a existência de 8 conflitos de terra no Estado da

(1) M.S.T., *Assassinatos no campo, crime e impunidade*. (1964-1985), 1986.

(2) CNBB/CEP, 1976.

Paraíba, envolvendo mais de 1.000 (mil) famílias de pequenos produtores ameaçados de expulsão pelos proprietários das terras ou órgãos do governo que as administram.

...

De 1976 a 1980, houve um aprofundamento da questão da terra, com um aumento significativo das áreas em litígio. Os jornais e documentos de setores ligados de forma direta noticiam a existência de 62 conflitos de terra.

Conflitos estes que envolvem um número aproximado acima de 3.000 (três mil) famílias de pequenos produtores, com um número também aproximado de 20.000 (vinte mil) indivíduos diretamente envolvidos."(3)

A violência patronal é a marca que acompanha constantemente estes conflitos, provocando espancamentos, ferimentos e até a morte de trabalhadores e lideranças sindicais.

Em fevereiro de 1986, durante o acampamento na sede do INCRA, realizado pelas áreas de conflito da Paraíba, foram registradas - conforme consta no documento entregue às autoridades - 135 áreas de conflito que se localizam, na sua grande maioria, nas regiões do Litoral, Várzea, Agreste e Brejo da Paraíba. (Ver Tabela nº 2) (4)

Estes conflitos representam a resistência dos meeiros, parceiros, posseiros, arrendatários e moradores à expulsão da terra e à proletarianização que se seguiu ao avanço da "plantation" canavieira e da pecuária extensiva.

(3) KOURY, 1983, pg. 18, 23, 24.

(4) No sertão há pequenas áreas de conflito nas regiões de construção de barragens e nas margens dos açudes públicos, como em Patos e Catolé do Rocha.

No Brejo, existem atualmente 28 áreas de conflito de terra, em 11 municípios da região, conforme pesquisa por mim realizada entre agosto e dezembro de 1987.⁽⁵⁾ (Ver Tabela nº 3)

A área total em disputa soma aproximadamente dezesseis mil (16.000) hectares, sendo que mais da metade (8.575 ha) já foram desapropriadas (5.674 ha) ou compradas (2.902 ha) pelo Estado. As 16 áreas restantes, que ocupam uma superfície de 7.260 hectares, ainda se encontram sem solução.

As famílias envolvidas nos conflitos são aproximadamente 2.000, mais da metade (1.218 fam.) já conseguiram a terra e 612 ainda não foram atendidas.

Calculando uma média de 7 pessoas por família, podemos afirmar que cerca de treze mil (13.000) indivíduos estiveram ou estão atualmente em litígio pela posse da terra, no Brejo.

Trata-se, na grande maioria dos casos, de arrendatários, "foreiros" ou "rendeiros", cujo vínculo com o proprietário se resume no pagamento do "foro", no começo do ano agrícola, e/ou na obrigação de fazer a farinha de mandioca na "casa de farinha" do proprietário e deixar uma parte ("conga") para ele. Não existe contrato de arrendamento. Tudo é feito de forma verbal. O preço do "foro" varia conforme cada proprietário, ficando em todos os casos acima do valor legal (isto é 15% do valor cadastral declarado para fins de tributação).

(5) Estou aqui considerando os conflitos de maior dimensão ou repercussão, cujo processo se encontra no MIRAD. Outros conflitos menores, onde se chegou a um acordo com a mediação do sindicato, não são aqui incluídos. Também não considero aqui as propriedades da Igreja, onde foram realizadas experiências de entrega da terra aos trabalhadores, com êxitos variáveis. (Cfr. NOVAES, 1984).

Em alguns casos, os trabalhadores são obrigados, além do pagamento do foro, a dar um "dia de condição" por semana, isto é, um dia de trabalho para o dono da terra, ou de forma gratuita ou com uma baixa remuneração.

A maioria das famílias continua morando na terra, outros nos povoados ou nas periferias das cidades vizinhas, mas mantêm um roçado na propriedade. Muitos deles são "nascidos e criados" na terra e já foram "moradores de condição", há gerações, na mesma propriedade.

O proprietário entrega a terra bruta e cabe ao arrendatário arcar com a preparação do terreno para o plantio e devolver no final da safra a terra plantada de capim. A cada ano os arrendatários são obrigados a mudar de roçado, dependendo da benevolência do proprietário, para a concessão do roçado. O dono, que visa antes de mais nada os interesses da criação de seu gado, tende a atrasar o mais possível a entrega da terra em época de plantio, bem como a exigir a sua restituição no mais breve tempo possível, para que o gado se alimente com o restolho da plantação.

Esta situação, além de ser uma fonte permanente de tensão, constitui para o trabalhador uma ameaça constante de destruição da sua lavoura.

Estas pressões representam uma forma de "despejo indireto" dos trabalhadores a fim de obter as terras livres para plantar capim ou outras culturas de valor comercial (cana-de-açúcar, abacaxi, banana) e manter os trabalhadores na dependência constante dos proprietários.

No Brejo, os conflitos se caracterizam predominantemente

como resistência a estas formas de "despejo indireto", a partir do começo dos anos 80 tendo sua fase mais intensa entre 1984 e 1986 - início da "Nova República" - e lançamento do Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA). A partir de 1987, com o progressivo retrocesso do PNRA e com a reação sempre mais violenta e organizada dos proprietários, os conflitos entram numa fase de "impasse". Em nenhuma área de conflito houve uma desistência coletiva, - mas somente casos de desistência individual -; entretanto, os processos de desapropriação estão praticamente parados, e não surgem outros conflitos.

Devemos ressaltar também a política do Estado, que interve_~m na questão agrária somente para administrar a "tensão social" sem afetar a estrutura fundiária, e isolar os conflitos para que não estimulem o crescimento de outras lutas.

Prova disso é que somente 5 áreas foram desapropriadas, sendo duas antes de 1984 (regime militar) e somente 3 durante a vigência da Nova República. Sete áreas foram compradas pelo Estado através da FUNDAP, PROCANOR ou MIRAD. Tem ainda um caso de desapropriação (efetuada em 1986) em que o proprietário requereu na Justiça o mandato de segurança e conseguiu assim suspender o processo de desapropriação. (6)

O golpe definitivo ao processo de Reforma Agrária foi dado pelo decreto lei do MIRAD nº 2363/87 que, entre outras provi

(6) Neste caso os trabalhadores não desistiram da luta, continuando o seu plantio e a sua organização, apesar da presença de "capangas" armados na área. Sobre o Plano Nacional de Reforma Agrária, cf. NOVAES, Roberto, 1987.

dências, extingue o INCRA, determina um limite mínimo para a desapropriação, - que no Nordeste é de 500 ha - e permite que o proprietário continue com a posse de 25% da terra desapropriada, ficando a seu critério a escolha das áreas. A maioria das áreas de conflito do Brejo não preenchem estes requisitos, não podendo mais ser desapropriadas. Resta somente, do ponto de vista legal, o caminho da negociação com os donos para a compra do imóvel por parte do Estado.

Compra esta efetuada sobre o valor comercial da terra, que se torna ao mesmo tempo uma forma bastante eficiente de administração dos conflitos e de capitalização do próprio latifúndio às custas do erário público.

Os dados acima analisados mostram como - na atual conjuntura - as áreas de conflito representam ilhas de resistência que não conseguem reter a tendência à concentração fundiária e ao processo de proletarização. A grande maioria das famílias de pequenos produtores que moravam e trabalhavam nas propriedades já foram expulsos e se encontram nas periferias das cidades ou emigraram para outras regiões.

2.1 *As formas de resistência*

Todos os conflitos de terra do Brejo que analisamos são formas de resistência à expulsão de arrendatários que ainda mantinham uma certa vinculação com a terra, à diferença de outras regiões onde se dão casos de ocupação de terra por trabalhado-

já expulsos. (7)

As formas de resistência são muito parecidas, devido às mesmas condições iniciais em que o conflito surge, e aos mediadores que permitem uma circulação e uma acumulação das experiências de luta.

Aos primeiros sinais de ameaça de expulsão, os trabalhadores se reúnem buscando logo um apoio dos agentes de pastoral, do sindicato local, ou de sindicalistas vizinhos, no caso em que a diretoria sindical do município não apoie a luta. A partir destes primeiros contatos iniciam-se dois tipos de ações: uma *interna à área* e outra "fora" da propriedade. Um papel de destaque na ação de resistência no local, é desenvolvido pelo *mutirão*, que é uma forma de organização coletiva relativamente eficiente e facilmente assimilada pelos trabalhadores, por ter respaldo na própria tradição.

O mutirão pode ser realizado num roçado comunitário, ou na terra de um posseiro ameaçado de despejo; pode ter como objetivo a construção de uma casa, proibida pelo proprietário, ou a escavação de um "barreiro" para a comunidade, ou ainda a derrubada de uma cerca para expulsar o gado do proprietário.

O objetivo imediato destas ações é desobedecer à "lei do fazendeiro" e desafiar sua autoridade absoluta sobre os bens de propriedade e as famílias que nela moram e trabalham.

(7) Em 1986 aconteceu uma ocupação de terra em Alagoa Grande, por 40 famílias de trabalhadores que nos primeiros dias foram desalojadas de forma violenta pela polícia acionada pelos grandes proprietários e usineiros do município.

tegorias de trabalhadores.

Neste processo o trabalhador não está mais lutando somente pela terra, mas para o fortalecimento da própria organização sindical ou partidária, através da qual passa a ter uma visão mais ampla dos problemas e das contradições da sociedade.

Este momento é fundamental para a ruptura do isolamento dos trabalhadores em luta, pois começam a fazer parte de um novo circuito de relações sociais antes desconhecido e do qual eram excluídos.

Lutar para o fortalecimento da sua organização se faz necessário tanto quanto a premência de lutar pela terra.

Como afirma Gramsci (citando Marx):

"Uma fase importante no desenvolvimento de um grupo social é aquela em que os componentes de um sindicato não lutam apenas pelos seus interesses econômicos, mas pela defesa e desenvolvimento da própria organização."(12)

(12) GRAMSCI, 1978, pg. 178.

2.3 A dinâmica dos conflitos

Os conflitos de terra podem durar poucos meses, ou até vários anos, conforme a correlação de forças e a conjuntura política local e nacional. (13)

Durante este período se dá uma alternância entre momentos de maior efervescência e momentos de acalmia.

Os períodos de maior unidade do grupo correspondem aos de maior tensão e enfrentamento, como uma agressão policial, a ameaça de um despejo, a presença de "capangas".

Nestes casos o grupo se une para enfrentar o adversário comum, e experimenta uma nova forma de convivência, marcada pela solidariedade, onde passam em segundo plano as divisões internas e as brigas familiares ou de vizinhança, e adquirem importância figuras normalmente marginalizadas, como as mulheres e as crianças.

Todos os que estão aí contam da mesma forma, somam para a contagem das forças.

Na experiência da perseguição se fortalece a consciência de um "nós" - todos os que estão enfrentando e apoiando a luta - contra uma alteridade, os "opressores".

Afloram nestas situações com mais força a religiosidade

(13) O conflito de Mumbuca, no município de Alagoinha foi resolvido em seis meses, porque a sua repercussão estava prejudicando a campanha política do proprietário, deputado do PDS, que conseguiu, através da sua influência política, que a terra fosse comprada, a preço de mercado, pela FUNDAP. Já o conflito do Carvalho, no município de Bananeiras, apesar do grande número de arrendatários e do nível de organização, vem se arrastando desde 1980, sem ter ainda uma solução, porque enfrenta a oposição organizada dos grandes proprietários da região.

popular, as rezas, os cânticos, as missas, as procissões que alimentam a utopia cristã da fraternidade.

Mas, a estes períodos intensos, seguem outros de "refluxo", onde reaparecem as divisões internas, num movimento pendular, com altos e baixos, que chega ao seu ponto crítico quando se "conquista a terra".

O duplo desafio que se apresenta para o movimento é, de um lado, colocar a terra em produção e manter a unidade do grupo, e do outro, continuar a luta mais ampla, de apoio às outras áreas, de engajamento no sindicato, ou na militância partidária.

As dificuldades para a *organização interna* dos assentamentos são muitas. Em primeiro lugar se apresenta o problema da divisão da terra e do assentamento das famílias (individual ou coletivo?), da distribuição das casas (todas juntas ou separadas?) e da instalação dos serviços (escola, iluminação, água, estradas).

É por ocasião destas opções concretas que aparecem conflitos entre o grupo mais unido e combativo, que sempre "estava na frente" durante o conflito, e que defende uma opção comunitária e solidária do trabalho e da vida, e o grupo dos que acompanharam a luta a fim de conquistar o seu pedaço de terra e que não dividem as opções comunitárias e coletivas. (14)

(14) Uma forma encontrada para superar estes problemas é a manutenção dos roçados familiares, reservando uma área comunitária, onde permanece trabalhando em mutirão o grupo mais combativo.

Inicia também uma disputa com os órgãos públicos responsáveis pelo assentamento, quanto ao módulo rural, ao crédito e à assistência técnica para colocar as terras em produção. (15)

Surgem, finalmente problemas relacionados com o que poderíamos chamar de democracia interna: como continuar o processo de tomada de decisões em assembléia, e participativo que se desenvolvia em certos momentos do conflito?

Há casos em que as lideranças que despontaram na luta, pelo seu carisma ou maior dedicação, tendem a monopolizar os canais de comunicação entre o grupo e o "externo", a assumir internamente sempre mais um papel de "autoridade", justificada pela pretensão de "ter mais direitos" porque lutaram mais do que os outros. (16)

Justamente no momento em que o grupo está enfrentando estas questões, continuam também as solicitações "externas" para apoiar as iniciativas das outras áreas, participar dos encontros da Pastoral Rural ou da CUT, estar presentes nos acampamentos, nas manifestações, nas negociações com o Governo.

(15) Geralmente o MIRAD exige o respeito do módulo rural de 25 ha por família, previsto por lei, e nem todas as propriedades possuem terra suficiente para abrigar a todos respeitando o módulo. Algumas famílias ficam "sobrando" sem ter direito ao título de posse.

(16) Um espaço organizativo novo, que está surgindo para administrar estas tensões internas, são as associações de moradores dos assentamentos. Através da associação os assentados pleiteiam recursos dos projetos do governo (São Vicente, Projeto Nordeste) para beneficiar a produção e adquirir insumos agrícolas e máquinas. A associação também tem como objetivo manter a unidade do grupo e a participação democrática, estabelecendo normas de convivência mínimas. Por exemplo, para evitar a venda das parcelas de terra a terceiros - como está acontecen

A necessidade de uma nova atuação interna que a realidade da posse da terra exige, não é suficientemente compreendida pelas instâncias externas, que passam a tachar o grupo de "fechamento" ou de abandono da luta.

Por isso que o momento da conquista da terra é geralmente considerado como o fim da luta, quando "tudo se acaba"⁽¹⁷⁾.

A pesquisa realizada nas áreas de assentamento me leva a crer que seria mais correto considerar este momento como uma continuação, em outro nível, e em outras condições, da mesma luta.

Acontece, evidentemente, uma queda na combatividade e na unidade do grupo, que é submetido a tendências desagregadoras. As formas de luta vividas anteriormente e os problemas que se apresentam não são mais os mesmos. Mas será que isto acontece somente com os posseiros que conquistam a terra, ou não é, de certa forma, uma característica comum a todo movimento social?

A dinâmica entre períodos agudos de luta e momentos de refluxo, é típico de todo movimento social e poderia ser lida como momentos de um mesmo processo, e não como ruptura ou "traição".

Todo movimento social, num determinado momento de sua

do na propriedade Geraldo, de Alagoa Nova, onde 10% das famílias já venderam suas terras - a propriedade é titulada em nome da associação, em forma de condomínio, e é proibida a venda da terra sem o consentimento da maioria dos sócios.

- (17) As próprias assessorias externas, após o fim do conflito, tendem a se afastar do grupo, considerando que o objetivo maior foi alcançado, inclusive porque não possuem a mesma competência e experiência para acompanhar esta nova fase da luta.

trajetória, vai ter que enfrentar a institucionalização e a gestão do cotidiano. (18)

Um outro aspecto a ser considerado é que o grupo dos sem terra se transformou durante o processo de luta. Não é mais o mesmo grupo do começo da luta.

A trajetória da luta marcou profundamente este grupo inicial, criando diferenças e afinidades de tipo político.

É significativo, que, a maioria dos assentados continue se considerando como "sem terra" e não como pequenos produtores e a participar das iniciativas dos sem terra.

Esta é a identidade que prevalece, devido à proximidade da luta pela conquista da terra e às precárias condições de assentamento e de produção.

A trajetória de luta desempenha um papel fundamental no processo de identificação destes trabalhadores: ser "sem terra" vai além da própria condição social e econômica. É uma identidade eminentemente política, que implica no reconhecimento de uma nova cidadania, conquistada no processo de luta. (19)

É por isso que os "sem terra" continuam a sua luta após a desapropriação da área, e encontramos entre eles uma clara consciência de que a conquista da terra é somente o primeiro passo de uma luta mais ampla.

(18) Sobre este aspecto ver ALBERONI, 1977.

(19) Na medida em que se aprofunda o processo de assentamento e as necessidades da produção, os "sem terra" provavelmente passarão a se identificar sempre mais com as problemáticas dos pequenos produtores.

Como afirma uma mulher da liderança do Movimento Sem Terra e da Pastoral Rural, que, ao ser perguntada sobre as perspectivas da luta pela terra, respondeu:

"Depende da forma como está encaminhada a luta. Porque, se você luta apenas pela terra, é um detalhe; se você luta e transforma esta luta e consegue ser mais abrangente possível do que um pedacinho de terra apenas, vai mais além... Daqui a pouco o capitalismo volta e toma de novo. Tem todas estas questões. Se você consegue com este pesoal que conquistou a terra adquirir mais conhecimentos, mais troca de experiências, depois, aos poucos, luta pelo sindicato, luta pelo partido, luta para construir a CUT, luta para construir as suas próprias ferramentas".

TABELA Nº 1

CONFLITOS DE TERRA/1986

Estado	Número	Fam/flias	Pessoas	Ha	ASSASSINADOS								AUTORES					
					Agentes Past/Sind.	Trab.	Índio	Ameaçados de morte	Presos	Feridos e torturados	Violên da PM	Violência Pist. e jag.	Civis	Est. Mun. União	Multi-Nacionais	FUNAI	INCRA	
AC	7	221	1105	101.300		1		1			2	3	2	7		1		
AL	10	4.029	20.145	26.939			1							2				
AM	6	920	7.600	-			4	3						5	3	1	1	1
BA	48	3.129	15.629	125.305		12	2	7	2	26	7	13	50	1	1		2	
CE	96	5.079	25.406	1.272.933		5		22	4	8		1	53	4				
DF	3	430	2.151	-							1			2				
ES	5	822	4.160	-				2			1		1	2				
GO	52	1.334	6.724	202.598	2	8		67	3	6	10	12	46	12				4
MG	36	1.562	7.674	53.760		11		20	7	11	13	9	40	5			1	
MS	16	6.994	34.971	417.298		3	7	3	5	3	4		7	5			2	
MT	29	2.840	14.202	1.481.511		21		13	27	5	9	6	20	8	1		2	1
PA	80	6.404	31.884	829.871		12		9	117	26	11	9	75	7			1	1
MA	52	47.183	235.941	1.396.006	1	6		14	36	11	6	14	54	7				
PB	14	523	2.915	39.905		1		2	1		2	2	10					
PE	13	7.543	38.314	7.966				2		3	4		6	3				
PI	6	546	2.730	13.537				2	1		1		5	1				
PR	36	7.086	34.930	25.246				1		14	9	2	17	14			2	8
RJ	25	2.350	10.300	25.056				17	1	6	10	2	22	5	2			
RN	3	8.116	40.580	67.036		1		1		14								
RO	20	2.924	15.861	385.711		3			21		5	3	15	7			3	4
RR	4	1.738	8.690	6.000.000					5		1		2	5				
RS	8	2.153	10.765	12.045					5		3		9	4				1
SE	8	322	1.492	16.597						2			5	1			1	
SC	11	741	3.664	10.336		2			1	4	1		10	5			1	3
SP	46	3.492	16.615	104.991		2		6	2	1	5	7	36	13	1			1
Total	634	118.481	594.448	12.615.847	3	89	14	166	238	142	106	82	497	114	7	16*	24*	

FONTE: Arquivo da CPT

*Os números que indicam o envolvimento da FUNAI e do INCRA são já contabilizados nos Autores "Estado Município União".

c) *Ações de sensibilização da sociedade civil*

Para que o conflito se torne público, é preciso que não fique limitado ao âmbito da Justiça ou da negociação com o Estado, mas que provoque uma ampla repercussão e se insira no debate político em torno da Questão Agrária, em toda a sociedade.

Para isso, são realizadas grandes concentrações em praça pública, acampamentos frente ao Palácio do Governo, ocupações da Assembléia Legislativa, passeatas pelas ruas da cidade, repercutindo nos meios de comunicação.

Como afirma Regine Novaes:

"Nos momentos mais agudos dos conflitos, os camponeses vêm à cidade. Vêm à cidade política. Vir à cidade, à capital do Estado significa trazer a situação do conflito à opinião pública, à imprensa, procurar órgãos de representação de classe ou outros órgãos e instâncias do poder público que tenham, por influência ou atribuição, capacidade de resolver seus problemas."(9)

As oportunidades em que "os camponeses vêm à cidade" se constituem igualmente num aprendizado político que permite assimilar novas formas de luta, próprias das organizações urbanas (panfletagens, passeatas, palavras de ordem) e se expressar em praça pública frente a milhares de pessoas, se inserindo de ma-

rais Rurais das Dioceses de Guarabira, João Pessoa e Campina Grande.

(9) NOVAES, Regina, 1985, pg. 223.

neira mais ativa no jogo político urbano.

Já foi destacado por vários autores (NOVAES, 1985; NÓBREGA, 1988) o papel desenvolvido pela hierarquia da Igreja Católica, na legitimação destas lutas frente à opinião pública e na abertura de canais privilegiados de negociação com as autoridades. A partir da renovação do movimento sindical, e da criação da CUT, as lideranças sindicais assumem também um papel mais ativo de mediação, e começa a ser criada - e testada - uma solidariedade mais ampla e orgânica, não somente entre os "camponeses" e as pessoas e grupos urbanos sensíveis ao problema agrário, mas entre organizações do campo e da cidade.

Mediação

Assume também um papel importante nestas ações de pressão e sensibilização, o trabalho das assessorias, na elaboração dos documentos e no registro dos acontecimentos (redação de notícias para os jornais, documentação fotográfica, elaboração de slides e video...)

2.2 A superação do isolamento

O conflito, portanto, se desenvolve numa relação contínua e dinâmica entre a resistência no local e a mediação externa⁽¹⁰⁾. Uma mediação que envolve os aspectos jurídico, organizativo, financeiro (alimentação e transporte), a divulgação, a solidariedade, e até o aspecto formativo (reuniões, encontros, se

(10) Sobre o papel dos mediadores cf. HOBBSAWN, 198 .

minários e cursos).

Neste sentido acredito que a principal contribuição dos mediadores é a superação do isolamento geográfico, social e político em que o conflito nasce.

Durante as visitas às áreas de conflito levantei vários depoimentos dos trabalhadores que expressavam a falta de apoio das comunidades rurais vizinhas e dos trabalhadores da cidade. Existe um sentimento bastante generalizado de desaprovação, contra os posseiros que são facilmente tachados de "invasores", de gente que "quer tomar o que é dos outros".

"Todos eram contra. Diziam que éramos ladrões, comunistas e agitadores que queriam tirar a terra do homem. O pessoal da cidade também foi contra"

"Fora as outras áreas de conflito do município, os outros trabalhadores são contra. Têm medo, e estão esperando a nossa vitória para se animar; mas por enquanto eles sô vêem a demora e o nosso sofrimento. Vêem que não sai nada e acham que o pobre não tem valor".

O conflito, portanto, permite o afloramento de uma tensão e abre uma luta ideológica na própria classe, ao ir contra uma tradição sedimentada por séculos de dominação ideológica e continuamente renovada pela estratégia da classe dominante de isolamento da luta.

Uma primeira forma de superação do isolamento é a articulação dos conflitos entre si.

Se é verdade que "cada conflito é um conflito, e que os

posseiros participam de movimentos muito localizados"⁽¹¹⁾ existe por^êm, entre as v^árias ^áreas do Brejo e da Paraⁱba uma intera^ção muito grande e permanente, que vai desde visitas recⁱprocas, encontros peri^ódicos, e outras atividades conjuntas promovidas pela Pastoral rural e o setor mais combativo do movimento sindical (CUT).

Isto permite que os trabalhadores em luta numa determina^da ^área n^ão se sintam isolados, mas parte de uma comunidade mais ampla, a "comunidade dos que lutam".

Contribuem de forma decisiva tamb^ém para a supera^ção do isolamento o engajamento no movimento sindical (sobretudo na CUT) e nos partidos polⁱticos (v^árias lideran^ças das ^áreas de conflito fazem parte do diret^ório do PT e se apresentaram como candidatos nas elei^ções de 1984).

Os trabalhadores, desta forma, come^çam a sair das suas "áreas liberadas" e a entrar em contato com uma realidade mais ampla, rompendo assim, pelo menos em parte, as barreiras dos preconceitos recⁱprocos.

Neste engajamento come^çam a despertar para outra problemática al^ém da terra e fazem um aprendizado polⁱtico significativo.

É a este nⁱvel que se apresenta um desafio para o conflito de terra - que é resolvido de maneira diferente conforme os casos -; n^ão se trata somente de se articular entre as v^árias ^áreas de conflito, mas de come^çar a pensar em termos da socieda^da como um todo, e de ter uma presen^ça ativa na luta de outras ca-

(11) GRZIBOWSKI, 1987, pg. 19; e MARTINS, 1984, pg. 94.

Estas ações de resistência coletiva têm uma dupla função: garantir as condições mínimas de produção e portanto de sobrevivência do grupo, e manter viva a organização coletiva e a capacidade de resistência - visam também acelerar o processo de desapropriação, que a lei prevê em caso de "tensão social".

Nas áreas onde é maior a violência, as ações coletivas de resistência são fortalecidas pela participação solidária de outras áreas de conflito nos mutirões e acampamentos.

Esta primeira forma de organização interna é fundamental para a manutenção do conflito: e é a partir disso que se forja a unidade e a consciência coletiva.

A ação comunitária é também um teste para o grupo: alguns acompanham a luta, outros se afastam, outros ficam aguardando os acontecimentos, e começam a despontar as pessoas que assumem um papel de liderança.

O proprietário responde com ameaças, recorrendo às suas milícias particulares, introduzindo o gado na plantação dos posseiros, e convocando - muitas vezes sem ordem judicial - a própria polícia para amedrontar os trabalhadores e acabar com o conflito, logo no seu início.

A esta altura dos acontecimentos a resistência do grupo só é possível se existir um apoio externo ao grupo local.

É a partir daí que o conflito começa a "existir socialmente" através de várias ações fora da propriedade, onde entram em jogo outros atores.

a) *Ações jurídicas*

Os advogados dos trabalhadores iniciam uma série de providências jurídicas que devem ser acionadas de imediato e continuamente atualizadas, acompanhando a dinâmica do conflito: consignação do pagamento do "foro" em cartório, contestação de uma ação de despejo, soltura de trabalhadores presos, pedidos ao Secretário de Secretário de Segurança Pública, ações de reintegração de posse.

Depende da eficiência e competência dos advogados conseguir resgatar tudo que é possível encontrar na legislação, em favor dos trabalhadores, para defendê-los e dar-lhes mais tempo para que possam continuar a luta. Ao mesmo tempo começam as tramitações para a desapropriação da terra.

b) *Ações de pressão junto aos Órgãos Públicos*

Os posseiros também começam a entrar em contato direto com as autoridades públicas, através de documentos de denúncia e reivindicação, abaixo assinados ao MIRAD/INCRA para a desapropriação. Estes documentos são, muitas vezes, levados pessoalmente por grupos ou caravanas de trabalhadores até a capital.

Estas ações, inicialmente realizadas por ocasião de cada conflito, passaram a ser realizadas de forma mais conjunta a partir da ocupação da sede do INCRA, em fevereiro de 1986, ocasião em que foi criada a "Comissão Estadual da luta pela terra", com o objetivo de articular os conflitos a nível estadual. (8)

(8) Fazem parte desta comissão representantes das áreas de conflito das várias regiões, dirigentes sindicais, e as Pasto-

TABELA Nº 2

PAUTA DE REIVINDICAÇÕES DAS ÁREAS DE CONFLITO NO
ESTADO DA PARAÍBA1) ÁREAS DESAPROPRIADAS COM ASSENTAMENTO OU COMPRADAS

Árvore Alta, Mumbaba, Muitos Rios, Cipó, Alagamar, Mucatu,
Geraldo.

REIVINDICAÇÕES: . ampliação da área
. módulo rural
. crédito rural com juros baixos para a produção
. infraestrutura (estrada, energia, saúde, escola...)

2) ÁREAS DESAPROPRIADAS COM IMISSÃO DE POSSE SEM ASSENTAMENTO

Cajã de Alagoinha, Cajã de Alagoa Nova, Baixio, Águas Turvas, Camucim, Jaracatia ou Nascimento, Riacho dos Cavalos

REIVINDICAÇÕES: . assentamento o mais rápido possível
. todas as reivindicações do bloco nº 1

3) ÁREAS COMPRADAS PELO INCRA, FUNDAP, PROCANOR

Varelo de Cima, Mares, Varelo de Baixo ou Calabouço, Bela Vista, Paus Brancos, Gravatã, Engenho Novo, Mumbuca, Salgadinho, Engenhoca, Cachoeira, Pedra d'Água de Alagoa Nova, Quitéria.

REIVINDICAÇÕES: as mesmas do bloco 2.

4) ÁREAS DESAPROPRIADAS SEM IMISSÃO DE POSSE COM MANDATO DE SEGURANÇA

Subaúma, Capim de Cheiro, Vazante, (Retirada)

REIVINDICAÇÕES: . criação de uma jurisdição especializada em matéria de desapropriação

- . garantia da segurança pública em todas as áreas com a retirada das milícias particulares (Vazante)

5) ÁREAS DESAPROPRIADAS SEM MANDATO DE SEGURANÇA E SEM IMISSÃO DE POSSE

Engenho Velho, Sítio, Urna

REIVINDICAÇÕES: . imediata imissão de posse

- . afastar os obstáculos criados pelo próprio governo do Estado
- . garantir a segurança pública

6) ÁREAS VISTORIADAS JÁ APROVADAS PELA COMISSÃO AGRÁRIA (EM BRASÍLIA)

Avenca, Abiaí, Guandu, Barra do Gramame, Gurugí, Santa Rosa 1 e 2, Muribeca, Fazendinha, Coqueirinho, Riacho dos Currais, Salomão

REIVINDICAÇÕES: . pressão do governo junto ao MIRAD, INTER, e presidência da República

- . informação quinzenal sobre a situação das áreas em Brasília, comunicando os órgãos de classe
- . garantir a segurança pública em todas as áreas e retirar as milícias particulares.

7) ÁREAS CUJOS PROCESSOS VOLTARAM DE BRASÍLIA

Fazendinha, Aurora, Corvoada, Capim Açú, Carvalho

REIVINDICAÇÕES: revogação do Decreto Lei 2363/87 e devolução dos processos a Brasília

8) ÁREAS VISTORIADAS QUE NÃO FORAM AINDA ENCAMINHADAS A BRASÍLIA

Jacaré, Sapucaia, Maniçoba e Pau de Açúcar, Tambaba, Salgado, São José, Imbiras, Cabaças, Quirino, Agropastoril Alvorada, Lagoa Verde

REIVINDICAÇÕES: . que os processos sejam enviados o mais pronto a Brasília para a desapropriação
. garantia da segurança pública nas áreas e do livre direito dos trabalhadores a plantarem

9) ÁREAS A SEREM VISTORIADAS

Genipapo, Várzea do Coatí, Gameleira, Vaca Brava, Riacho, Cumatí, Jardim, Guaranã, Serra da Jurema, Conceição, Chã do Marinho, Caiana, Lagoa Preta, Mãe Joana, Salgado, Riacho Fundo, Mulungu, Ouricuri, Ipasa, Campo Verde, Olho d'Água, Corredor 1 e 2, N. S. de Fátima e outras

REIVINDICAÇÕES: . Vistoria imediata de todas as áreas
. Garantia de segurança pública com retirada das milícias particulares (Genipapo e Riacho)

10) ÁREA INDÍGENA

Jacarê de São Domingos

REIVINDICAÇÕES: .Imediata demarcação da vila Montemor ou Pre
guiça
. garantia de segurança pública com retirada
da milícia particular.

FONTE: Comissão Estadual de Luta pela Terra.

TABELA Nº 3
CONFLITOS DE TERRA NO BREJO

MUNICÍPIO	ÁREA DE CONFLITO	HAs	FAMÍLIAS d f tot	RELAÇÕES DE TRABALHO	COMO INICIOU E ANO	ORGANIZAÇÃO INTERNA	SITUAÇÃO ATUAL	OBSERVAÇÕES
ARARUNA	Varelo de Cima	164	6 10 16	Arrendatários	1985-venda da propriedade e plantação de capim	Não pagamento do foro; mutirão e roçado comunitário	Comprado pelo MIRAD em março/88	Muita tensão e violência armada contra os trabalhadores, padres, bispo e pessoal de apoio. Semana sindical de solidariedade das outras áreas da PB
(Região: Curimatá)	Varelo de Baixo (ou Calabouço)	490	24 24	Arrendatários	1983-venda da propriedade	Mutirão e roçado comunitário	Comprada pelo INCRA em 10/84. Não assentada. Projeto São Vicente	Muita perseguição e violência, inclusive prisão que ocasionou uma greve de solidariedade dos padres da Diocese de Guarabira
	Baixio	1000	49 -- 01	Arrendatários e dia de condição	1984-venda da propriedade	Mutirões, açude e roçado comunitário	Desapropriada p/ INCRA em 26.12.85. Projeto São Vicente e Nordeste.	17 trabalhadores foram presos por ordem judicial. Foi criada uma associação de moradores
TACIMA (Região: Curimatá)	Vazante	533	11 31 42	Arrendatários	1984-venda da propriedade e os trabalhadores plantam s/autorização	Mutirão, roçado comunitário e construção de casas e casa-de-farinha comunitária	Desapropriada pelo INCRA em 27/04/87. A desapropriação foi suspensa por causa de uma liminar interposta pelo proprietário	Clima de tensão grande pela presença de pistoleiros armados. Continuam os mutirões para fazer casas e plantar.
	Olho d'Água	18	09 09	Arrendatários	1986-Proibição de plantar	Reuniões e não plantaram esperando a resolução do Juiz	Na espera de uma decisão judicial	Participam ativamente da luta da Vazante e de outras áreas.

CAIÇARA (Região: Piemonte da Borborema)	Maniçoba e Pão de Açúcar	378	-- 32 32	Arrendatários	1985-Destruição de lavouras	Consignação do foro na Justiça. Mutirão	Vistoria do INCRA, mas sem encaminhamento p/Brasília. O juiz conce- deu uma liminar de manutenção de posse aos trabalhadores	Os trabalhado- res continuam plantando na área
BANANEIRAS (Região: Brejo)	Carvalho	566	47 140 187	Arrendatários	1979-Venda da propriedade	Consignação do foro na justiça, mutirões e cur- sos de formação sindical; casa de farinha comu- nitária	Em fase de desa- propriação. O processo voltou de Brasília por- que não cumpria com os requisi- tos do novo De- creto 2363/87 do MIRAD	Conflito mais antigo do Bre- jo. Os traba- lhadores ocu- pam toda a á- rea com ben- feitorias. So- lidariedade com as áreas vizinhas de conflito
	Sapucaia	2020	34 60 94	Moradores de condição e arren- datários	1985-Venda da propriedade e proibição do mutirão	Mutirão e roça do comunitário	A área foi vis- torada mas o processo não foi encaminha- do ainda a Bra- sília	A maioria das terras são im- produtivas, mas o proprie- tário conse- guiu o regis- tro de Empre- sa Rural
	Riacho	400	06 -- 06	Morador de condi- ção	1987-Destrui- ção da lavoura e da casa	Grande mutirão com as áreas vizinhas	A área ainda não foi visto- riada pelo MIRAD	Agressão físi- ca aos morado- res e tentati- va de atropel- amento de uma jovem por um trator

MUNICÍPIO	ÁREA DE CONFLITO	HAs	FAMÍLIAS D F TOT	RELAÇÕES DE TRABALHO	COMO INICIOU E ANO	ORGANIZAÇÃO INTERNA	SITUAÇÃO ATUAL	OBSERVAÇÕES
ALAGOINHA (Região: Pie monte da Bor borema)	Cajá	268	13 13 26	Arrendatários com dia de condição e barracão	1983-Venda da propriedade	Deixaram de usar o barracão, muti rão e ampliação das benfeitorias	Desapropriada em 1985 sem assentamento	Há problemas para assen- tar todas as famílias res- peitando o módulo de 25 has
	Gameleira	150	20 -- 20	Antigos arrendatá rios que nos últi mos anos não paga vam foro	1987-Tentativa de grilagem e ameaça de ex- pulsão dos tra balhadores	Reuniões e am- pliação das ben feitorias	Ainda não foi vistoriada pe lo MIRAD	
	Jacaré	160	-- 22 22	Arrendatários	1986-Venda da propriedade e despejo judi- cial	Reuniões e mutirão	Já foi vistori- ada, mas o processo não foi encaminhado a Brasília	O Juiz decre- tou reintegra- ção de posse para os traba- lhadores. Hou- ve destruição de lavoura
	Genipapo	152	-- 32 32	Arrendatários	1987-Venda da propriedade e destruição da lavoura	Reuniões e Mutirão	Há uma proibi- ção do Juiz de plantar. Ainda não foi vistoriada pe lo MIRAD	Alguns traba- lhadores fi- zeram acordo
	Almécega	100	13 80 93	Arrendatários	1986-Proibição de continuar plantando	Reuniões e am- pliação das benfeitorias	Na espera de uma compra pe la FUNDAP	

PILÕES (Região: Brejo)	Ouricuri	93	13 -- 13	Moradores de condição e arrendatários	1986-Venda da propriedade	Não pagamento do foro e ampliação das benfeitorias	Ainda não foi vistoriada. A espera de uma compra pela FUNDAP	
MULUNGU (Região: Pie monte da Bor borema)	Mumbuca	165	01 40 41	Arrendatários e "conga"na casa de farinha do dono	1985-Proibição de plantar e ameaça de des- pejo	Mutirões e reuniões	Comprada pela FUNDAP em 1985 com assentamen to	Durante o con flito houve ameaças de morte contra as lideranças do STR.
DONA INÊS (Região: Curimataú)	Fazenda "Sítio"	1820	58 70 128	Moradores de condição e arren datários	1980-A área é desapropriada mas sem emissão na posse. 1986- Há uma retomada do conflito	Mutirões e amplia ções das benfeito rias	Desapropriada de novo em 1988, com emis são de posse	Em dez/87, o prefeito que é o proprietá rio fez uma emboscada ao padre e aos trabalhadores da P.R.
ESPERANÇA (Região: Agreste da Borborema)	Bela Vista	74	- 18 18	Meeiros e arrenda- tários	1986-Venda da propriedade e ameaça de ex- pulsão	Mutirões e acampa- mento perto da propriedade e na praça em J.Pessoa	Foi comprada pelo Governo do Estado e o MIRAD	O caso teve repercussão em todo o Es- tado, pelo a- campamento em J.Pessoa que contou com a solidariedade de todas as á reas de con- flitos e das entidades sin- dicais urba- nas e rurais

MUNICÍPIO	ÁREA DE CONFLITO	HAs	FAMÍLIAS D. F. TOT	RELAÇÕES DE TRABALHO	COMO INICIOU E ANO	ORGANIZAÇÃO INTERNA	SITUAÇÃO ATUAL	OBSERVAÇÕES
ALAGOA GRANDE (Região: Pie- monte da Bor- borema)	Caiana dos Mares	1148	10 33 43	Antigos arren- datários ex- pulsos da á- rea e de ou- tras áreas vi- zinhas	1984-A FUNDAP comprou e os trabalhadores ocuparam a terra	Mutirão e for- mação de uma comissão para administrar a terra	Assentada pe- la FUNDAP em lotes de 25 has e uma área comunitá- ria	Há uma asso- ciação de mo- radores
	Quitéria	240	52 4 56	Assalariados ou pequenos produ- tores sem terra que moravam num povoado	1984-Comprada pelo "PROCANOR" à pedido do STR	Organização através da delegacia sin- dical do po- voad	Assentada pelo PROCAN	Falta crédito para traba- lhar a terra
	Baixinha	160	09 -- 09	Arrendatários	1983-Destruição de lavouras		Ainda não foi vistoriada	
	Avenca	130	09 -- 09	Moradores de condição	1983-Cobrança de direitos traba- lhistas		Já vistoriada pelo INCRA	
ALAGOA NOVA (Região: Brejo)	Geraldo	2300	55 356	Arrendatários	1979-Venda da propriedade	Mutirão, reu- niões e ações coletivas de resistência	Desapropriada pelo INCRA e assentada	Foi uma luta que teve gran- de repercus- são estadual e nacional
	Cajá	286	36 -- 36	Arrendatários	1983		Desapropriada pelo INCRA	Existe uma associação de moradores
	Cachoeira e Pedra d'Água	320	30 -- 30	Arrendatários	1985		Comprada pela FUNDAP em 1986	Famílias as- sentadas e títulos de propriedade em condomínio
	Engenhoca	300	40 -- 40	Arrendatários	1985		Comprada pela FUNDAP em 1986	Idem como aci- ma
	Sapé	1200	200 -- 200	Arrendatários(?)	1986		Em processo de desapropriação	
	Imbiras	1100	40 -- 40	Arrendatários(?)	1986		Já vistoriada pelo INCRA	
	TOTAIS		15835	1277 595				

CAPÍTULO 3

A LUTA CONTRA A EXPLORAÇÃO: OS CONFLITOS TRABALHISTAS

3.1 *Das campanhas trabalhistas aos dissídios coletivos*

A partir da implantação do PRO-ÁLCOOL, se acelera na Paraíba, a expulsão dos moradores e arrendatários do campo e a constituição de um número sempre crescente de assalariados agrícolas.

Mas é somente no começo dos anos 80 que se inicia um movimento para a organização e a defesa dos interesses desta nova categoria emergente.

Enquanto já nos anos sessenta o movimento dos trabalhadores rurais de Pernambuco tinha conseguido, através das mobilizações que culminaram com o "acordo do campo".⁽¹⁾ O estabelecimento de algumas normas e parâmetros que regulamentavam as rela-

(1) Acordo entre usineiros e trabalhadores da cana, mediado pelo governo da Frente Popular de Arraes, realizado em 1964, que regulamentou, pela primeira vez, a tabela de tarefas e possibilitou um aumento real dos níveis de remuneração. (cfr. CALADO, 1964 e SIGAUD, 1979).

ções de trabalho, não aconteceu o mesmo na zona canavieira da Paraíba, apesar das fortes mobilizações das Ligas Camponesas.

Não houve uma institucionalização das relações de trabalho que se constituísse como um marco de referência na memória histórica dos trabalhadores, e a categoria dos "direitos" não teve a mesma repercussão e penetração. (2)

É no terceiro Congresso dos Trabalhadores Rurais organizado pela CONTAG em 1979 em Brasília que o movimento sindical levanta a preocupação de trabalhar melhor a questão dos assalariados rurais e são lançadas algumas diretrizes de ação.

Na Paraíba as indicações do III CONGRESSO são assumidas principalmente pelos grupos de militantes e assessores dos centros e serviços da Igreja, em conjunto com alguns setores do movimento sindical e grupos de assessoria.

Será este conjunto de forças que promove com a FETAG o I Encontro de Assalariados da Zona Canavieira da Paraíba, realizado em setembro de 82 em Guarabira (3), onde as iniciativas já existentes neste campo são unificadas num plano comum e coordenadas pela "Comissão Canavieira". (4)

(2) Cfr. NOVAES, 1987; POTENGY e MIELE, 1987; BARBOSA, 1984.

(3) Participaram deste encontro, que marcou o início de um trabalho articulado com os canavieiros, 125 delegados entre trabalhadores e dirigentes, representando 29 Sindicatos de Trabalhadores Rurais da zona canavieira.

(4) A COMISSÃO CANAVIEIRA era formada por dirigentes sindicais da zona canavieira e por trabalhadores da Pastoral Rural da Diocese de João Pessoa e Guarabira, e contava com a assessoria da "Comissão Justiça e Paz" de Campina Grande, do "Centro de Orientação dos Direitos Humanos" (CODH) e "Serviço de Educação Popular" SEDUP da Diocese de Guarabira e do Grupo de Pesquisa e Assessoria Sindical da UFPb, de Campina Grande, e do CENTRU.

A Coordenação era da FETAG, mas o grupo de trabalhadores e assessores "da Igreja" mantinha uma certa hegemonia na comissão.

A CAMPANHA TRABALHISTA

A primeira grande mobilização planejada e organizada pela Comissão Canavieira foi a CAMPANHA TRABALHISTA, que se desenvolveu durante 1982 e 1983, até a realização da primeira greve em 1984.

Os objetivos desta campanha eram difundir entre os trabalhadores o conhecimento dos "direitos", estimular as ações trabalhistas na justiça, até aquele momento inexistente, e propiciar uma aproximação dos dirigentes sindicais, em geral pequenos produtores, desta categoria em expansão, mas subrepresentada no movimento sindical.

As Campanhas Trabalhistas, finalmente, tinham como objetivo preparar o terreno e criar as condições organizativas para as "Campanhas Salariais", e os dissídios coletivos, como vinha acontecendo em Pernambuco desde 1979.

No ano de 1983, três momentos marcaram a campanha trabalhista.

A comemoração do 1º de maio, realizada em Sapê, no coração da zona canavieira, com a participação de 18 STRs e de mais de seis mil trabalhadores, que teve como tema central a luta pelos direitos.

Um outro momento de grande importância foi o lançamento da campanha trabalhista a nível de Estado, realizado em Alagoa Grande, no dia 27 de Agosto - poucos dias após o assassinato de Margarida Maria Alves, presidente daquele sindicato⁽⁵⁾, que re-

(5) Este dia tinha sido escolhido por Margarida para realizar o lançamento da campanha trabalhista no seu município.

esentou uma resposta do movimento sindical e popular a um crime com claras conotações políticas que visava fazer cair no nascedouro o movimento trabalhista.

Em dezembro do mesmo ano iniciou também uma campanha pelo pagamento do 13º salário dos canavieiros, quando os trabalhadores, pela primeira vez, receberam uma parte de seus direitos, e que foi considerado pelos dirigentes como o primeiro resultado econômico das mobilizações trabalhistas.

AS CAMPANHAS SALARIAIS

Durante o ano de 1984 todo o trabalho foi direcionado para o lançamento do Dissídio Coletivo e a preparação para uma possível greve.

Os Sindicatos foram organizados por POLOS SINDICAIS, que assumiram um papel central na articulação do trabalho com os assalariados, sob a direção da FETAG, da CONTAG e de suas assessorias, que substituíram progressivamente o papel da Comissão Canavieira. (6)

Esta mudança de direção significou certa desarticulação do comando unificado representado pela comissão canavieira. A

(6) Houve, desde o começo, uma disputa pela direção do trabalho com os assalariados, entre a comissão canavieira e a direção da FETAG e da CONTAG. O momento de maior tensão aconteceu no Encontro realizado em julho de 1983, quando prevaleceu a posição da CONTAG de não partir para a greve, contra a posição daqueles grupos de sindicalistas e assessores favoráveis a deflagração do movimento grevista já naquele ano.

partir deste momento a responsabilidade do trabalho vai depender da atuação de cada polo sindical. Representou igualmente a aplicação na Paraíba do modelo de dissídio coletivo implantado em Pernambuco, pela FETAPE e CONTAG.

Entre as alternativas que se apresentavam para o movimento sindical havia a realização de uma Convenção Coletiva sem greve regulamentada pela CLT ("dissídio frio"), a realização de uma negociação direta entre empregadores e trabalhadores sem recorrer à mediação da justiça (que poderia eventualmente desembocar numa greve ilegal) e a realização de um Dissídio Coletivo via Lei de Greve ("dissídio quente") que foi a proposta que prevaleceu. (7)

Optar pela lei de greve, no entendimento da CONTAG, significava utilizar todos os complicados trâmites legais desta lei - que são, de fato, dispositivos "anti-greve" (8) - para tentar "romper por dentro" os limites da lei, pela força da mobilização dos trabalhadores, minimizando assim as possibilidades de uma intervenção repressiva do governo e dos patrões. Como argumenta Romeu da Fonte, advogado da FETAPE e assessor da CONTAG:

(7) Para um melhor entendimento destas definições ver cadernos do CEDI, 1985.

(8) A lei nº 4330 prevê, entre outros dispositivos a realização de uma assembléia para a aprovação da pauta de reivindicações com "quorum" de 2/3 da categoria em primeira convocação e 1/3 em segunda convocação e votação com escrutínio secreto. Após a negociação com os patrões, que pode durar no máximo 5 dias, a matéria passa para a decisão do tribunal. A greve pode ser realizada somente até a sentença do tribunal. Se ela continuar após esta data, será considerada ilegal. Os patrões podem também recorrer ao Supremo Tribunal Federal e pedir o "efeito suspensivo" para todas ou parte das cláusulas julgadas.

"Com essa mobilização, aliando-se a uma certa criatividade jurídica, dá para romper esta lei. Dá para se conseguir que a greve não seja declarada ilegal e evitar que daí venham as consequências piores da lei anti-greve que são as punições, não pagamento dos dias de greve e sobretudo o aumento desenfreado da repressão. Usineiro e Senhor de engenho é truculento no sentido da palavra. As lutas que se dão dentro dos engenhos não são como as da capital, onde os meios de comunicação estão próximos e a repressão é contida pela própria sociedade que observa mais de perto, pelos meios de comunicação... No campo o espaço para a repressão é muito maior... Daí o desafio de cumprir o ritmo da lei de greve, por dentro, rompendo, e não é somente de cumprir, também alargar por dentro e frustrar os objetivos anti-greve desta lei". (9)

Este esquema, aplicado com relativo sucesso em Pernambuco desde 1979, e que diferencia as greves dos canavieiros do Nordeste daquelas dos "boias frias" de São Paulo, encontra algumas dificuldades.

A lei prevê que os proprietários sejam notificados com antecedência e dentro dos moldes legais, evitando assim qualquer possibilidade de um "efeito surpresa".

A mobilização é direcionada não tanto para pressionar os patrões como o Tribunal, e permitir um julgamento rápido e o mais favorável possível aos trabalhadores.

O próprio trabalho de mobilização é realizado de forma intensiva nas semanas imediatamente anteriores ao dissídio, até o julgamento do tribunal, mas não continua da mesma forma no pe

(9) CEDI, 1985, pag. 36.

ríodo sucessivo, para garantir a aplicação dos acordos.

Além dessas dificuldades, na Paraíba, a própria pauta de negociação foi elaborada pela CONTAG, tendo como modelo os dissídios de Pernambuco e Rio Grande do Norte - que não correspondem à realidade complexa e variada do processo de trabalho da Paraíba - sem uma participação efetiva dos trabalhadores e dirigentes do Estado.

Mas, apesar destas limitações - que terão suas repercussões sobre o ciclo de greves sucessivas - a primeira greve dos canavieiros da Paraíba se constituiu como um marco no processo de organização da categoria.

A participação dos trabalhadores foi massiva nas assembleias inclusive naqueles sindicatos pouco atuantes, o que indica que os trabalhadores só estavam esperando um chamado para se mobilizarem.

Várias assembleias terminaram com manifestações na rua e virgílias na sede do sindicato, num clima de grande expectativa.

No primeiro dia de greve, já desde as primeiras horas da madrugada centenas de canavieiros se reuniram na frente dos sindicatos e nos pontos de acesso ao município, erguendo piquetes com pedras e árvores para impedir a passagem dos caminhões carregados de cana ou de trabalhadores ("fura greve"). Durante toda a semana a paralização foi grande, atingindo cerca de 80% da categoria e parализando as duas Usinas. (10)

(10) A Usina Tanques, de Alagoa Grande, de propriedade da família Veloso Borges, continuou moendo, mesmo de forma reduzida, recorrendo a uma forte repressão armada contra o movimento grevista e a agressões físicas aos dirigentes e as

Os proprietários, alarmados com a extensão do movimento, pediram reforço policial. Uma coluna de policiais militares e rodoviários, acompanhados por um carro de bombeiros, saíram de Guarabira em direção à região de greve para abrir os piquetes e apagar os supostos incêndios dos canaviais.

Apesar do caráter legal da greve e das garantias prometidas pelo governador, os policiais circulavam ostensivamente nos carros dos proprietários, obrigando grupos de grevistas a trabalharem e se recusando a dar proteção aos dirigentes e assessores para fazer o trabalho de aliciamento dentro dos engenhos.

Por isso a maioria dos grevistas se concentra na frente do sindicato, em assembléia permanente, e sai em passeatas animadas por cantos e discursos improvisados pelos próprios trabalhadores.

A Igreja manifestou seu apoio através da organização do fundo de greve - recolhido nas portas das Igrejas e entre os pequenos produtores e as áreas de conflito de terra - e na celebração de procissões e missas campais durante a semana de paralisação.

Foram oito dias de greve até o julgamento do tribunal, onde foi ratificada a maioria das cláusulas apresentadas pelo movimento sindical, a partir dos dissídios de PE e RN. (11)

sessores do sindicato de Alagoa Grande e de alguns sindicatos vizinhos. O gerente da Usina José Gusmão Buarque, empreendeu com um grupo de capangas uma verdadeira ação de terrorismo dissolvendo piquetes e "mandando prender" dirigentes sindicais, entre eles, a presidente do STR de Cuité-gi. A sede do STR de Alagoa Grande ficou cercada durante os dias da Greve por homens armados.

(11) No dissídio coletivo de 1984 foram julgadas cerca de 50 cláusulas econômicas, sociais e sindicais.

Essas campanhas salariais constituem um avanço importante para a organização dos assalariados e seu processo de identificação enquanto classe. Mobilizam a maior parte da categoria, e encontram uma adesão imediata dos trabalhadores.

A greve pode ser vista como um pequeno movimento de comoção da sociedade, a luta de classe se manifesta aí mais evidente do que no quotidiano.

Durante vários dias seguidos o trabalhador levanta a cabeça do duro trabalho ao qual está submetido, para a secular máquina de exploração que o amarra à terra, quebra a sua rotina e fica "ocioso", ocupando de forma coletiva o espaço de trabalho, não respeitando as hierarquias e se libertando da obrigação de trabalhar, se juntando com os companheiros, enfrentando os patrões e a polícia, e assistindo ao alinhamento das classes sociais, e às posições que os vários setores da sociedade assumem. É o momento da verdade.

É o momento também em que os trabalhadores, enquanto classe, reivindicam a sua cidadania, aparecem na cena política.

Através da negociação, o movimento sindical conseguiu o reconhecimento de uma extensa pauta de reivindicações, que abrangem direitos fundamentais, alguns já garantidos por lei, mas não respeitados e até desconhecidos pelos próprios canavieiros, e introduz novos direitos, tal como a fixação de um piso salarial e de uma tabela que regulamenta o regime de trabalho "por produção", e o direito de estabilidade para os delegados sindicais.

Mas é o momento sucessivo ao dissídio que apresenta as maiores dificuldades; à diferença das greves de outras categorias, o grau de não aplicação das cláusulas do dissídio (em lin

guagem sindical, o grau de "descumprimento" dos acordos) é muito alto e abrange a maioria das cláusulas estabelecidas.

Terminada a fase de negociação - que é percebida pela classe patronal como uma derrota política⁽¹²⁾ os proprietários tentam restabelecer o "status quo", caracterizado pela autoridade absoluta, dentro e fora do trabalho que mantêm tradicionalmente e que os trabalhadores chamam a "lei do patrão", ou a "lei do fazendeiro".

Neste momento a maioria das assessorias se retira da região, a opinião pública se satisfaz com as notícias de "vitória dos canavieiros" e volta a se esquecer deste mundo tão próximo geograficamente e tão distante socialmente. A própria FETAG e CONTAG consideram terminado o seu papel, como também vários líderes sindicais voltam a se sentar atrás do birô.

Os canavieiros, porém, ao voltar ao trabalho, devem enfrentar a "revanche" dos proprietários, que se recusam a pagar os dias de greve, não reconhecem as decisões do tribunal, não pagam os níveis salariais estabelecidos, nem respeitam a tabela de tarefas, perseguem as lideranças e demitem os delegados sindicais.

O prosseguimento da luta e da mobilização, após a greve, varia conforme o grau de organização e de combatividade de cada sindicato, e da tradição de luta dos trabalhadores.

Devido ao "descumprimento", o ciclo de greves e de negociação sofre impasses e dificuldades.⁽¹³⁾

(12) SIGAUD, 1985, pag. 21.

(13) Conforme SIGAUD, em Pernambuco o "descumprimento" das cláusulas não estaria afetando significativamente o ciclo das greves, porque no "interregno" entre uma greve e outra se dá uma multiplicação de ações, e de conflitos, menos evidentes mas igualmente efetivas, e cada ano a participação nas assembleias continua expressiva. (Cfr. SIGAUD, 1985).

Se no primeiro ano de greve os índices de comparecimento foram expressivos, já no segundo ano (1985), em função do desrespeito dos acordos, a participação dos assalariados nas assembléias diminuiu significativamente e se chegou a assinatura de um acordo sem greve, aceitando inclusive cláusulas desfavoráveis aos trabalhadores.

No terceiro ano (1986) se partiu de novo para a greve, mas o comparecimento nas assembléias caiu pela metade e a paralização no campo foi parcial e limitada a alguns municípios onde os sindicatos eram mais atuantes. Em 1987 houve de novo um acordo coletivo sem greve, e com pouca participação.

Estas dificuldades são mais marcantes no Brejo, onde a agroindústria canavieira tem como condição necessária para a sua reprodução, os incentivos governamentais e a super-exploração da mão-de-obra. Por isso no Brejo, os níveis de remuneração são inferiores a outras regiões canavieiras do Estado e menos frequentes é também a aplicação das cláusulas trabalhistas. A própria fragmentação dos proprietários em pequenas e médias unidades de produção dificulta uma ação, o processo de fiscalização e de organização dos trabalhadores. (14)

Devemos também considerar a mentalidade "senhorial" dos proprietários que se recusam a aceitar o sindicato como interlocutor e tendem a não reconhecer as decisões do julgamento do Tribunal e a não legitimar os acordos entre as partes assinados "lá na capital". (15)

(14) Esta situação está provocando um forte movimento de deslocamento da mão-de-obra do Brejo para o Litoral e a Várzea à procura de melhores condições de trabalho.

(15) Em alguns engenhos e usinas os proprietários se recusavam até a receber a pauta de reivindicações que o sindicato era obrigado, por lei, a entregar com antecedência aos empregadores.

Isto dificulta o processo de organização e a resposta de um movimento sindical, que não possui ainda uma tradição de luta, e se encontra numa fase incipiente de renovação.

3.2 *As ações e os acordos trabalhistas*

Os proprietários rurais do Brejo tem uma grande dívida trabalhista acumulada durante todo o período em que os moradores não receberam seus direitos mínimos garantidos por lei que grava como uma hipoteca social sobre suas terras. Esta dívida se encontrava anteriormente embutida e escondida na própria relação de morada. (16)

As campanhas trabalhistas e salariais, ao despertar nos canavieiros a consciência de seus direitos, abriram o caminho para a cobrança de parte desta dívida.

Em 1979, quando o Centro de Orientação dos Direitos Humanos da Diocese de Guarabira iniciou suas atividades, prestando

(16) Na relação tradicional de morada, a subsistência do morador era, de certa forma, assegurada através de uma série de atribuições que eram inerentes a sua qualidade de trabalhador, tais como a concessão de uma área de sítio ou roçado, o uso da lenha, do mel de rapadura e leite, a assistência médica e outros "benefícios" aos quais correspondia uma série de obrigações econômicas e extraeconômicas - que configuravam a "sujeição" - numa relação de reciprocidade desigual entre morador e senhor de engenho. Evidentemente não é o caso de se falar em "direitos", sendo esses "benefícios" exatamente o oposto aos direitos, em quanto concessões do patrão. É essencial, nesta relação a dominação direta sobre a pessoa do trabalhador e sua família, com todas as implicações sociais e políticas que isso comporta e cuja consequência mais relevante é a cidadania limitada do trabalhador. (Cfr. MARX, 1977; PALMEIRA, 1979; SIGAUD, 1979).

assessoria jurídica a cerca de 12 STRs da região, quase não havia ações trabalhistas encaminhadas pelos sindicatos. (17)

O morador saía expulso das propriedades "sem direito a nada", ou rarissimamente, recorria ao sindicato que resolvia o caso através de um acordo com o proprietário. (18)

Nestes últimos anos, o número de ações trabalhistas individuais e coletivas cresceu a tal ponto que foi preciso criar uma Junta de Conciliação e Julgamento em Guarabira, e a maioria dos sindicatos conta com um advogado para encaminhar estas ações. (19)

Entrar na Justiça significa romper os laços de dominação pessoal e os vínculos extraeconômicos que ligam o trabalhador ao patrão. É a "lei do fazendeiro" que é relativizada. (20)

Como afirma Afrânio Garcia, "quando os direitos forem pagos, é a sujeição que foi eliminada". (21)

(17) Entre as exceções destaca-se a atuação de Margarida Alves, presidente do STR de Alagoa Grande. No momento de seu assassinato, o sindicato estava com cerca de 70 ações trabalhistas na justiça. Esta prática, apesar de se pautar nos limites da lei, foi o "motivo" de sua morte, enquanto desafiava a autoridade absoluta dos usineiros e senhores de engenho do município. (Cfr. NOVAES, Regina, 1983 e NOVAES, Roberto, 1983).

(18) Sobre as formas de despejo direto e indireto e o dos moradores, ver SIGAUD, 1979, cap. II "Os mecanismos de expulsão".

(19) A Junta de Conciliação foi instalada em Guarabira no mês de setembro de 1987. Anteriormente só havia Juntas na Paraíba na capital e em Campina Grande. A sua jurisdição abrange cerca de 20 municípios do Brejo e atualmente estão tramitando neste fórum mais de 600 processos, na sua maioria de trabalhadores rurais.

(20) PALMEIRA, 1985, pag. 48.

(21) GARCIA, 1983, pag. 309.

Quando foi perguntado a uma mulher, presidente do sindicato, desde o começo dos anos setenta, e que acompanhou a evolução do movimento nestes anos, quais eram as principais mudanças ocorridas neste período, respondeu:

Nº 13 STR"

"Tanta coisa já melhorou de 15, 16 anos para cá! A gente via antes o trabalhador dentro de uma propriedade e o proprietário dizia "vai embora". Se ele tivesse pelo menos um burro que botasse dois paus de lenha, ele tinha que sair.

Numa miséria desgraçada, sob pena de levar uma surra, saindo até de noite para não amanhecer o dia naquela casa. E hoje a gente já vê a luta e a força do povo. O povo lá dentro e saindo quando quer.

'Não, Eu saio daqui só quando for indenizado ou com meus direitos conseguidos', ou até conseguido a própria terra para ficar nela. Quer dizer, isto aí foi uma mudança".

E um dirigente sindical da CUT, de um município canavieiro reforça:

Nº 10 CUT

"Eu acho que alguma coisa eles (os patrões) sentiram, porque também começaram a tirar dos seus lucros para pagar o 13º que não pagavam. Começaram a pagar direito trabalhista que não pagavam.

Não sei. Acho que alguma coisa eles sentiram tanto assim que estão se organizando também".

Com a cobrança dos direitos trabalhistas na justiça o conflito entre patrão e trabalhador é retirado do âmbito privado em que se dava anteriormente e passa pela mediação do sindicato. (22)

(22) Cf. PALMEIRA, 1985.

Esta é uma dimensão do conflito de classe menos evidente do que outros conflitos abertos - porque se dá no cotidiano da vida do trabalhador, às vezes de forma isolada e sem a repercussão que possuem os conflitos de terra ou as greves - mas nem por isso menos significativa, que indica um novo tipo de relação e um passo em direção à conquista da cidadania plena do trabalhador.

Mas nem todos os conflitos são resolvidos recorrendo à Justiça. Pelo levantamento feito em alguns sindicatos do Brejo - incluindo os mais combativos - notamos como continua a prática dos acordos. (23)

Mas há dois tipos de acordos.

Há um acordo que nada mais é do que a ratificação ou a "homologação" pelo sindicato da vontade patronal. São os acordos chamados pelos trabalhadores de "sebosos", onde o trabalhador "sai perdendo" a maior parte do seu direito e o dirigente sindical assume o papel de portavoz das razões do patrão, recebendo, às vezes, comissão ou favor em troca.

Há outros casos em que o sindicato opta pelo acordo para evitar a grande demora na justiça, uma vez que um processo pode passar anos para ser concluído, tramitando pelas várias instâncias de apelação e recurso até o Supremo Tribunal Federal.

Nestes casos o acordo é feito na presença do advogado ou dirigente sindical e são fixados alguns parâmetros mínimos para

(24) Foi realizado um levantamento, em 8 STRs da região, das ações e acordos trabalhistas e agrários realizados pelos sindicatos. Mas os dados não puderam ser utilizados de forma sistemática porque eram incompletos.

que o trabalhador não seja prejudicado.

Os proprietários estão conscientes da ameaça potencial que significaria uma cobrança massiva dos direitos e de que uma vitória dos moradores na justiça poderá desencadear a cobrança da dívida trabalhista de outros trabalhadores. Por isso recorrem a todos os meios para que isto não venha a ocorrer. Utilizam toda a sua influência econômica e política para não pagar os direitos e para que o desfecho da ação judicial seja protelado durante anos: entram em entendimento com os proprietários vizinhos para que não assumam estes trabalhadores "arengueiros" que "botaram questão" e tentam romper a resistência do trabalhador, ora ameaçando, ora aliciando-os para um acordo.

O objetivo é provocar um isolamento social ao redor dos trabalhadores, o que às vezes encontra ressonância nos próprios companheiros de trabalho, que começam a "gozar" dos pobres que querem "ganhar contra o rico", e ficam na expectativa do que vai acontecer, sem se solidarizarem com eles. (25)

À medida que a prática do recurso à justiça se faz sempre menos esporádica e excepcional, e vira rotineira, abrangendo um número maior de trabalhadores, o isolamento diminui e as relações entre empregados e empregadores se colocam num novo patamar.

(25) Nos depoimentos dos trabalhadores em luta pela terra ou pelos direitos aparece várias vezes a queixa contra os próprios colegas de trabalho que fazem uma "torcida contra nós e a favor dos proprietários" quase esperando com satisfação a repressão e a derrota dos companheiros. Este é um problema que mereceria ser aprofundado.

3.3 Os conflitos trabalhistas pela posse da terra

Ao entrar com uma ação trabalhista na justiça, ou ao fazer um acordo no sindicato, muitos trabalhadores não visam a indenização em dinheiro, mas a terra. (26) O objetivo é se transformar em pequenos produtores autônomos, ter "uma terrinha para trabalhar e sustentar a família".

No Brejo esta aspiração é bastante comum entre os assalariados devido ao processo de expropriação mais recente e à relação com a terra que muitos canavieiros ainda mantêm (Ver tabela nº 4).

A ressonância que a luta pela terra possui entre os canavieiros se evidencia sobretudo naqueles conflitos trabalhistas coletivos cuja dinâmica é parecida com os conflitos de terra.

Como nos conflitos de terra a ação coletiva de resistência se dá como resposta a uma tentativa de despejo, direto ou indireto, do dono de terra. Frequentemente é o novo proprietário do engenho, ou os herdeiros, ou a própria Usina para a qual a propriedade é arrendada que quer reduzir as áreas de plantio dos moradores e modificar os ritmos e as relações de trabalho.

(26) Esta afirmação não vale para todos. Em alguns casos a indenização é utilizada para comprar uma casa, ou para emigrar para o Sul, sobretudo no caso dos mais jovens que não "se criaram na terra" ou no dos mais velhos que não têm mais condições de trabalhar na terra. Os "pais de família" que tem uma responsabilidade familiar e que mantiveram um roçado, são os mais propensos a lutar pela terra.

Em outros casos a iniciativa parte dos próprios trabalhadores que sensibilizados pelas campanhas salariais e orientados pelo sindicato, cobram os direitos trabalhistas, em particular o 13º salário e a assinatura das carteiras de trabalho.

Ao entrar na justiça os canavieiros tem a oportunidade de cobrar toda a "dívida trabalhista" acumulada durante o período da morada (às vezes dezenas de anos). (27)

As indenizações podem alcançar, desta forma, quantias bastante vultuosas e onerosas sobretudo para os médios senhores de engenho e fornecedores que não possuem liquidez suficiente para arcar com tais gastos.

Isto faz com que, na maioria dos casos o desfecho do conflito trabalhista é o recebimento do valor da indenização em terra. (28)

No caso em que o conflito atinge os engenhos e fornecedores de médio porte, é mais fácil do morador - que além dos anos de morada tem benfeitorias e sítio - conseguiram um acordo em terra.

Já no caso das Usinas é mais difícil que isto aconteça, devido aos recursos maiores e a influência política superior que desfrutam, permitindo-lhes esperar mais tempo apostando na

(27) Esta dívida pode ser acionada judicialmente porque os direitos dos trabalhadores rurais, a diferença dos urbanos, não prescrevem, isto é, o trabalhador, ao ser despedido, tem dois anos de tempo para cobrar a indenização de todo o "tempo de serviço", desde o primeiro dia de trabalho.

(28) Entre os 11 conflitos trabalhistas coletivos estudados, 7 terminaram com a indenização em terra, os outros se encontram ainda em fase de resolução judicial. Este desfecho é comum também no caso das ações trabalhistas individuais.

queda do conflito. (29) As Usinas resistem ao "pagamento dos direitos" em terra porque esta concessão interfere nos seus planos de organização da produção, que prevê a ocupação de toda a área disponível e o fim da relação de moradia, e - quando obrigadas pela justiça - preferem pagar em dinheiro.

Os moradores de condição se transformam assim em pequenos produtores (30) "via" reivindicação trabalhista.

A luta pela terra e pelo salário encontram, aqui o seu ponto de síntese mais completo, enquanto ambas são lutas para fugir da "sujeição".

Antes das campanhas salariais a única maneira encontrada pelos moradores para escapar da "sujeição", era a saída para o Sul, como afirma Afrânio Garcia:

"É uma crise que atinge a própria relação de sujeição, o suplício do "pau de arara", esta inovação brasileira, já era o preço da liberdade, na década de 50. O Sul, miragem, fantasia, realidade, era o mundo do *emprego*, onde o *salário* e o *serviço* são certos". (31)

Atualmente, a saída para o Sul continua sendo significativa, mas a luta pelos direitos na própria região, abriu uma nova perspectiva.

(29) É o caso das 23 famílias do Engenho "Campo Verde" do município de Serraria, arrendado à Usina S. Maria, que estão com suas ações na justiça desde 1983.

(30) Mesmo que a extensão de terra adquirida seja geralmente insuficiente e não elimine a necessidade de recorrer ao assalariamento temporário.

(31) GARCIA, 1983, pag. 296.

Não é mais somente o "sul" o "caminho do roçado", como reconhece o próprio Afrânio Garcia:

"... Se (o senhor de engenho) não tiver dinheiro para fazê-lo (o pagamento dos direitos trabalhistas) terá que fazer uso do próprio patrimônio em terras: dispor de partes das terras do engenho para indenizar seus antigos moradores, que aí construirão suas casas, e plantarão seus sítios. ... (esta cobrança) desemboca de fato na transformação de terras de engenho em terras de agricultura, na passagem dos moradores de sujeitos a libertos, sem ter que ir ao Sul para consegui-lo. Os direitos passam a ser o caminho do roçado". (32)

3.4 A sub-representação dos assalariados rurais

Apesar do crescimento expressivo das lutas dos canavieiros, um dos objetivos das campanhas salariais que é a superação da sub-representação dos assalariados no movimento sindical ainda não foi alcançado. É típica, na região canavieira do Brejo, a dificuldade em encontrar pessoas dispostas a assumir os sindicatos, e mesmo o crescimento das lutas "produziu" poucas lideranças assalariadas. (33)

(32) GARCIA, 1983, pag. 310.

(33) Entre os próprios sindicalistas da CUT, são poucos os dirigentes assalariados. Conforme levantamento realizado durante um encontro estadual de dirigentes sindicais rurais filiados ou simpatizantes da CUT, dos 51 dirigentes e lideranças sindicais presentes, representando a maioria dos STRs da CUT no Estado, somente 3 eram assalariados, 23 pequenos proprietários, 12 pequenos produtores e 13 sem-terra, de áreas de conflito. Isto apesar da maioria dos STRs da CUT estarem localizados na zona canavieira. (Cfr. também POTENGY e MIELE, 1987).

Enquanto nos municípios de pequenos produtores concorrem às eleições sindicais uma ou mais "chapas", nos municípios canavieiros é difícil encontrar trabalhadores em número suficiente para compor uma chapa. Em geral são os pequenos produtores, especialmente os pequenos proprietários que assumem os cargos de representação e, por vezes, organizam a própria luta dos assalariados.

Vários motivos podem ser apontados para explicar esta situação, ligados a inserção diversificada no processo produtivo dos assalariados e dos pequenos produtores, às diferentes condições de vida e de trabalho, às formas de luta e aos mediadores que estruturam estas lutas.

Em primeiro lugar devemos considerar que o processo de identificação dos canavieiros enquanto "assalariados" é recente e se encontra ainda em formação.

Os "assalariados"⁽³⁴⁾ - aparecem na cena política em tempos relativamente recentes, no Brejo, sobretudo a partir do começo dos anos 80, e abrangem várias figuras diferentes. Tanto é canavieiro o morador que ainda permanece nos engenhos

(34) No início do trabalho com assalariados a terminologia mais usada pelos trabalhadores era "alugado", ou "morador", ou "cambiteiro", ou "cortador de cana", conforme as tarefas desempenhadas. Quando se perguntava quem era assalariado ninguém respondia, porque a compreensão dos trabalhadores era de que só podia se considerar assalariado quem recebesse o salário mínimo "do governo", e como a remuneração da grande maioria nem se aproximava dos mínimos salariais, não se consideravam tais.

Outra terminologia introduzida pelo movimento foi "bóia-fria", que chegou à região através da experiência de São Paulo, mas que não teve a repercussão e a abrangência conseguida no Sul, devido às condições diferentes do Nordes-

ou nas usinas, como o trabalhador "da ponta de rua" que se desloca para o litoral ou que trabalha nos engenhos da região, como o pequeno produtor que lança mão do assalariamento como parte da própria estratégia de reprodução camponesa⁽³⁵⁾, como, finalmente, trabalhadores (r)urbanos que vivem do subemprego no campo e na cidade, exercendo temporariamente vários biscates e pequenos negócios.

A maioria dos assalariados mantém ainda uma relação com a terra, e o roçado representa uma parcela importante na sua subsistência (ver Tabela nº).

Devemos considerar também o caráter de sazonalidade e de temporariedade que o assalariamento na cana significa para muitos, o que faz com que o emprego na cana não deixe de ser um subemprego temporário, em alternativa com outros.

Sua identificação enquanto assalariado agrícola é, portanto, mais difícil e tem conseqüências significativas no processo de organização de uma categoria ainda fragmentada.

Já para o pequeno produtor e os "sem terra", a luta pela terra e pelo reconhecimento de sua autonomia enquanto produtor, é mais evidente e se funda numa certa tradição. Por isso a bandeira da terra, entre esses, encontra uma ressonância mais imediata e uma maior identificação.

te, e ao sentido depreciativo do termo. Outra distinção que não se firmou na área, apesar de utilizada pelos dirigentes da CONTAG durante as campanhas salariais foi a existente entre "fichados" e "clandestinos". Isso porque na Paraíba todos, indistintamente, eram excluídos de seus direitos.

(35) Cfr. GRZIBOWSKI, 1987, pag. 34.

Devemos observar, porém, que na medida em que o processo de proletarização avança, uma parcela sempre mais significativa destes trabalhadores, sobretudo os mais jovens, tende a se identificar sempre mais como "assalariado", lutando e se organizando para melhorar suas condições de vida e de trabalho.

Comparado a outras regiões do país e do Estado, este processo não somente é mais recente, no Brejo, mas é também mais lento e complexo, devido a fragmentação da mão-de-obra e a "incapacidade" de grande parte da agroindústria canavieira se constituir efetivamente como empresa capitalista.

Outro aspecto a ser considerado, no processo de organização desta categoria, é o maior grau de autonomia econômica e política do pequeno produtor que se reflete numa maior liberdade de ação e de organização, enquanto o assalariado é diretamente subordinado, de várias formas, ao proprietário.

Ele vive numa situação de subemprego ou desemprego crônico, dependendo da remuneração semanal para a sua sobrevivência, é obrigado a lutar mais pela preservação do emprego do que pelo aumento do salário, já que pesa sobre ele a constante ameaça de demissão.

Os próprios ritmos intensos, esgotantes, de trabalho aos quais o canavieiro é submetido, fazem com que ele dificilmente possa desenvolver uma atividade social mínima. (36)

(36) A jornada de trabalho se estende além das 8 horas, podendo chegar até 12 horas para os trabalhadores dos engenhos e os carregadores dos caminhões. Os trabalhadores que se deslocam para a Várzea e o Litoral passam a semana fora de casa, morando em barracas dentro da própria fazenda. (Ver anexos sobre as condições de vida e de trabalho).

Em geral dispõe de menos tempo livre e de menor acesso às informações do que o pequeno produtor autônomo.⁽³⁷⁾ O próprio espaço físico em que vive, sobretudo quando mora nas fazendas e engenhos, é condicionado socialmente e politicamente, pela classe dominante. Existem ainda lugares, nos engenhos e usinas, impenetráveis ao movimento sindical e até à própria Igreja⁽³⁸⁾ e por isso é difícil a organização dos trabalhadores nos locais de trabalho.⁽³⁹⁾

Este conjunto de fatores restringe e limita a participação política e a organização dos assalariados. Por demais engajados na luta pela sobrevivência, não podem manter uma atividade social.

Estas limitações não significam que os canavieiros não participem ativamente das lutas e das mobilizações. Se os fatores anteriormente citados constituem uma aparente debilidade, eles representam também uma maior potencialidade de luta dos canavieiros, obrigados a continuar lutando para poder se manter, num conflito cotidiano com os patrões. No entanto limitam a possibilidade desta categoria poder fornecer quadros e dirigen

(37) Bourdieu sublinha como estes dois aspectos - tempo livre e cultura - constituem pré-requisitos fundamentais para a participação política. (BOURDIEU, 1981 e ROMANO, 1986).

(38) Vários padres identificados com a pastoral social da Igreja foram "proibidos" pelos senhores de engenho e usineiros de celebrar missa nas propriedades e de iniciar grupos de reflexão ou mesmo de reza.

(39) As convenções coletivas prevêm o livre acesso dos dirigentes para o aliciamento e a organização sindical, nos engenhos e fazendas, bem como são permitidos delegados sindicais por engenho com direito a estabilidade, mas estas cláusulas não são respeitadas.

tes que assumam cargos de representação e de direção.

Cabe aqui ressaltar que não se trata de qualificar o pequeno produtor como "avançado" e o assalariado como "atrasado" ou vice-versa, mas de analisar alguns elementos que, numa determinada conjuntura, possam justificar a dificuldade de representação política dos assalariados.

O proletariado real no Brejo é este, bastante diferente do proletariado "ideal/típico", e é para este trabalhador real que deverão ser elaboradas e encontradas formas que permitam maior participação e representação...

TABELA Nº 4

CONFLITOS TRABALHISTAS COLETIVOS

MUNICÍPIO	ÁREA DE CONFLITO	FAMÍLIAS	A N O	RELAÇÕES DE TRABALHO	COMO INICIOU	APOIO	CONCLUSÃO	OBSERVAÇÕES
ALAGOA NOVA	Serra Preta de Cima	15 fam	1984	Moradores	Cobrança de direitos trabalhistas na justiça	CODH STR	Se faz acordo em terra: 45has em troca dos direitos trabalhistas	
	Serra Preta de Baixo	22 fam	1986/87	Moradores	Cobrança dos direitos trabalhistas na justiça	CODH STR	Acordo em terra: 75 hectares em troca dos direitos trabalhistas	
ALAGOA GRANDE	Engenho do Meio	22 fam	1982	Moradores	Cobrança dos direitos trabalhistas na Justiça e pedido de desapropriação ao INCRA	STR	Recebem os direitos trabalhistas e continuam trabalhando na propriedade, lutando para que seja desapropriada	
AREIA	Engenho Cipó	28 fam	1982	Moradores	Venda da propriedade e ameaça de redução das áreas de roçado. Alguns trabalhadores entram na Justiça e a FUNDAP compra a propriedade	CODH STR	A terra é dividida entre os trabalhadores que recebem 7 hectares por família. A maioria abandona as ações trabalhistas	
	Engenho Gameleira	52 fam	1985	Moradores	A Usina compra e quer reduzir as áreas de roçado. 25 trabalhadores entram na Justiça	CODH STR P.R.DE AREIA	As ações ainda se encontram em julgamento na justiça	
	Engenho Vaca Brava	23 fam	1983	Moradores	A usina arrenda o engenho e quer modificar as relações de trabalho. Alguns trabalhadores entram na justiça	CODH STR	As ações ainda se encontram em julgamento na justiça	

SERRARIA	Engenho Campo Verde	23 fam	1983	Moradores e Assalariados da rua	A usina arrenda o engenho e os trabalhadores cobram os direitos e entram na justiça	CODH STR SEDUP	Após 4 anos as ações ainda se encontram em julgamento. Os trabalhadores não encontram emprego na região, porque a Usina alerta os proprietários vizinhos
BELÉM	Engenho Mufumbo	22 fam	1984	Moradores	Após a campanha salarial, os moradores cobram os direitos e entram na justiça	STR CODH P.R. de Gba	Na Justiça se faz um acordo em terra, tocando a cada família de 2 a 10ha.
	Sítio Sabueiro	12 fam	1984	Moradores	Como acima	STR CODH P.R. de Gba	Na Justiça se faz um acordo em terra, tocando a cada família de 2 a 2,5ha
BANANEIRAS	Mata Fresca	16 fam	1986/87	Moradores	Cobrança na justiça de direitos trabalhistas	CODH STR	Na Justiça se faz um acordo em terra, tocando a cada família 5 hectares
BORBOREMA	Engenho Jardim	38 fam	1984/87	Moradores	Cobrança de direitos trabalhistas na justiça	STR CODH	Na Junta de Conciliação de Guarabira se faz um acordo em terra, tocando a cada família de 2 a 6 hectares
TOTAL		295 famílias					

CAPÍTULO 4

EXPROPRIAÇÃO E EXPLORAÇÃO: DUAS FACES DA MESMA MOEDA

Ao estudar as lutas pela terra e pelo salário, o nosso objetivo principal era por em evidência as repercussões políticas destas lutas, mostrar até que ponto os conflitos sociais no campo permitem uma superação da heterogeneidade, do isolamento e do atraso em que os trabalhadores rurais estariam mergulhados e que constituem o principal obstáculo à sua identificação enquanto classe e a sua participação política.

Para fazer isso partimos de uma análise das transformações ocorridas nas relações de produção e das contradições provocadas pelo desenvolvimento do capitalismo no campo, que estão na origem dos conflitos pela terra e pelos direitos trabalhistas.

Como afirma GRZIBOWSKI:

"Atrás de suas formas, a expansão capitalista no campo se apresenta como um processo contraditório com duas faces geneticamente relacionadas e constantemente renovadas: a expropriação - separação dos trabalhadores rurais da terra e dos meios de produção; e exploração - apropriação do sobretabalho dos trabalhadores do campo. Historicamente, se combinam os processos de

expropriação e exploração dos trabalhadores rurais, gerando as diferentes situações, tanto em termos de inserção econômica, como de móveis das lutas sociais".(1)

Ao lutar pela terra e/ou pelo salário os trabalhadores rurais se defrontam com limites objetivos, determinados pelo desenvolvimento das forças produtivas e das relações de produção, que configuram a estrutura de classe da sociedade e que são fruto das correlações de forças políticas dentro da sociedade.(2)

O processo de concentração do capital e dos meios de produção proporciona uma identificação entre capitalistas e proprietários fundiários. Grupos econômicos ou famílias se distribuem em diferentes atividades produtivas, umas mais "modernas" outras mais "tradicionais", que fundamentam no monopólio da terra a base do poder político.

Nesta ótica os conflitos podem ser vistos como reação a um único processo de modernização conservadora no campo. Ao lutar pela terra ou pelo salário, os trabalhadores enfrentam - normalmente falando - um adversário comum; por isso as lutas retiram seu caráter de complementariedade, enquanto reação a este mesmo movimento histórico de reprodução do capital no campo.

Os interesses em jogo são diferentes, mas não antagônicos, e apesar destas diferenças, pode se constituir uma unidade política.

(1) GRIZIBOWSKI, 1987, pag. 52 e 53.

(2) Cfr. WRIGHT, 1987.

As categorias analisadas, podem ser consideradas, portanto, como frações da mesma classe, enquanto todas indistintamente mesmo de forma diferente, estão submetidas ao processo de expansão do capital, que aparece aqui como uma força externa que atinge a todos.

Como afirma José de Souza Martins:

"Só uma força de fora do mundo do lavrador, uma força que atinja por igual a todos os lavradores, é que pode levá-los a se unirem, a se verem como uma classe, uma força social.

O capital é esta força que procura expropriar o lavrador, ou pelo menos submeter o seu trabalho, que procura divorciá-lo dos instrumentos de produção, de trabalho, da terra, para que, ao invés do lavrador trabalhar livremente para si mesmo, passe a trabalhar para ele, capital, como acontece com os operários."(3)

O caráter complementar dos conflitos se faz mais evidente na "resistência à proletarização" que eles manifestam. Isto aparece claro para o pequeno produtor: o sentido de sua luta é permitir a reprodução baseada no trabalho familiar autônomo. Como afirma GRZIBOWSKI:

"Os posseiros, como pequenos produtores, ao se integrarem ao mercado, são, sem dúvida explorados. Mas a atualidade e a historicidade de suas lutas devem ser buscadas na oposição à expropriação, que o desenvolvimento do capitalismo supõe e constantemente provoca".(4)

(3) MARTINS, 1982, pag. 15.

(4) GRZIBOWSKI, 1987, pag. 21.

Já para os assalariados a situação é ambivalente: para aquele setor em que o processo de proletarização é mais avançado, a principal luta é contra a exploração, como afirma GRZIBOWSKI:

"Diferentes no conteúdo e na forma, das lutas camponesas por terra, os movimentos de assalariados reafirmam e acentuam a diversidade de movimentos sociais no campo e revelam a outra face da questão agrária brasileira. No geral, as lutas dos assalariados, têm como móvel as contradições embutidas na exploração do seu trabalho. Neste sentido, não é diretamente contra a expropriação e a exclusão que lutam os assalariados, mas contra as formas e o caráter de sua integração na estrutura e processo de produção capitalista".(5)

Mas há também um setor - bastante significativo no Brejo - que resiste à proletarização, que mantém os seus roçados de subsistência, não "joga" as mulheres e as crianças no mercado de trabalho, e que, quando lhe é apresentada a oportunidade, preferire receber a indenização em terra do que mesmo em dinheiro.

Para este setor resistir à proletarização significa lutar para alcançar a autonomia camponesa, defender a aspiração de não "trabalhar para os outros", de ter terra para plantar e "fartura".(6)

A terra, nesta visão camponesa, proporciona a base para a sua autonomia, não somente econômica, mas social e política.(7)

(5) GRZIBOWSKI, 1987, pag. 21.

(6) Mas não será assim também para certos setores do operariado urbano? Ver a respeito CAPPELLIN, 1985.

(7) Para um aprofundamento das "ideologias orgânicas" dos camponeses com relação à terra, ver MARQUES, 1988, pag. 144/146.

Esta aspiração foi às vezes considerada, e continua sendo, como uma perspectiva "pequeno-burguesa" e até "reacionária"⁽⁸⁾ no sentido de que reagiria contra a emergência de uma nova força social representada pelo capitalismo e seria um empecilho à socialização dos meios de produção.⁽⁹⁾

Me parece, que esta perspectiva não toma em devida consideração o papel político das lutas e a dinâmica nova que as lutas desencadeiam.

Podemos até afirmar que, ao entrar num processo de luta, os trabalhadores rurais estariam informados por uma certa componente "reacionária", se pautando pelo principal parâmetro que lhe serve de referência: o passado.

Frente à novidade introduzida pelo desenvolvimento do capitalismo no campo, o trabalhador rural tende a lutar para preservar aquilo que considera fundamental para sua produção nos moldes tradicionais.

O passado se apresenta a ele trazendo saudade do tempo em que o patrão deixava a terra para trabalhar "a vontade", época em que havia "fartura", as terras não eram "presas" e se en-

(8) Como afirma André Gorz "a autonomia nunca foi considerada um valor proletário". (GORZ, 1987, pag. 21).

(9) Cfr. por exemplo as afirmações de SANDRONI:
 "Mas é forçoso reconhecer que do ponto de vista econômico e social esta luta (pela terra) tem uma dimensão idiferente, isto é, nela prevalece um elemento entorpecedor da luta pelo socialismo. Pois ela resulta no fortalecimento de uma camada de pequenos capitalistas agrários e na dispersão da produção agrícola em pequenas unidades independentes, que representam dois formidáveis obstáculos para a criação de sistemas coletivos de produção agrícola". Paulo Sandroni, *Questão Agrária e Campesinato*. Pag. 28. Citado in MARTINS, 1986, pag. 135.

contrava morada em qualquer canto.

Ao fazer isso parece não colocar em questão as relações de exploração, nem tão pouco a estrutura social, ou apresentar reivindicações "impossíveis" e fora da atualidade. Mas esta componente "reacionária" constitui apenas a *porta de entrada* pela qual os atores históricos entram num processo de socialização, de mobilização e de luta. Ela muda com o desdobramento do conflito e a mediação das instâncias organizativas. (10)

Os trabalhadores passam a se pautar pelo presente (para não falar do futuro que é imprevisível). É na experiência da luta e da organização que os camponeses começam a desvendar o conteúdo de classe das relações sociais, frente à violência do proprietário - não mais legitimada como no contexto anterior -, à morosidade e parcialidade dos aparelhos do Estado, às atitudes conciliatórias ou combativas do movimento sindical, ao apoio ou indiferença de setores da Igreja, à omissão ou hostilidade dos "políticos".

O trabalhador rompe com as relações tradicionais de dominação pessoal e com os laços de reciprocidade que o ligavam aos proprietários de terra. Os foreiros e moradores se sentem "traídos" pelo patrão que muda, de forma aparentemente arbitraria as relações tradicionais e os expulsa, e portanto, se sente também "desobrigado" das relações de lealdade e fidelidade anteriores.

Passa de "sujeito" para "liberto". (11)

(10) É neste sentido que me parece pertinente a observação de José de Souza Martins de que "Sandroni confunde a possibilidade de que a *condição* camponesa... esgote no plano *eco*nômico as suas virtualidades *políticas*". (MARTINS, 1986, pag. 135).

(11) Cfr. GARCIA, 1983 e 1986.

Neste sentido, ao lutar pela terra ou pelos direitos, os assalariados e sem terra inserem suas lutas no contexto maior do reconhecimento da sua "cidadania".

Como afirma Grzibowski:

"É inegável que os movimentos sociais representam uma forma de conquista e exercício da cidadania... enquanto espaços de socialização política... de elaboração da identidade de social ... e de apreensão crítica do seu mundo.

...

Através dos movimentos os trabalhadores rurais rompem seu isolamento geográfico, social e cultural. Inserindo-se num mundo mais amplo, aprendem a reconhecer a diversidade de formas de vida, a buscar alianças e solidariedade.

Também no movimento aprendem a conhecer seus adversários, suas táticas, suas organizações".(12)

Finalmente, os trabalhadores que entram em uma luta, saem de um tipo de coletividade para entrar noutra. Ao entrar na luta realizam uma passagem de certa forma irreversível. Em todos os conflitos de terra e trabalhistas isto parece claro: quem luta pela terra é considerado "invasor", "comunista" alguém que "quer tomar o que é dos outros", e não encontra mais terra para plantar.

O mesmo vale para quem entra com uma ação na justiça, ou surge como liderança de uma greve. Não encontra mais emprego na

(12) GRZIBOWSKI, 1987, pag. 60.

região, é "marcado" pelos proprietários de terra que "trancam o serviço" em todas as propriedades vizinhas. Estes trabalhadores enfrentam não somente a hostilidade aberta da classe dominante, como do próprio meio social em que vivem. Os próprios companheiros de trabalho não partilham de suas posições e sua exclusão social é extensiva aos serviços públicos, dependentes todos dos favores dos poderosos locais.

Do outro lado, estes trabalhadores passam a fazer parte de uma coletividade nova, de tipo político, dum novo círculo de relações sociais, do qual antes eram excluídos. Passam a fazer parte da "comunidade dos que lutam" e que se identificam com estas lutas.

Neste contexto os diferentes interesses econômicos continuam exercendo um papel, mas passam ao segundo plano e a nova afinidade política começa a desenvolver um peso sempre maior no processo de identificação destes trabalhadores.

O critério fundamental para analisar sua participação política não será portanto, sua origem de classe, ou fração de classe, mas sua adesão ou não ao sindicato, ao partido, à Igreja, ao Movimento Sem-Terra, à CUT ou à CONTAG... (13)

É neste momento que as lutas adquirem um caráter político, como afirma Gramsci:

"Uma fase importante no desenvolvimento de um grupo social é aquela em que os componentes de um sindicato não lutam apenas pelos

(13) Cfr. PALMEIRA, 1976.

seus interesses econômicos, mas pela defesa e desenvolvimento da própria organização".(14)

É neste processo que a afinidade política desempenha um papel fundamental na identificação destes trabalhadores, e é aqui que intervêm de forma mais clara o papel dos mediadores, das entidades, grupos e organizações que estruturam as lutas. E será dos mediadores que devemos nos ocupar mais a fundo a seguir.

Pois, não há uma identificação entre as transformações do campo político. Estas últimas não são simples reflexos das primeiras. Nem tão pouco há um automatismo que faça com que as transformações econômicas repercutam de forma determinada no campo político. Se dá aqui um vazio, que é o espaço próprio da "autonomia" do político.

O processo de produção, acumulação e circulação do capital político - para utilizar uma expressão de Bourdieu⁽¹⁵⁾ - possui suas regras próprias e sua autonomia relativa.

Para poder estudar as transformações que ocorrem no cam-

(14) Gramsci refere-se aqui a uma passagem de Marx na "Miséria da Filosofia":

"Se o primeiro fim da resistência não foi senão a manutenção do salário, a medida que, por sua vez, os capitalistas se reúnem num pensamento de repressão, as alianças primeiro isoladas, formam-se em grupos, e, perante o capital sempre reunido, a manutenção da associação torna-se mais necessária para eles que a do salário... Nesta luta, verdadeira guerra civil, reúnem-se e desenvolvem-se todos os elementos necessários para uma batalha vindoura. A esta altura, a associação toma um caráter político. (Citado in GRAMSCI, 1978, pag. 179).

(15) BOURDIEU, 1981.

po político devemos analisar, entre outros aspectos, quais são as condições mínimas para que o "capital político" se desenvolva; os lugares sociais onde se dá a transmissão e a reprodução deste capital político e traçar um breve histórico do "campo político" em que se inserem.

CAPÍTULO 5

ANTECEDENTES DO MOVIMENTO SINDICAL NO BREJO

Podemos identificar, na história do movimento sindical de trabalhadores rurais no Brejo, três momentos marcantes: dois períodos de fundação de sindicatos; um na época das Ligas Camponesas, por iniciativa da Igreja, outro no começo dos anos setenta, por iniciativa dos políticos locais ou da FETAG; e um terceiro período, no começo dos anos oitenta, de renovação do sindicalismo.

5.1 *Liga e "Sindicato Cristão": 1961-1964*

As origens do movimento sindical de trabalhadores rurais no Brejo, assim como em todo o país, se encontram no período imediatamente anterior ao golpe militar de 1964, caracterizado pela irrupção, na cena política nacional, do movimento das Ligas Camponesas. (1)

(1) Sobre este período cfr. AZEVEDO, 1982 e JULIÃO, 1968.

As Ligas tiveram uma presença e uma força significativa na Paraíba, sobretudo no Litoral e na Várzea, onde atuava a Liga de Sapê e Mari, considerada a maior Liga Camponesa do país, com mais de 10.000 associados. (2)

No Brejo havia Ligas em alguns municípios importantes como Alagoa Grande, Guarabira e Araçagi, mas a penetração "camponesa" não era tão importante como nas outras regiões. De qualquer forma a influência das Ligas, ao redor das quais se polarizou a luta política da época, chegou também à região e teve aí reflexos e repercussões significativas.

Em oposição à penetração das Ligas, setores da Igreja Católica, apoiados pelo Governo e, em alguns casos pelos grandes proprietários da região, empreendem uma atividade intensa de fundação de Sindicatos de Trabalhadores Rurais. (3)

Todos os sindicatos foram fundados pelos padres ou em municípios onde já atuava a Liga, com função de contraposição, ou em municípios onde a Liga ainda não estava constituída, com função preventiva. (4)

Em alguns casos a iniciativa foi a um tempo dos padres e dos grandes proprietários do município, como em Alagoa Grande e Areia. (5) Em outros casos foi do próprio padre que manteve certa autonomia em relação aos proprietários locais (como por

(2) Sobre as Ligas na Paraíba, ver BENEVIDES, 1985; NOVAES, Regina, 1987; AUED, 1981; PAIVA, 1984.

(3) São fundados entre 1962 e 1964, no Brejo, quinze STRs. Ver Tabela n^o

(4) Um caso singular representa o município de Guarabira, onde a Liga é fundada após o STR, e para se contrapor a ele. Ver NOVAES, Regina, pag. 116.

(5) Cfr. NOVAES, Regina, 1987, pag. 106-108.

TABELA Nº 5

SINDICATOS DE TRABALHADORES RURAIS FUNDADOS NO BREJO DE 1962 ATÉ 1964

MUNICÍPIO	ANO DE FUND.	QUEM FUNDOU	RELAÇÃO COM AS LIGAS	OBSERVAÇÕES
1. Alagoa Grande	1962	Pe. Geraldo com o apoio dos propr.	Havia uma Liga no município	O usineiro (Agnaldo Beloso Borges) não apoiou, mas também não se opôs.
2. Araruna	1962/ 1963	Pe. Joaquim	Não havia Ligas no município	Sofreu intervenção e foi fechado. Só voltou a funcionar de novo em 1972.
3. Solânea	1962	Pe. José Fidélis e a "Congregação da Medalha Milagrosa"	Não havia Ligas no município, mas alguns diretores do STR eram simpáticos às Ligas.	Após uma breve interrupção, por causa da intervenção, voltou a funcionar.
4. Arara	1963	Pe. José Fidélis e a Congregação Mariana	Não havia Ligas no município.	
5. Bananeiras	1963	Pe. José Fidélis	Não havia Ligas	Em 64 um membro da diretoria foi preso e liberado após dois dias. O sindicato continuou funcionando.
6. Areia	1962	Cônego Ruy Vieira com apoio dos proprietários	Não havia Liga no município	
7. Mari	1962	Pe. Cornélio de Farias	Havia a maior Liga do país, a de Sapé e Mari	Após uma breve interrupção voltou a funcionar. O primeiro presidente continua até hoje no cargo.

MUNICÍPIO	ANO DE FUND.	QUEM FUNDOU	RELAÇÃO COM AS LIGAS	OBSERVAÇÕES
8. Pilões	1962	Pe. Albano	Não havia Ligas	Sofreu repressão, mas continuou logo a funcionar.
9. Pirpirituba	1962	Pe. Assis	Não havia Ligas	Com a repressão alguns diretores são presos, acusado de ligação com as Ligas. Após 3 juntas nomeadas pelo Ministério do Trabalho, só em 1967 é eleita uma nova diretoria. O presidente eleito continua no cargo até falecer em 1981.
10. Sapê	1964	Pelo Grupamento de Engenharia do Exército	Nos meses seguintes à derrubada sagrenta da Liga de Sapê e Marí	Funcionou precariamente. No começo sob a "proteção" de um setor do exército, até se consolidar nos anos seguintes.
11. Guarabira	1962	Pe. Emiliano de Cristo	A Liga de Guarabira foi fundada posteriormente por iniciativa de Osmar de Aquino	A Liga de Guarabira tinha influência também em vários municípios do Brejo.

* Dados: Pesquisa "SEDUP" sobre a História dos STRs do Brejo.

* Há informações sobre outros STRs fundados neste período pelos padres, como Serraria, Alagoinha, Borborema, Alagoa Nova. Cfr. NOVAES, Regina, 1987, pag. 124.

exemplo em Pirpirituba).

Os "sindicatos cristãos" ou os "sindicatos dos padres", como eram definidos pelos próprios trabalhadores, procuravam defender os direitos, conforme à doutrina social da Igreja, numa visão de conciliação de classe, contraposta à ideologia "subversiva" e "comunista" representada pelas Ligas.

Na Paraíba o papel principal era desenvolvido pelos próprios padres, com a assessoria eventual de entidades como o SORPE de PE, ou o SAR do Rio Grande do Norte. Havia também na Paraíba uma "Equipe de Sindicalização Rural" da Arquidiocese, que, porém, não chegou a ter a mesma importância de outras equipes similares existentes nos Estados vizinhos. (6)

Acompanharemos este período inicial do sindicalismo através dos depoimentos das lideranças da época. (7) Afirma o primeiro presidente do STR de Solânea:

"PERGUNTA: O Sr. lembra em que ano foi fundado o Sindicato de Solânea?

R. Foi no começo de 1962.

P. O Sr. sabia quem fundou?

R. Foi o padre José Rodrigues Fidélis.

P. Como foi a fundação?

(6) Cfr. NOVAES, Regina, 1987, pag. 108.

(7) Os dados sobre este período da história dos STRs do Brejo são extraídos das entrevistas realizadas pelo SEDUP de Guarabira com os dirigentes e os padres daquela época, e pelas informações contidas em NOVAES, Regina, 1987. Não temos conhecimento de sindicatos fundados por militantes do PCB, como aconteceu em Pernambuco e outras regiões do país.

- R. Foi um sindicato brusco, que surgiu quando o padre disse: "Vamos fundar um sindicato". Então precisou eu ir à Bahia. E lá tinha diversas fundações de sindicatos, e nos fizemos diversas manobras, diversos cursos sobre sindicato. O diretor, era o padre Paulo Crespo. Fizemos cursos em Itabuna e começamos o sindicato. Cheguei aqui, inscribi o sindicato e fui o primeiro presidente. Foi um sindicato só de começo, tivemos 120 e poucos associados. Deixei o sindicato com 1002".

Indagado sobre as relações com as Ligas, respondeu:

- "P. Seu Severino, o Sr. tinha falado nas Ligas Camponesas de 60 a 63. Havia grupos de ligas camponesas aqui em Solânea?
- R. Estava se criando.
- P. E como era a atuação deles?
- R. A atuação deles era dizer que iam tomar a terra do freguês ou a casa, e queriam tomar mesmo. Eu não queria tomar nada de ninguém.
- P. Muitos trabalhadores participavam desse grupo?
- R. Participavam. Aqui tem gente pra participar até de um grupo de cangaceiros. Se um camarada arrumar um grupo de cangaceiros, com cinco dias tem 50 ou 100 homens.
- P. Mas era muita gente naquele tempo?
- R. Era não. Era pouca gente.
- P. O Sindicato teve alguma relação com as Ligas?
- R. Teve.
- P. Como?
- R. Por intermédio de João Segundo. Qualquer coisinha que a gente podia resolver con-

versando, ele dizia que queria falar com a advogada da Liga. Eu dizia que não, que não trabalhava com machado de dois gumes: com a Liga e com o sindicato cristão.

P. Quer dizer que na chapa do sindicato cristão tinha pessoas que defendiam as ligas. Quem era?

R. Era o João de Almeida e um irmão dele, um tal de Luiz. Eram uns três ou quatro. Defendiam a Liga e queriam puxá-la para cá."

Se percebe, no discurso do dirigente uma hostilidade em relação à Liga, comparada com os cangaceiros e com quem "quer tomar o que é dos outros"; mas também se nota uma aproximação entre dirigentes sindicais e de Ligas, e não era raro o caso de pessoas que transitavam sem problemas entre as duas áreas. (8)

O mesmo dirigente sindical do STR de Solânea, apontado anteriormente como simpatizante das Ligas, e que posteriormente foi o 1º presidente da FETAG e secretário da CONTAG, afirma:

"Olhe, a vida do trabalhador em 63, 64, eu via mesmo o trabalhador mais animado e corajoso. E vou te explicar porquê. Porque quando nós começamos a luta na Paraíba, havia dois aspectos: a liga camponesa, que ajudou muito o trabalhador, encorajou muito o trabalhador.

Outro aspecto, a Igreja: Muitos padres queriam a liberdade do trabalhador e outros combatiam o comunismo, combatiam as Ligas Camponesas.

A Igreja teve essa influência na vida do

(8) Cfr. neste sentido o depoimento de MARGARIDA M. Alves recolhido por NOVAES, Regina in "Fala Margarida" (NOVAES, 1983).

trabalhador: Uns queriam a promoçã~o do trabalhador, e outros padres, companheiros nos_ sos, combatiam diretamente a liga. Contudo o trabalhador era mais corajoso, o trabalhador era mais incentivado. Agora, de pois da revoluçã~o de 64, foi um fracasso...".

Esta postura de aproximaçã~o com as ligas defendida por setores do "sindicalismo cristã~o", encontrava tambẽm, do "outro lado", nos dirigentes das Ligas, uma certa simpatia.

Como afirma Regina Novaes:

"Com estes diferentes exemplos, podemos re-
lativizar análises que apontam Ligas e sin-
dicatos como entidades estanques, como que
se por "natureza", possuíssem conteúdos di-
versos, expressos em pares de oposiçã~o.

...

Nã~o há dũvida que existiam disputas inter-
nas que levavam à explicitaçã~o de divergẽn-
cias. Porém a aproximaçã~o das correntes,
que favorecia o crescimento do movimento,
era uma exigẽncia frente à unidade e intran-
sigẽncia dos proprietãrios aos quais deve-
riam fazer face.

Nem mesmo os festejados sindicatos criados
sob a influẽncia do Cõnego Ruy Vieira, fica-
ram imunes às influẽncias daquele momento
de crescimento e mobilizaçã~o política".(9)

A repressã~o desencadeada pelo golpe militar de 64 nã~o permitiu que esta aproximaçã~o continuasse, e imprimiu ao sindi- calismo um outro rumo.

Sã~o as Ligas que sofrem as conseqũẽncias maiores: suas

(9) NOVAES, 1987, pag. 119.

sedes são fechadas, os dirigentes e militantes presos, mortos, torturados, perseguidos, exilados e centenas de "camponeses" são entregues à violência e à revanche dos latifundiários⁽¹⁰⁾. Mas a repressão atinge, mesmo que com menor intensidade, o próprio movimento sindical. Várias diretorias sofrem intervenções, dirigentes são presos, e até alguns padres chamados a depor na polícia e os mais atuantes, obrigados a sair da região.

Como afirma o presidente do STR de Solânea:

"Eu entreguei o sindicato ao Padre Fidélis: 'Tome conta. Eu não quero isso não. Fui ao chefe, em João Pessoa, na Federação, e comuniquei'. Depois que eu deixei, houve perseguição. O STR mudou de sede. Tudo isso era a revolução. Houve intervenção. O João de Almeida e o Padre Fidélis correram".

O próprio João de Almeida, relata desta forma o que aconteceu neste período:

"Quando veio o golpe de 64, que vocês chamam de revolução de 64, aí sofreu todo o mundo. Quando a polícia chegava não ia perguntar se os trabalhadores eram pelos padres ou se eram pelas ligas, não. Não queriam saber quem era; metiam o pau nos trabalhadores. Não queriam saber, nem quem era. Chamavam todos de comunistas, o poder, quem estava lá no poder. Esse foi um grande impacto que teve o movimento sindical na Paraíba."

(10) Ver a este respeito o depoimento de Elizabeth Teixeira, in Cadernos do CEDI, 1985, pag. 9-17, e BENEVIDES, 1985.

Entretanto, a repressão e perseguição ao movimento sindical, foi mais seletiva e menos brutal de que contra os militantes das Ligas.

Os dirigentes mais afetados eram aqueles que se destacavam por sua atuação de defesa e de organização dos trabalhadores. Como foi o caso de José Rufino, diretor do STR de Bananeiras, preso por indicação dos grandes proprietários da região, por ter promovido um trabalho coletivo, em mutirão de vinte famílias.

"Com essa arrumação (o mutirão) os políticos... me tacharam de comunista. Eu que não tinha nada com a ligação dos camponeses, nada.

Me tacharam de comunista e no dia 6 de abril de 64 eu estava na minha casa com essa mulher; quando dei fê minha casa estava arru-diada de polícia e me deram voz de prisão e me levaram.

Então, lá na frente, eu perguntei a um cidadão - ele já morreu - perguntei pelo nome de um político: 'cadê o major?', 'Tá aí na fazenda', disse, 'veio com a polícia, deixou aí e vortou.'

Ele, como representante daquela época de revolução, e eu preso, e ele com um revólver na cinta.

Passando gente no rio - porque a água era só dano naquele tempo. Então eu desci nas mãos deles. Fui até Sapê, passei lá dois dias na prisão. Mas eu até conto uma história que o povo não acredita. Que eu vi muitos lá... se escaparam, não servem mais para o trabalho. Mas Deus, aquele Pai e aquela Mãe das Dores via minha posição. Se conservaram, não tocaram em mim. Apenas foi só conversa comigo.

P. Quer dizer que o senhor não apanhou?

R. Não, eu não apanhei. Confesso perante Jesus Cristo.

P. Foi só interrogado?

R. Parece que teve um advogado lá.

P. E o Sr. passou quantos dias preso lá?

R. Passei dois dias."(11)

Se houve casos de prisão e de intervenção semelhante a este, em geral a proteção e o prestígio da hierarquia da Igreja Católica - que deu seu apoio ao movimento militar - fizeram com que os sindicatos de trabalhadores rurais fossem na sua maioria, preservados.

Para isso pode ter contribuído também o entendimento de setores do Exército que o sindicalismo rural deveria ser preservado, de alguma forma, para dar uma saída institucional ao descontentamento e à conflitualidade existentes no campo. (12)

É típico, a este respeito, a maneira como foi fundado o STR de Sapé, em 1964, poucos meses após o golpe, por iniciativa do Grupamento de Engenharia, justamente no município onde existia uma das mais famosas e organizadas Ligas do país e sobre a qual se abateu a repressão mais brutal.

Esta história é contada por um trabalhador de Sapé, que acompanhou de perto os acontecimentos, e os relata com uma vivacidade e uma precisão, que relembram uma peça de teatro popular.

(11) A prisão de José Rufino ficou marcada na memória dos trabalhadores da região, seu caso é contado ainda por muitos e Zé Rufino considerado como um líder das Ligas Camponesas ou do "Sindicato da Liga".

(12) Pelos depoimentos recolhidos parece que havia duas posições no Exército: uma linha mais "dura" e puramente repressiva, representada pelo coronel Luiz de Barros, e uma linha mais "moderada", que tentava cooptar as lideranças num órgão controlado pelo Exército, representada pelo Grupamento de Engenharia.

Transcrevo a seguir um trecho do seu depoimento - que me receria ser aprofundado também em outros aspectos - depoimento que se refere ao período da fundação do STR. As personagens principais são: Antonio Bento Domingos, morador do engenho Massanga na em Sapé, que se dirigiu, nos meses seguintes ao golpe, ao Grupamento de Engenharia, para reclamar seus direitos de posse contra o proprietário que, aproveitando a repressão contra as Ligas, queria expulsá-lo. E o coronel Moisés, que achou justa a reivindicação e apoiou seu "direito". (13)

"Então o coronel, olhando para Antonio Bento, achou que Antonio Bento, tinha capacidade, ele era homem de palavra sincera, de dentro do direito. E o coronel perguntou: 'Você pode fundar um sindicato rural dentro de Sapé?' Ele respondeu: 'Não, eu não sou capaz. Por que, que poder eu tenho de fundar um sindicato? As Ligas Camponesas vinham funcionando e foram acabadas. Eu não posso fundar o sindicato rural'. O coronel Moisés fala para ele: 'Eu ordeno. Você pode abrir um sindicato rural em Sapé. Agora uma coisa eu lhe aviso: a boca está quente em Marí e Sapé. São dois municípios que estão perseguidos pelo Coronel Luiz de Barros. Ele é o corredor que corre todos os campos, e o que ele achar de defeito ele vai agir, e você, sendo escolhido para abrir o sindicato rural, é nesta hora que ele vai chegar na sua casa, e o que você vai fazer?' Antonio Bento Domingos respondeu: 'Eu lhe reprovoo* Coronel. E então, com a sua ordem, eu abro o

(13) A prática de recorrer ao Grupamento de Engenharia continuará durante todo o regime militar até os dias atuais. O Grupamento de Engenharia era considerado por alguns dirigentes como a instância máxima de apelação, superior à própria Federação e à própria Justiça.

* Aqui devemos entender: "eu lhe aprovo".

sindicato rural em Sapê, em qualquer parte da cidade que o senhor disser, que eu posso abrir: Agora, por mim eu não abro não'. Então o Coronel disse: 'É você mesmo que vai ser o presidente do sindicato. Agora você pegue este livro e vá, vá conquistar pelo menos 60 associados'.

Antonio chegou em Massangana, na casa dele, com o livro, e pegou a conquistar trabalhadores, e os trabalhadores mordendo a corda para não se associarem, e ele explicou: 'Não, esta não é a Liga Camponesa, este, em verdade, é um sindicato que vai ser aberto por um Coronel do Exército'. Então os trabalhadores começaram a se associar, o Antônio arranjou os sessenta associados".

O que queria ressaltar neste depoimento é a atuação conjunta da linha "dura" e da linha "mais moderada" do Exército, ambas se complementando.

O coronel Moisés manda fundar o sindicato, mas ao mesmo tempo alerta que, se houver "qualquer defeito", o coronel Luis de Barros, que foi o chefe da repressão mais dura e brutal contra os trabalhadores na Paraíba, "vai intervir e vai agir" (como de fato aconteceu no prosseguimento da história).

A intervenção direta do Exército nos sindicatos representa também uma ruptura com os próprios sindicatos dos padres e um esvaziamento de qualquer papel reivindicativo do sindicalismo.

Apesar desta "proteção" do governo, nos primeiros anos após o golpe, o sindicalismo de trabalhadores rurais entra num período de crise, devido ao medo espalhado pela própria repressão, e no esvaziamento das suas funções. Várias di-

retorias renunciavam ou são cassadas, e o sindicato entra em recesso por falta de pessoas dispostas a se associarem, sendo a Federação obrigada a nomear juntas de interventores.

É o caso do STR de Pirpirituba, que, após 3 interventores, somente em 1967 realizará uma eleição.

A Igreja também sai de campo. Não serão mais os padres os protagonistas da fundação e do acompanhamento dos sindicatos. O setor mais conservador se afasta e abandona o sindicato ao seu destino, porque considera cumprida a sua missão de contraposição às Ligas, uma vez que os militares tinham afastado o perigo do comunismo.

O setor mais progressista, engajado na linha da doutrina social da Igreja, e que na região era representado por alguns padres mais engajados socialmente, é perseguido e posto em condições de não poder mais atuar no sindicalismo.

Foi por exemplo esse o caso do STR de Araruna, fundado em 1962 pelo padre.

Quando foi perguntado ao dirigente sindical que, em 1972, tomou a iniciativa de refundar o sindicato, se houve alguma influência da Igreja, respondeu:

"Não, não houve, porque nós temos aqui um padre velho que há quase quarenta anos é vigário aqui. Na dita época de 64 ele foi preso. Ele era um dos fundadores do ex-sindicato, foi ele que deu cobertura, ele que chamava o povo para se associar no sindicato; mas foi punido, e depois dele ser punido, (levou 12 horas de xadrez), ele deu abandono, deu desprezo. Tanto que na fundação do sindicato de A., na segunda fundação, quando eu fundei, eu procurei a Igreja, o padre: "Padre, me dá uma forcinha, me dá uma ajuda" na sindicalização. Faz que o povo volte ao sindicato, aque-

les ex-associados.' Ele me disse que nada podia ajudar. Que já tinha sido vítima do movimento, portanto ficava neutro nesse ponto de vista". (14)

Uma certa influência da Igreja permanecerá na Paraíba através da atuação pessoal de alguns militantes católicos que atuavam nos órgãos do governo como o Ministério do Trabalho ou a ANCAR (Órgão de extensão rural, predecessor da atual EMATER), ou na própria FETAG. (15)

5.2 Os sindicatos do Funrural: 1964-80.

A eliminação das Ligas e a repressão contra o movimento sindical, significaram uma ruptura e falta de continuidade entre o sindicalismo pré-sessenta e quatro e posterior ao golpe militar.

Como vimos anteriormente, apesar do objetivo declarado de se contrapor às Ligas Camponesas e de propor uma visão de conciliação de classe, o sindicalismo, no seu início, mantinha um caráter de defesa dos "direitos" dos trabalhadores e estava começando a assumir um papel mais reivindicativo. Apesar de contar com o apoio, ou pelo menos com a não hostilidade dos gran-

(14) Reencontraremos setores da Igreja atuando novamente no movimento sindical, numa nova conjuntura e com novos personagens, somente no começo dos anos 80.

(15) Entre eles se destaca a atuação de Helí Cantalice, militante dos círculos operários católicos e que foi fundador de vários sindicatos no Estado e promoveu atividades de formação e acompanhamento. Ver NOVAES, Regina, 1987, pag. 17).

des proprietários, ele se constituía na região, como um novo mediador, que podia escapar ao controle do poder local e desembocar numa atuação mais autônoma e ameaçadora dos interesses da classe dominante, acostumada ao poder pessoal e absoluto nas relações de trabalho.

Foi por causa desta atuação, mesmo tímida e incipiente, de setores do sindicalismo rural, que a repressão não poupou algumas lideranças e alguns padres, tachando-os de "comunistas". Não será mais assim para o sindicalismo posterior a 64, tanto para os sindicatos já fundados, como, mais ainda, para os sindicatos fundados no começo dos anos setenta, num período de grande fechamento institucional e político. (16)

Desta vez não são os padres os protagonistas, mas a FETAG o governo, e sobretudo os políticos locais, que viam no sindicato um instrumento para aumentar a sua clientela política, visando os benefícios que a nova lei da aposentadoria rural poderia trazer em termos eleitorais.

Como afirma o fundador do STR de Tacima, e que continua até hoje na presidência:

"Então, lá vem a aposentadoria do homem do campo. Mas Tacima não tinha presidente de sindicato para dar o visto nas folhas dos aposentados. Até que eu foi convidado pelo prefeito dessa época. Mas eu achei uma coisa difícil.

(16) Entre 1971 e 1973 são fundados no Brejo, entre outros, os STRs de Araçagi, Cuitegi, Duas Estradas, Belém, Tacima e o STR de Ararauna é fundado novamente, após ficar fechado em consequência da repressão (Ver tabela nº)

TABELA Nº 6

SINDICATOS DE TRABALHADORES RURAIS FUNDADOS DE 1971 a 1974

MUNICÍPIO	ANO DE FUND.	QUEM FUNDOU	OBJETIVO DA FUNDAÇÃO	OBSERVAÇÕES
1.Araruna	1972	A FETAG	Para receber a aposentadoria do FUNRURAL	O primeiro presidente continua no cargo até hoje.
2.Tacima	1972	Pelo Prefeito da ARENA	Para receber os benefícios do FUNRURAL	O primeiro presidente continua no cargo até hoje.
3.Duas Estradas	1972	Por iniciativa de políticos da ARENA	Idem	Só foi reconhecido legalmente em 1980.
4.Belém	1971	Por políticos da ARENA	Idem	Inicialmente fazia parte do STR de Pirpirituba. O presidente eleito continua no cargo até 1984, quando vence o chefe de oposição.
5.Cuitegí	1972 1973	Pelo presidente do STR de Guarabira	---	Inicialmente fazia parte do STR de Guarabira. Não tenho informações sobre a interferência de políticos. O 1º presidente continua no cargo até hoje.
6.Araçagi	1972	Por iniciativa do presidente do STR de Guarabira	---	Idem como Cuitegí. Durante o período das Ligas Araçagi fazia parte da Liga de Guarabira.

Mas até que ele veio a mim duas vezes. E disse: 'Bom, agora está nas mãos dos trabalhadores'. Até que me chamaram para uma reunião e fundamos o sindicato".

O Sindicato de Araruna foi fundado pelos mesmos motivos, como afirma o presidente atual e fundador da entidade em 1972 a convite da FETAG:

"Depois de 72 houve a lei complementar nº 11, criada em maio de 72 pelo presidente da época, o Emílio Garrastazu Médici. Havia necessidade demais de um sindicato em Araruna, porque ia chegando aquela aposentadoria e era obrigado que outros sindicatos atestassem aquele documento. Então, foi isso que me fez aceitar. Houve várias reuniões aqui do pessoal de João Pessoa, naquele tempo Álvaro Diniz, Helí Cantalice, um homem que lutou muito pelo movimento sindical da Paraíba. A Paraíba deve muito a Helí Cantalice, muito. Foi um grande baluarte, fundador de muitos sindicatos".

A partir deste período uma nova geração de dirigentes assume os sindicatos⁽¹⁷⁾ muitos dos quais permanecem no cargo durante vários mandatos seguidos (10, 15 ou até 20 anos), chegando até os dias atuais.

Estes dirigentes deixarão o sindicato somente no começo dos anos 80, a partir do movimento de oposição e renovação sindical. Outros renunciam, mas são substituídos por presidentes,

(17) Este mesmo processo se dá também nos sindicatos fundados anteriormente, onde, após um período de instabilidade, assumem novas figuras de dirigentes que não tinham relação com o período anterior.

às vezes da mesma família, que não mudam substancialmente a linha de atuação.

Em geral não são os trabalhadores rurais mais pobres (fóreiros, moradores, assalariados) que assumem a direção dos sindicatos, mas os trabalhadores rurais mais "abastados" proprietários de uma parcela de terra ou pequenos comerciantes, com um mínimo de cultura (sabem ler e escrever) e que "sabem falar" e "se apresentar" frente aos trabalhadores e às autoridades.

Há também exceções a esta "figura padrão" de presidente de sindicato. Haja visto o presidente do STR de Pilões, município predominantemente canavieiro, que era um simples cambiteiro, semi-analfabeto, e que foi "colocado" no cargo pelo senhor de engenho mais poderoso do município e funcionou, durante a sua gestão de mais de 10 anos, como homem de confiança do proprietário de terra, dentro do Sindicato. (19)

Mas, mesmo tomando em conta estas diferenças, que vão desde uma submissão total e direta ao proprietário, até uma certa autonomia, as relações com a classe dominante e o poder local que se instauram neste período são dominadas pelo espírito de conciliação e de "acordo" quando não de "conchavo" - e justificadas como forma de marcar diferença com o período anterior, do "sindicato das Ligas".

(19) É significativo como, no discurso de despedida, ao passar em 1984 a direção da entidade a uma diretoria renovada, o presidente fez questão de afirmar com orgulho que, na sua gestão, nunca houve sequer uma questão com os 23 proprietários de engenho e fornecedores do município.

Por isso, num período em que se intensifica de forma violenta a expulsão dos moradores e foreiros dos engenhos e fazendas, o movimento sindical não desempenhou um papel reivindicativo e de incentivo à resistência individual ou coletiva dos trabalhadores. (20)

Na maioria dos casos o trabalhador e sua família saíam da propriedade "sem direito a nada", e quem ensaiava uma resistência era expulso de forma violenta e seus pertences colocados à beira da estrada. Quando muito, o proprietário dava o material para construir uma casa na "ponta de rua", de comum acordo com o prefeito que doava o terreno (e desta forma favorecia o processo de expulsão).

O dirigente sindical nem tomava conhecimento destes fatos, ou não intervinha. Quando assumia um papel de mediador era para "fazer acordos", desfavoráveis ao próprio trabalhador. Não era raro o recebimento de "comissões" dos proprietários para dissuadir o morador a "botar questão na justiça", e aceitar o termo do acordo.

Neste período poucas são as ações trabalhistas e agrárias levadas pelo movimento sindical à justiça. Os próprios líderes sindicais, às vezes pequenos proprietários que assalaria-

(20) Devemos ressaltar igualmente que, no Brejo, neste período nem a Igreja assumiu este papel. As CEBs, que estavam surgindo sobretudo a partir da segunda metade dos anos setenta, começavam a questionar este estado de coisas, mas não organizaram uma resistência. Enquanto que, no Litoral e Agreste, já nesta época, havia vários conflitos de resistência pela terra (Mucatú, Alagamar, Camocim). Cfr. NOVAES, Regina, 1985; KOURY, 1983; CANTALICE, 1985.

vam eventualmente outros trabalhadores e sentiam dificuldades em pagar-lhes conforme a lei, se faziam portavozes, junto às bases, do discurso patronal, que responsabilizava "os direitos" exigidos pelo "sindicatdas Ligas" e reconhecidos pelo Estatuto do Trabalhador Rural, como a causa fundamental da própria expulsão. (21)

Os dirigentes sindicais faziam também parte da "política" local. O sindicato era considerado como um "curral eleitoral" pelos políticos locais, que, não por acaso haviam incentivado a sua fundação. Não era raro que "autoridades" e políticos governistas participassem das assembléias sindicais, promovessem festas e se fizessem presentes nos momentos mais importantes da vida sindical, e que em alguns sindicatos, em época eleitoral, se fizesse campanha aberta para algum político local. Da mesma forma o dirigente sindical era convidado nos acontecimentos políticos importantes do município e vários deles lançados como candidatos a vereadores - a maioria nas legendas governistas. (22)

Como afirma uma liderança de oposição sindical:

"Por isso os políticos, especialmente os que estão na prefeitura, investem para manter o controle das instituições e o sindica

(21) Na Paraíba havia Juntas Trabalhistas somente em Campina Grande e João Pessoa e a assistência jurídica era dada pelos advogados da FETAG que atendiam a todo o Estado. Os sindicatos não mantinham advogado próprio.

(22) Nas eleições de 1982, mais de 30 dirigentes de STRs da Paraíba se apresentaram como vereadores pelo PDS.

to é, nesse sentido, uma coisa especial. A gente constata que o controle do sindicato é um instrumento de fundamental importância para a classe patronal. Primeiro para evitar o confronto. - Se tem um pelego, um cara superatrasado que media ou que fica do lado deles, evitou o confronto de classe e o sindicato funciona como amortecedor. Depois é que utilizam o sindicato para a política eleitoreira. Nós sabemos que na questão da aposentadoria, a apresentação é um trampolim político. Você vai com um trabalhador pouco esclarecido e lá ajeita o papel, e tal. Mas, no caso, depende também da assinatura, do visto do sindicato. Então chega o candidato a vereador ou o cabo eleitoral junto com a pessoa, no sindicato, para o presidente do STR dar o visto, para mostrar que é ele que está arranjando a aposentadoria e aí está comprometido o voto do beneficiado para a próxima eleição."

Desta forma estes dirigentes sindicais colocados no cargo pelas "autoridades" atuavam mais como funcionários públicos de que como representantes de classe. Eram uma autoridade a mais no município, junto com o prefeito, o vereador, o delegado, o padre. Eram - e muitos continuam sendo ainda hoje - funcionários que retiravam uma parte de sua sobrevivência do imposto sindical, distribuído pelo Ministério do Trabalho, que se legitimavam frente aos trabalhadores pela parcela de assistência médica que geriam, e pelo poder de encaminhar a aposentadoria dos velhos.

A expansão e consolidação do movimento sindical rural neste período - que foi significativa em todo o Brasil - se deu muito em cima destas questões, tanto é que era difícil para o trabalhador *distinguir entre o sindicato e o Funrural.* (23)

(23) Um dos primeiros temas que o movimento de renovação sindical teve que enfrentar foi justamente esclarecer quais

Os cursos ministrados pela FETAG e pela CONTAG, mesmo que abrangessem outros aspectos da vida sindical, eram valorizados por esses dirigentes enquanto ensinavam a "administração sindical" e as funções de cada diretor e suas obrigações estatutárias. Os dirigentes se apropriavam dos conhecimentos técnicos das leis que regulamentavam as relações de trabalho no campo, de forma a não sair dos limites da legalidade. (24)

O legalismo, isto é, a observância estreita das leis, é uma das características marcantes destas lideranças. Como afirma um dirigente sindical daquela época que continua atualmente no cargo:

"Eu pelo menos nunca cobrei de ninguém aqui lo que não está na lei. Sempre eu me regulá rizo, desde a fundação do sindicato, pelo Estatuto da Terra, pela CLT, pelo código ci vil e penal, para não errar. Alguns companheiros meus, às vezes acontece que tem se dado mal, porque ultrapassam os limites. E nós não devemos ultrapassar os limites. E sempre aquele que não obedecer as leis se rão punidos."

Este parece ser um discurso de um funcionário conscien- cioso que conhece os regulamentos e, dentro destes limites, pau ta sua atuação.

eram as diferenças entre as duas entidades e qual deveria ser o papel do sindicato. (Ver por exemplo, em anexo na cronologia os assuntos da I Semana Sindical de Marí, em 1981).

(24) Às vezes, para encobrir o vazio de propostas para o sindi- cato, a FETAG organizava atividades tipo "cursos de corte e costura" para as filhas dos trabalhadores e similares.

Mas seria simplista afirmar que estes líderes sindicais nada mais fossem que meros funcionários públicos. Como poderíamos, por exemplo, explicar que vários deles sobreviveram ao movimento de oposição sindical e continuam no cargo até hoje, numa nova conjuntura política? Não podemos atribuir esta longevidade unicamente ao controle da "máquina sindical" e ao apoio do poder local. Estes fatores pesam muito numa disputa eleitoral, mas não justificam por si só a permanência destes dirigentes no sindicato. Apesar de todas as limitações da legislação eles passam, cada três anos, por um processo eleitoral. Isso significa que realmente, possuem certa base social de referência.

Para justificar sua prática, estes dirigentes utilizam um discurso próprio que tende a legitimá-los frente a sua base social.

A seguir analisaremos alguns aspectos deste discurso, através dos depoimentos recolhidos entre os dirigentes sindicais, em geral fundadores dos sindicatos nos anos setenta e que continuam até hoje na direção dos sindicatos.

Quando perguntamos a um desses dirigentes os motivos que o levaram a assumir o sindicato, respondeu:

"Não foi por uma situação financeira, por visar finanças, que não existiam, como hoje.

Ninguém pode viver às custas de um sindicato, a não ser um sindicato de alta potência, como o dos metalúrgicos, dos médicos, de outras e outras categorias. Mas nos dos trabalhadores rurais, se trabalha de graça. Não tem salário, não tem nada certo. Tem uma gratificação quando o sindicato tem condições de pagar".

Esta é uma afirmação que pode, até certo ponto ser confirmada pela realidade: A arrecadação dos sindicatos do Brejo, através do imposto sindical ou da contribuição dos sócios, mal dá para remunerar a diretoria.

Se, a essa altura se pergunta porque continuam no sindicato, apesar das dificuldades, todos os entrevistados respondem, de uma forma ou de outra, que cumprem uma "missão".

"É uma missão, uma missão pesada.
É uma cruz que uma pessoa pega nos ombros.
É obrigado que haja cireneus, ajudantes, para nos ajudarem a conduzir, porque é muito difícil".

...

"Como diz o ditado: dá abandono à família e na própria pátria encontrarás uma família. Foi o meu pensamento. Deixei a minha família aqui e todos os dias viajava para a cidade, a pé, para cumprir a missão que me era entregue".

Esta missão é vista às vezes como uma cruz, outras vezes como uma realização pessoal, como afirma uma mulher, presidente do STR desde a fundação, que não percebe nenhuma remuneração do sindicato e ainda cede gratuitamente parte de sua casa para ser sede do sindicato:

"Para mim eu me realizo, porque é um trabalho de que eu gosto. Eu sinto muita vontade de fazer o que eu gosto. Acho muito melhor que qualquer outro trabalho que pudesse aparecer; lutar com os pobres. Coisa muito importante para mim, me sinto realizada com esse trabalho. Trabalho pelo coração, por amor à classe e porque gosto do movimento dos trabalhadores rurais".

Alguns com maior desprendimento pessoal, outros visando interesses pessoais imediatos, acredito que a motivação principal que justifica a permanência destes dirigentes e que se expressa na "missão", é o "capital social e político" - para utilizar uma expressão de Bourdieu⁽²⁵⁾ - que o cargo sindical representa e ao qual permite o acesso.

Este capital social e político pode se tornar - e na maioria dos casos se torna efetivamente - uma fonte de privilégios econômicos para o dirigente e sua família através da troca de favores com o poder local e a criação de certo clientelismo sindical⁽²⁶⁾. Mas ele é sobretudo uma mudança tipicamente de "status". O dirigente passa a se diferenciar visivelmente dos outros trabalhadores, não somente pela sua condição econômica, mas enquanto passa a fazer parte de um círculo social do qual seria normalmente excluído.

Como afirma um diretor da FETAG:

"A gente tem acesso a discutir com as autoridades, governo do Estado, Secretariado, Secretários de Segurança, polícia, advogados, juizes e promotores. Para nós, analfabetos, é muito importante ter condição. A gente vê muitos coitados, com nível até maior e não tem condição de discutir. E a gente tem acesso porque é do sindicato, é o órgão representante".

O discurso que está por trás desta "missão" e que legitima a atuação deste dirigente tradicional frente aos trabalhado-

(25) BOURDIEU, 1981.

(26) NOVAES, Regina, 1987, pag. 199.

res, sem colocá-lo contra a classe dominante é a defesa dos trabalhadores do campo, enquanto classe produtora por excelência da riqueza, mas esquecida pela "sociedade" e pelo governo.

Como afirma um dirigente da FETAG:

"Em primeiro lugar, o que é? É do homem do campo, da agricultura, que nasce tudo quanto é riqueza. É da agricultura que vem para a cidade, vai para a fábrica, para a indústria, pra CEASA de cada cidade. É do campo que vai para as feiras livres. Tudo sai do campo.

Até a cidade hoje, para crescer, ter prédio bonito, a matéria prima sai do campo".

Este é um tema para o qual se apela frequentemente e que encontra muitas adesões e consenso nas bases sociais destes dirigentes, e manifesta uma ideologia quase de tipo "fisiocrático". Nesta perspectiva a contraposição não se dá tanto entre trabalhadores e grandes proprietários, mas entre agricultores e toda a sociedade, sobretudo as "classes urbanas."⁽²⁷⁾

O ressentimento maior não é direcionado contra os patrões, mas genericamente contra o próprio governo.

"Porque o governo, tanto o passado como o atual nunca se voltou para os interesses do agricultor. Sempre foi uma classe desprestigiada, foi uma classe escanteada pelos poderes públicos".

(27) É por esta brecha que a UDR vai entrar, construindo a identidade do "produtor rural" e canalizando o descontentamento dos pequenos produtores contra a Reforma Agrária e contra o "governo".

"A responsabilidade é do governo, em primeiro lugar. Meu ponto de vista seria pro governo, era para dar uma assistência boa. Dar a mão ao agricultor, e não só o governo, como toda a nação brasileira. Tinha que dar tudo para a agricultura, pois é donde sai a riqueza de tudo..."

A própria Reforma Agrária, que foi uma bandeira levantada pelo movimento sindical durante todos estes anos de regime militar, é considerada como uma tarefa a ser conseguida, não através da luta dos trabalhadores, mas como "dádiva" do governo.

"Eu gostaria que o governo federal fizesse por onde adquirir dinheiro para os trabalhadores, por meio de compra da terra para o trabalhador, embora fosse a prazo, para ele pagar aquela terra, como se viu no tempo de Getúlio Vargas.

...

Eu acho que não era difícil, a alguém que está no poder, botado pela nação, ele lá abrisse a mão no Congresso e fizesse alguma coisa para o trabalhador rural".

Esta posição justifica frente as bases o imobilismo destes dirigentes e não os compromete nas suas relações com a classe dominante.

"Vai chegar um dia de todo mundo enfrentar mesmo, de todo mundo chegar ao ponto de enfrentar..."

...

Nós como dirigentes de sindicato, quando vamos fazer uma reunião, sempre o trabalhador pergunta: Seu A., me dê notícia: como é que

anda a Reforma Agrária. A gente vai dá aquele detalhe que a gente sabe, mas aí a gente espera por quem? pelo poder."

Nesta postura a luta é jogada para um futuro longínquo. No presente se apela para as autoridades e se criticam os "radicais que querem avançar o sinal e jogar os trabalhadores no abismo", como por exemplo, o padre da Pastoral Rural:

"O padre, ele tenta ajudar muito o trabalhador. Mas, às vezes joga o trabalhador em cima de precipícios, avança demias. É um problema muito sério este caso".

Esta atitude se justifica também pelo medo da repressão:

"quem fala muito morre":

"Ele (O Lula) tem que calar a boquinha. Qualquer um que subir tem que calar a boquinha aqui no Brasil. Falar ... é o caso de Margarida, falou muito, morreu. O Brasil precisava de uma mulher como Margarida, mas falou muito. Tantos falam. Falam morre, não tem conversa. É o caso de Castelo Branco. Criou o Estatuto do Trabalhador Rural da Terra e começou a falar de Reforma Agrária. Cadê o home? Cadê? sumiu. Cadê Marcos Freire? Ah, foi um desastre de avião. Sô? e por detrás o que é que tinha?
O Brasil é capitalista.
E muitos que hoje falam é porque querem um peito. No dia que pegar, olha a boquinha... calou-se".(28)

(28) É significativo como na lista de "mártires" apareçam figuras bastante heterogêneas.

Os dirigentes assumem assim o papel de amortecedores dos conflitos de classe. O objetivo principal não é acirrar os conflitos, mas apaziguá-los, não "avançar o sinal" mas entrar em conciliação com os proprietários; não fazer ocupações de terra, mas esperar que o governo faça a Reforma Agrária.

A justificativa frente às bases é o discurso do trabalhador rural injustiçado que produz a riqueza. A principal forma de luta fica sendo o encaminhamento de ofícios e reivindicações ao governo e a prática geral é o imobilismo. (29)

Frente a este quadro, é difícil avaliar até que ponto, na Paraíba em geral e especialmente no Brejo, houve, durante os anos setenta, uma "internalização da luta de classe", e em que medida este sindicalismo assumiu papel de "novo mediador" apresentado por MOACYR PALMEIRA:

"O sindicato, por menos atuante que seja, é um corpo estranho que introduz numa relação, cuja exclusividade é parte de sua própria natureza.

Se a legislação e a própria justiça podem ser neutralizadas pela função de mediação dos grandes proprietários e chefes políticos locais, o sindicato é o novo mediador, dificilmente capturável pela sua própria vinculação a um sistema sindical mais amplo, que se introduz na relação entre o camponato e o Estado.

É a "lei do fazendeiro" que passa a ser relativizada. A possibilidade de um grande fazendeiro ser chamado a uma junta de conciliação ou à Justiça Civil trabalha no sentido da ilegitimação do poder daquele fazendeiro, e por extensão, de todos os grandes proprietários que exercem seu poder dentro

(29) NOVAES, Regina, 1987, pag. 203.

daqueles moldes".(30)

Parece, ao contrário, que, nesse contexto, o movimento sindical - com poucas exceções⁽³¹⁾ - não se constitui como um "corpo estranho", mas como um elemento interno ao poder local, criado e controlado pelos representantes da classe dominante. A luta de classe passa por um período de esvaziamento mais do que de "internalização".

Estou me referindo evidentemente ao esvaziamento dos canais institucionais de estruturação e de direção do conflito existente no campo.

A luta de classe, o confronto cotidiano entre o patrão e o trabalhador, neste período, até se acirra e se acentua com a expulsão dos moradores e foreiros. Mas não consegue se expressar e encontrar ressonância institucional no movimento sindical atrelado e conciliador da época.

O sindicalismo de trabalhadores rurais passa a assumir este papel de novo mediador, somente nos anos 80, a partir da retomada das lutas e das mobilizações e da renovação do próprio sindicalismo.

Contudo, os anos setenta representam um momento de expan

(30) PALMEIRA, 1985, pag. 48. Provavelmente Moacyr Palmeira se baseia, para as suas afirmações, na experiência do movimento sindical de Pernambuco que teve uma trajetória diferente do movimento sindical paraibano. (Ver POTENGY e MIELE, 1987 e NOVAES, 1987).

(31) Entre elas devemos ressaltar o papel desempenhado por Margarida Maria Alves à frente do STR de Alagoa Grande, que, já nesta época, estava procurando caminhos diferentes de atuação (Cfr. "Fala Margarida", in NOVAES, 1983).

são e consolidação do movimento sindical: todos os municípios da região passam a ter um sindicato, que se torna uma referência, mesmo parcial e questionada, para os trabalhadores.

É com esta estrutura já existente que o movimento de renovação sindical dos anos 80 se confrontará. O novo sindicalismo, ao optar pela oposição interna e não pelo paralelismo sindical, vai ter que construir o "novo" dentro do "velho", com todos os condicionamentos que isso comporta.

5.3 *Continuidade e descontinuidade*

Nos anos 80, com o ascenso das lutas, os movimentos populares encontram, na nova conjuntura do país, espaços de expressão e fortalecimento, e o sindicalismo rural passa por um processo de renovação.

Este período é caracterizado pela retomada das mobilizações de massa e pelo ressurgimento das lutas pela terra e pelo salário e pelo aparecimento de novos mediadores: a Pastoral social "libertadora" da Igreja Católica, e o movimento de renovação sindical.

Várias são as analogias entre os acontecimentos da primeira metade da década de 80 e o período das Ligas, tem-se a impressão que a história voltou a se repetir.

Reaparecem os padres atuando no movimento sindical, as equipes de educadores que relembram o MEB e o SORPE dos primeiros anos 60, os militantes, cujas origens se encontram na antiga Ação Católica.

Os trabalhadores rurais voltam às praças públicas reivindicando as mesmas bandeiras de luta, pela Reforma Agrária e pelos direitos trabalhistas.

A repressão da classe dominante, responde a este movimento nos moldes violentos e brutais dos anos sessenta. Dois acontecimentos semelhantes marcam a história da luta de classe na Paraíba: a 2 de abril de 1962, João Pedro Teixeira, líder da Liga Camponesa de Sapê e Marí é assassinado a caminho de casa, numa emboscada. A 12 de agosto de 1983, Margarida Maria Alves, presidente do STR de Alagoa Grande, é morta com um tiro de espingarda no rosto, na porta de sua casa.

Nos dois casos os mandantes do crime são os mesmos usineiros e latifundiários do "grupo da Várzea"⁽³²⁾, assim como os executores, soldados da Polícia Militar, remunerados pelos proprietários. A omissão ou cumplicidade das autoridades públicas que encobrem a impunidade dos criminosos é a mesma. As vítimas são lideranças de trabalhadores que lutavam pela Reforma Agrá-

(32) Sobre o chamado "grupo da Várzea", escreve Gisélia Potengy:

"A partir da década de 40, forma-se um grupo de pressão, denominado Grupo da Várzea, pois congregava os usineiros e senhores de engenho da Várzea da Paraíba, principais produtores de cana do Estado, embora com ligações políticas e familiares em todas as outras regiões, elegendo parlamentares a nível estadual e federal e até governadores. Este grupo sempre funcionou com o objetivo de manter os privilégios econômicos fundamentados na concentração da propriedade e no controle da força de trabalho, como grupo ideológico e de ação nas atividades parlamentares, a nível estadual e federal". (POTENGY, 1988, pag. 4).

Este grupo tem na família Veloso Borges, proprietária da Usina Tanques de Alagoa Grande, mas com ramificações em outras regiões da Paraíba (como Pilar e Itabaiana) e do país, (Pará), umas das figuras de maior poder e prestígio. Recentemente (em 1986) este grupo fornecerá os principais quadros da UDR (União Democrática Ruralista), reforçando assim a sua estrutura e se articulando de forma mais orgânica a nível nacional.

ria e pelos direitos para o homem do campo. (33)

Entretanto, muitas coisas ocorreram nestes anos em que foi amordaçado o movimento popular e sindical. Se a derrota da Liga significou uma ruptura no processo de organização popular, propiciou igualmente uma acumulação de experiências que fizeram com que os embates de hoje se dessem num novo patamar.

A Igreja

Apesar de transcorrido um período de tempo relativamente curto, houve uma falta de continuidade entre os protagonistas daquela época e os de hoje.

Os padres da nova "pastoral social libertadora", não são os mesmos que fundavam os "sindicatos cristãos", para se contrapor às Ligas.

Os poucos padres que restaram daquela época (como, por exemplo, os vigários de Areia, Alagoa Grande, Araruna) mantiveram uma pastoral tradicional, afastada não somente do movimento sindical, como da própria pastoral renovada da Igreja. (34)

(33) As semelhanças chegam às vezes a nível de detalhe. Por exemplo, o delegado de polícia, José Belmont, que dirigiu o inquérito do "caso" Pedro Teixeira, era Secretária de Segurança Pública do Governo Wilson Braga, no momento da morte de Margarida. Estes, e outros detalhes similares, dão uma idéia do grau de continuidade que se manteve na classe dominante. (Cfr. o depoimento de Elizabeth Teixeira, viúva de João Pedro, em CEDI, 1985, pag. 9/17 e também, BENEVIDES, 1985).

(34) Um episódio pode ilustrar a atuação destes padres conservadores. Quando ocorreu o assassinato de Margarida, o vigário de Alagoa Grande saiu da cidade e deixou a Igreja fechada. Foi a intervenção do Bispo e dos padres da Diocese vizinha de Guarabira que permitiu a celebração dos atos religiosos. Elizabeth Teixeira lembra, no depoimento anteriormente cita

Trata-se de uma nova leva de padres e agentes de pastoral que passaram pela experiência de renovação e "aggiornamento" conciliar da Igreja Católica. Os militantes leigos, também não são os mesmos: com a extinção, pela hierarquia, dos movimentos de ação católica, como a JEC e a JUC, se acentuou o processo de aproximação à esquerda de setores de leigos engajados, que influenciou de várias maneiras as suas concepções e práticas.

Entretanto, no âmbito da própria Igreja não deixam de existir relações, mesmo que sutis, entre a atuação da época das Ligas e a de hoje.

Reencontramos aqueles dirigentes cristãos, cuja participação sindical se deu pela intervenção dos padres, atuando, mesmo que de forma discreta no movimento. Para eles, a presença dos padres é vista com naturalidade. (35)

Para esses dirigentes, "o sindicato vem junto com a Igreja", como afirma Zé Rufino, diretor do STR de Bananeiras, preso durante o golpe:

"O homem não deve fugir do sindicato, porque Jesus Cristo disse: "Aquele que quer fazer o bem não deve olhar para que classe é", e o *sindicato vem junto com a Igreja*, e eu

do como "naquela época que mataram o João Pedro eu procurei os padres para dizer uma missa, e o padre se escondeu de mim. Hoje eu tenho milhares de nomes de padres aí numa caderneta que eu trouxe..."
O que ilustra a "continuidade e descontinuidade" da atuação da própria Igreja.

(35) Afinal o retrato do padre fundador ainda não permanecia no lugar de honra de muitos sindicatos?

acabei de dizer que nos temos que criar aqui na nossa região, pois ele vem de longe, ele nasce com a gente aqui na nossa terra."(36)

Os novos padres e agentes de pastoral, ao atuar no sindicato, encontram esta tradição, tanto é que, as primeiras oposições sindicais apoiadas pela Igreja, são consideradas como o "sindicato do padre".

Entretanto, estes dirigentes percebem que o contexto mudou, como afirma João de Almeida, antigo líder sindical e já diretor da FETAG/Pb e da CONTAG:

"É agora que está melhorando mais com este trabalho de base que a Igreja vem fazendo. Depois da revolução eu estou vendo a coisa tomar outro rumo, melhorando cem por cento. Antes, o padre e a casa paroquial era o centro do sindicato, funcionava como secretaria, tesouraria, o padre fazia tudo, não dava oportunidade ao presidente do sindicato".

Entre os dois períodos aconteceu a consolidação do movimento sindical, mesmo que nos moldes conservadores, com uma consequente maior autonomia frente à Igreja, e as mudanças ocorridas na atuação pastoral neste período, levarão a Igreja a ter uma nova sensibilidade para com o movimento sindical.

(36) Zé Rufino, além de manter uma atuação como líder sindical no seu município, apareceu nas primeiras mobilizações como o "poeta" do movimento, que interpreta nas suas músicas as aspirações dos trabalhadores. A sua canção "nosso direito vêm", se espalhou em todo o Brasil e se tornou um "clássico" das músicas de luta dos trabalhadores do campo e da cidade.

O Sindicato

Também com relação as Ligas Camponesas, mudaram os protagonistas. Não encontramos atuando, nos anos 80, as lideranças das Ligas.

Os "líderes urbanos do campesinato paraibano", como os define BENEVIDES⁽³⁷⁾, isto é, os políticos, jornalistas, advogados, agrônomos que atuavam como dirigentes carismáticos das Ligas, após sofrerem a prisão ou o exílio, emigraram para outras regiões do país ou continuaram uma atuação mais restrita à área urbana, sem vinculações orgânicas com os novos movimentos sociais que emergiam no campo.⁽³⁸⁾

Também não encontramos, entre os protagonistas do movimento de renovação dos anos oitenta, os "líderes camponeses" que sobreviveram ao período da repressão.⁽³⁹⁾

Quando perguntei ao seu Severino, liderança de área de conflito, que foi contemporâneo aos acontecimentos daquela época, se havia camponeses que continuavam presentes nas lutas de hoje, respondeu:

(37) BENEVIDES, 1985, pag. 56.

(38) Entre estas figuras que exerceram um papel significativo na época das Ligas se destaca o agrônomo Assis Lemos, presidente da Federação das Ligas Camponesas da Paraíba e deputado do PCB. (Cfr. entrevista com Assis Lemos, in CHASIN e VAISMAN, 1982).

(39) Elizabeth Teixeira, viúva de João Pedro, e liderança expressiva do movimento camponês, constitui uma exceção. Após quase vinte anos de clandestinidade voltou à vida pública e se integrou às lutas dos trabalhadores como uma figura de referência e de grande prestígio. É na história de sua vida que se baseia o filme "Cabra Marcado para Morrer", de Eduardo Coutinho.

"Deles, que eu conheci aqui vizinhos, abandonaram todos a luta, fugiram. Agora tem deles que foram da luta e hoje estão na luta da gente. Tem mulheres que perderam o marido mas estão na luta, e não afrouxou, como a viúva de João Pedro. Mas aqueles trabalhadores fracos, que não tinha conhecimento, afrouxaram na luta".

Estas lideranças de base, contemporâneas a época das Ligas, não participaram ativamente do movimento camponês e não fizeram a seu aprendizado político, como afirma seu Severino.

"Das Ligas Camponesas eu não sei nada, porque foi uma coisa que não deu para mim. Peleijaram muito para tirar a carteira da Camponesa; eu não sei nem se entendia o que acontecia, que eu não aceitei.

...

Porque uma coisa é o que a gente mesmo faz, então aquilo vem do tronco, tem força, a gente não tem medo. Mas aquilo que a gente não sabe de onde vem, que vem de riba para baixo. Na realidade se as Ligas tivessem vingado era muito bom. Mas ela veio de riba para baixo se um alicerce, sem nada, não tinha força".

As novas lideranças pertencem geralmente a outra geração que não vivenciaram os acontecimentos daquela época e para os quais foi transmitida sobretudo a memória do medo e da repressão.

Como afirma outra liderança ativamente engajada nos conflitos de terra de hoje:

"Eu me lembro que meu pai tinha sindi-

cato⁽⁴⁰⁾, e s^o ouvia dizer que tinha que jogar fora, porque estava havendo a perseguição de todos os que tinham sindicato. Tⁱnham que ser presos e apanhar muito. Eu me lembro que escutava meu pai falar disso, que o pessoal estava apanhando muito l^e, na região de Sap^e".

N^o houve somente uma falta de continuidade entre as li-
deranças, mas tamb^{em} no processo hist^orico de acumulaç^o da ex-
peri^ência de luta deste perⁱodo.

De toda esta ^epoca riqu^{is}sima de lutas, prevaleceu, na mem^oria dos trabalhadores, o medo espalhado pela repress^o brutal. A classe dominante conseguiu transmitir a sua pr^opria in-
terpretaç^o, ligando indissol^uvelmente a palavra "campon^{es}" com o comunismo, querer "tomar o que ^e dos outros", "desordem e ba-
gunça".⁽⁴¹⁾

As novas lideranças, ao se apresentarem aos trabalhado-
res, tiveram inclusive que marcar diferença com a ^epoca das Li-
gas e se defender da acusaç^o de repetir aquela experi^ência e
levar assim os trabalhadores de novo para o "couro".⁽⁴²⁾

Ainda ^e muito insuficiente a reinterpretaç^o deste perⁱo

(40) ^E significativo como, em depoimento de lideranças atuais, n^o se faça uma clara distinç^o entre Liga e sindicato cris-
t^o, mas os dois sejam acunhados como "sindicato" ou ^{às}
vezes, o "sindicato da Liga".

(41) A palavra "campon^{es}" possuia na ^epoca um car^{at}er eminentemente pol^{it}ico, era uma senha de identificaç^o como "cida-
d^o" para os revolucion^{ar}ios franceses, e "camarada" para os revolucion^{ar}ios russos. Este sentido morreu com as Li-
gas e ^e dif^{ic}il reaproveit^{ar}-lo para as lutas de hoje.

(42) Nas eleiç^oes sindicais de Sap^e em 1984, a oposiç^o teve que enfrentar este tipo de acusaç^o, por parte dos patr^oes e de setores da diretoria do STR.

do por parte do movimento sindical renovado e da pastoral social da Igreja - cujo passado é ambíguo neste ponto - que permita inserir este momento de grande significação na memória histórica da classe trabalhadora, com toda a sua complexidade.

Apesar desta descontinuidade, porém, o movimento de renovação sindical dos anos oitenta retoma o papel reivindicativo do sindicato e as bandeiras de luta que foram das Ligas.

De forma mais ou menos consciente, é retomada aquela aproximação entre setores do sindicalismo "cristão" e das Ligas que tinha iniciado no período imediatamente anterior ao golpe e que foi bruscamente interrompida pela intervenção militar.

Evidentemente num novo contexto e com novos protagonistas que analisaremos a seguir. (43)

(43) Não serão somente os serviços da Igreja os protagonistas da renovação do movimento nos anos oitenta. Entre as entidades que atuam junto ao movimento popular e sindical neste período, devemos destacar o Grupo de Pesquisa e Assessoria Sindical da UFPb, Cãmpana Grande, que desde 1978 assessorava vários STRs na formação dos dirigentes e dos jovens bolsistas do sindicato, e elaborava pesquisas para o incipiente trabalho de organização dos assalariados da cana-de-açúcar; e o CENTRU - Centro de Educação do Trabalhador Rural, fundado no começo de 1980, com atuação em vários estados do Nordeste, e que desenvolveu um trabalho pioneiro no acompanhamento às oposições sindicais e na construção da CUT. Margarida Alves foi desde o começo, sócia do CENTRU e uma das suas lideranças mais expressivas.

CAPÍTULO 6

A IGREJA E O MOVIMENTO POPULAR NO BREJO

É sempre difícil colocar a posição da Igreja do ponto de vista sociológico, sobretudo frente aos conflitos que perpassam a sociedade e, portanto, a própria Igreja. (1)

Acredito que se possa entender melhor o papel da "Igreja" nas lutas sociais no campo, se investigarmos o fenômeno particular que faz com que a "Igreja" seja, ao mesmo tempo, uma pluralidade de instâncias diferenciadas, e contudo, possa continuar a ser definida como tal.

Devemos relembrar que a Igreja é uma "societas" altamente estruturada de forma hierárquica, onde o poder vem "de cima" e é distribuído de forma rigidamente proporcional conforme o diferente "status" eclesiástico dos sujeitos, e ao mesmo tempo é uma estrutura que contém uma pluralidade de instâncias e movi-

(1) Existe entre os autores que se ocupam da Igreja um debate entre os que consideram a "opção pelos pobres" e a nova linha pastoral como oportunista ("perdemos a classe operária, não vamos perder também os camponeses"), e outros que consideram esta opção como uma conversão irreversível da própria posição de classe da Igreja, em direção às classes populares. Ambas as posições são provavelmente reducionistas. Cfr. PAIVA, 1985, pag. 54 e NOVAES, Regina, 1985, pag. 211.

mentos que gozam de relativa autonomia.

Isto faz com que, dentro de uma instituição que é, por definição, não democrática, possam existir espaços de democracia e de participação, com um grau bastante elevado de autonomia. Para os fins da nossa análise consideramos três instâncias básicas presentes na Igreja. (2)

A "*Igreja-Estrutura*", onde se colocam todos os sujeitos que o povo identifica como "a Igreja", isto é, o Bispo, os padres, os religiosos e as religiosas, os seminaristas e todos aqueles agentes de pastoral leigos assimilados por funções e responsabilidade aos agentes de pastoral acima citados. (3)

A "*Igreja-base*", no sentido comumente dado hoje, nos meios de Igreja, aos fiéis que participam ativamente, organizados em grupos e movimentos, especialmente aqueles que assumem alguma responsabilidade, como animadores, ministros, catequistas e que aceitam a orientação da Igreja, têm consciência dos seus direitos/deveres de participação eclesial e social e participam, até certo ponto, da elaboração das linhas pastorais.

A "*Igreja dos batizados*", que inclui todos os fiéis que participam das atividades da Igreja que celebram acontecimentos pessoais (batizados e casamentos) ou sociais (festas religiosas), respeitando de forma genérica a orientação da Igreja pelo peso da tradição, mas não assumindo um papel ativo na elaboração das linhas pastorais.

(2) Para esta distinção cfr. NOVAES, Regina, 1985, pag. 210.

(3) Dentro da Estrutura, é sempre oportuno ter presente que há uma distinção básica entre "consagrados" e leigos.

Fazem parte da "Igreja-dos batizados" também os fiéis que não concordam com as linhas de pastoral popular hoje predominante da Diocese Igreja de Guarabira mas que têm uma representação significativa a nível da Igreja-Estrutura.

Esta massa de católicos, apesar de não exercer um papel ativo, indica os limites do consenso social da Igreja, legitimando ou não as opções dos setores mais ativos e propositivos.

Ao analisar a Diocese de Guarabira, focalizaremos sobretudo a "Igreja-Estrutura" e a "Igreja-base" que, através de interferências recíprocas, determinam a atuação pastoral predominante na Diocese, inspirada na "Teologia da Libertação" e engajada no apoio à luta do "povo sofredor".

Esta opção deve ser entendida no contexto histórico pós conciliar. Nos anos imediatamente posteriores ao golpe militar de 64 e, sobretudo após a Conferência Episcopal de Medellín (1968) a Igreja Católica no Brasil inicia uma profunda revisão da sua pregação e prática junto ao povo, reagindo contra a violência econômica e política que se abate sobre a sociedade civil, e atinge parte da própria instituição eclesial.

Inicia, portanto, um período de "conversão" - ou, como outros preferem, de adaptação - da Igreja às novas relações sociais produzidas pelo desenvolvimento capitalista e especialmente pelas feições selvagens e autoritárias que este desenvolvimento assume no Brasil e na América Latina.

A Igreja põe no centro de suas preocupações e de sua atuação a defesa dos "direitos humanos", fundamentada numa releitura da Bíblia e da doutrina social do magistério.

A instituição se constitui neste período como um dos es-

paços privilegiados, - e às vezes único - de oposição ativa e de contestação ao regime autoritário.

6.1 A Pastoral Social da Diocese de Guarabira

A Diocese de Guarabira⁽⁴⁾ se insere neste contexto da Igreja Brasileira, se destacando pela sua pastoral renovada e voltada para o apoio aos movimentos populares, e assumindo vários papéis.

"VOZ DE QUEM NÃO TEM VOZ"

A pregação da Igreja se volta com insistência para a denúncia sistemática das desigualdades e injustiças sociais, o anúncio de uma libertação que é ao mesmo tempo material e espiritual, apresentando a vida como uma longa "caminhada" em direção à "terra prometida" e a construção do "Reino de Deus".

A pregação encontra sua idéia força nos direitos inalienáveis da "pessoa humana", e, em particular no direito à terra. "A terra é de Deus", que a distribuiu para que todos pudessem usufruir dela e não somente uma minoria privilegiada. Esta idéia faz parte da doutrina social da Igreja, que coloca uma "hipote-

(4) A Diocese abrange 24 municípios do Brejo, Curimataú e Piemonte da Borborema, com uma população de aproximadamente 450.000 habitantes.

Foi fundada em dezembro de 1981, tendo como seu primeiro Bispo Dom Marcelo Pinto Carvalheira, que já atuava na região desde 1976 como Bispo auxiliar da Arquidiocese da Paraíba, responsável pela então região episcopal do Brejo.

ca social sobre toda propriedade" e adquire uma força de contestação numa conjuntura onde impera a propriedade privada absoluta da terra, como base do monopólio do poder político.

Ao fazer isto um setor da Igreja se afasta, pelo menos em parte, da sua função tradicional de "intelectual" das classes dominantes que justificava as desigualdades sociais existentes, e passa a elaborar toda uma simbologia e uma mística de luta contra as injustiças sociais.

A "IDA AO POVO"

Esta pregação é acompanhada dum ruptura, ou pelo menos dum abrandamento dos laços pessoais e orgânicos que a hierarquia mantinha com o "poder local".

Renunciando às relações privilegiadas com os poderosos, a Igreja abandona também uma série de serviços que prestava às classes dominantes.

Na linguagem própria da Instituição se trata de uma "ida ao povo", considerado ao mesmo tempo como "explorado e crente", ou da "irrupção do povo" dentro da própria Igreja.

Adquire nesse contexto relevância, uma outra idéia força, a da pobreza evangélica. Os pobres são os bem-aventurados, os destinatários privilegiados da mensagem evangélica.

Esta opção assume, no contexto de uma Igreja tradicionalmente aliada ao poder, um forte papel de contestação. As relações entre a Igreja-estrutura e o "poder local", de fato, ficam bastante estremecidas, chegando em alguns casos a uma ruptura

aberta e ao conflito.

Concretizando esta opção, a Diocese se desfaz das propriedades fundiárias que possui, entregando-as, de várias formas, aos moradores que nelas residem e trabalham, e tenta realizar, nestas áreas, experiências de Reforma Agrária⁽⁵⁾. Um papel destacado nesta opção assumem as religiosas, que deixam os colégios onde formavam a elite local⁽⁶⁾ ou outras obras assistenciais para viverem em "pequenas comunidades" localizadas nas periferias das cidades ou nos povoados rurais, mantendo um estilo de vida próximo dos pobres e marginalizados e acompanhando de perto o cotidiano do povo.

Uma certa influência na ruptura das relações com o "poder local" pode ser atribuída também à presença de "pessoal apostólico" (padres, religiosas e leigos) provenientes de outros países ou regiões do Brasil, sobretudo após o período conciliar, que não fazem parte do esquema de "troca de favores" com as famílias tradicionais locais, e portanto podem manter maior autonomia.

Encontramos vários destes agentes de pastoral nas coordenações pastorais populares e na luta pela terra.

(5) Cf. NOVAES, Regina, 1984, pag. 64-98.

(6) No final dos anos 70 as irmãs Catarinas e Dorotéias, fecham os colégios de Guarabira e Bananeiras. O único colégio que permanece na região é o colégio de S. Rita, em Areia.

O "APOIO AOS MOVIMENTOS POPULARES"

A Diocese de Guarabira não se limita a uma mudança de discurso e ao testemunho pessoal de vários agentes; assume também, como parte do seu trabalho pastoral, um compromisso de apoio aos movimentos populares, colocando à disposição sua infraestrutura (centros de treinamento, locais paroquiais, capelas), recursos (que podem tramitar através das Igrejas dos países ricos) e estruturas de "serviço" educativo e jurídico com pessoal especializado (advogados, educadores, assistentes sociais, técnicos agrícolas). Isto favorece o crescimento relativamente rápido das nascentes organizações populares.

Mas trata-se, não somente, da abertura de "espaços físicos", mas de "espaços de participação" para os trabalhadores (especialmente rurais), propiciados pelos vários movimentos de base, CEBs, pastorais específicas e movimentos de leigos engajados socialmente.

Neste sentido a Igreja - e mais precisamente um setor da Igreja cujo peso e influência varia conforme a conjuntura - permite aos trabalhadores, um aprendizado importante e talvez único, nas condições dadas, de participação e formação para a política: um espaço para o exercício da cidadania.

Limitarei a minha análise da relação Igreja Movimento Popular àquelas entidades diretamente voltadas para o apoio ao movimento e que constituem uma grande parte da "pastoral social" da Diocese: a Pastoral Rural e os "serviços". Mas antes disso, é imprescindível acrescentar alguns dados sobre as CEBs, que constituem o lugar social privilegiado a partir do qual e - por

um certo período - ao redor do qual - atuam as outras instâncias.

AS CEBs; Comunidades Eclesiais de Base

Representam, desde a metade dos anos setenta, quando ainda o Brejo era Região Episcopal, a opção pastoral prioritária da Igreja de Guarabira, e estão presentes sobretudo nos povoados rurais (nas áreas de pequenos produtores) e nas periferias das cidades. (7)

As CEBs no Brejo, tiveram o seu momento de implantação e de maior expansão a partir da metade dos anos setenta, quando surgiram em grande número em toda a Diocese.

Conforme a interpretação de um padre, elas podem ser classificadas segundo seu grau de engajamento social.

"Nós distinguimos algumas comunidades que não eram Comunidades de Base, mas base de comunidade. Quando eles se encontravam para o culto, o terço, a novena, a campanha da fraternidade... para nós isso era somente base de comunidade.

(7) Na zona canavieira da Diocese não há uma presença significativa de CEBs, e a linha pastoral dos padres que aí atuam é mais tradicional.

A ausência das Comunidades de Base entre os assalariados rurais é um problema generalizado na Igreja e é objeto constante de preocupação dos agentes de pastoral, sem que até hoje tenha se encontrado uma resposta satisfatória. Cfr. PERANI, 1984.

Agora eram CEBs quando já começavam a se organizar como grupos específicos que influenciavam a vida do povo ou do município. Então havia os níveis.

Comunidades organizadas a nível de catequese, cantos cultos, reuniões. Depois, outras que além disso tinham trabalhos comunitários, ações comunitárias. Depois outro nível, quando, além de discutir o que já falamos, se comprometiam a entrar na luta sindical, e política também, de esclarecimento político ao povo. Até um nível máximo, que, para nós era o ideal, a comunidade que luta, que se empenha na luta firme pela terra". (8)

As CEBs contribuíram para criar uma experiência de participação popular e de formação de lideranças, e foram, durante o período de repressão, o espaço privilegiado de autonomia popular.

Várias lideranças de conflito de terra e de oposição sindical tiveram nas CEBs o seu aprendizado para a militância, e alguns continuam sendo animadores de comunidade.

Mas, atualmente as CEBs enfrentam várias dificuldades e desafios. Situadas como "mediações entre a reforma da Igreja e a transformação da sociedade" (8), após vários anos de "caminhada", as CEBs se defrontam com uma nova conjuntura que as obriga a redefinir o seu papel na Igreja e na sociedade. Na Igreja, apesar do estímulo e do amplo apoio e reconhecimento da hierarquia, as CEBs não conseguiram se firmar enquanto espaço próprio e autônomo dentro da estrutura eclesial, dependendo ainda em

(8) Não sei até que ponto esta distinção é comum entre os membros das CEBs e dividida pelos outros agentes de pastoral.

(9) Cfr. KIRSCHE, 1987, pag. 198.

rande medida da presença dos agentes de pastoral, e de suas opções. No interior da Igreja as CEBs se defrontam também com a concorrência de outros movimentos eclesiais mais tradicionais que estão crescendo (focolarinos, carismáticos, pentecostais), voltados para uma dimensão mais espiritualista da fé, e que tem suas bases sociais entre a classe média urbana.

Na sociedade as CEBs não constituem mais o espaço privilegiado de organização popular, se defrontando com as organizações autônomas dos trabalhadores (movimentos, sindicatos e partidos). Isto não significa que as CEBs tenham cessado de desenvolver um papel e uma função nos dois âmbitos, mas sem dúvida diminuiu a influência que exerceram, até poucos anos atrás, na organização popular; papel assumido hoje, de forma mais efetiva, pelas pastorais específicas.

A PASTORAL RURAL

A Pastoral Rural da Diocese foi fundada no início de 1980, a partir de um núcleo de trabalhadores rurais das CEBs e de militantes do MER (Movimento de Evangelização Rural) e da ACR (Ação Cristã no Meio Rural).⁽⁴⁰⁾

A P.R. era inicialmente formada pelos próprios trabalhadores na sua grande maioria pequenos produtores, a diferença de outras pastorais integradas principalmente por agentes de pastoral, e dos outros serviços da Diocese, que se consideravam

(40) Os movimentos de militantes cristãos, como a ACR e o MER, se diferenciam das CEBs, que atuam mais no âmbito local, pela sua estrutura vertical (do município até a coordenação nacional) e pela formação específica dos militantes, que superam o âmbito diocesano. Os movimentos mantêm também uma maior autonomia com relação à hierarquia.

"apoio" aos trabalhadores.

A P.R. tinha um caráter de representação, dentro da Igreja, da problemática dos trabalhadores do campo, especialmente do problema da terra.

Este grupo de trabalhadores, forte no espaço oferecido pela Igreja, numa conjuntura sindical ainda imobilista e pouco representativa, assume, desde logo, um papel propulsor na mobilização dos trabalhadores rurais e na renovação do movimento sindical, chegando, em algumas oportunidades, a assumir a função de verdadeira instância de "direção de fato" do movimento. Nascem neste âmbito as iniciativas que levaram as primeiras mobilizações de massa realizadas no Brejo após 64, num trabalho conjunto com "serviços" da Diocese; mobilizações levadas "por dentro" do sindicalismo oficial e não assumidas de forma autônoma pela pastoral.

Este engajamento no movimento sindical fez com que vários militantes assumissem a iniciativa de lançar oposições sindicais e chegassem a cargos de direção.⁽¹²⁾ Um grupo majoritário destes dirigentes passará a fazer parte da CUT, a nível regional e estadual, ou do Movimento Sem-Terra.

A partir de 1983, na medida em que um número sempre maior de dirigentes entra no movimento sindical, a coordenação da P.R. passa a ser assumida mais pelos agentes de pastoral, que começam a ter uma presença mais direta e a imprimir uma linha

(12) Desde a fundação da P.R. os seus militantes assumiram cargos de direção em 8 STRs, ou através de campanhas de oposição, ou através de composições com a diretoria anterior; e participaram em 5 oposições sindicais que não foram vitoriosas.

própria.

Enquanto, a partir de 1983, o movimento sindical concentra sua atuação na luta dos assalariados, a P.R. amplia e aprofunda sua atuação nas áreas de conflito de terra, assumindo um papel de articulação e acompanhamento quotidiano das áreas de conflito e vem a tornar-se a principal direção da luta pela terra, na região.

Surgem, desta forma, dois grupos que disputam o espaço de direção do movimento. O que queria frisar, é que estas diferentes opções já existiam no interior da própria pastoral da Igreja, entre os militantes - na sua maioria dirigentes sindicais - e os assessores, que assumem prioritariamente uma identidade sindical e política e se dedicam à luta dos assalariados, e os militantes - na sua maioria lideranças dos conflitos de terra - e os agentes de pastoral, que mantêm uma fisionomia mais pastoral e que investem na luta pela terra.

Esta tensão levará, entre 1983/84 à divisão da P.R. em dois grupos e a saída dos "sindicalistas" da própria pastoral.

A partir deste momento a tensão se desloca para fora do âmbito eclesial, e se abre um espaço de competição entre a pastoral rural e o sindicalismo renovado, para o acompanhamento e a direção unitária das duas principais frentes de luta no campo: a luta pela terra e a luta pelo salário.

Uma disputa que é latente, que se dá mais a nível dos dirigentes do que da base, a nível da prática do que do discurso público, e que não impede uma atuação conjunta em várias oportunidades.

✓
P.R.
a luta
pela terra

OS "SERVIÇOS" DA DIOCESE

Para atuar junto aos trabalhadores rurais, a diocese criou, entre 1977 e 1981, três grupos de trabalho, chamados de "serviços".⁽¹³⁾ Eles compartilham os objetivos gerais da "pastoral de conjunto" da Diocese e respondem diretamente ao Bispo por sua atuação. No entanto, cada serviço goza de uma ampla autonomia, dentro da estrutura eclesial, tanto no que respeita ao planejamento de suas atividades, e metas de trabalho, como na administração e captação de recursos financeiros.

A articulação entre os serviços se dá nos momentos de maior tensão das lutas populares, quando toda a "rede da Igreja" engajada no trabalho social, é convocada para tomar posições conjuntas. Os serviços são perpassados pelas tensões existentes no movimento em relação às concepções e práticas das organizações populares, e as opções políticas, tendo seus momentos de confrontação interna e de "reconciliação" (o que não deixa de ser típico na Igreja).

Mas, apesar das divergências, todos eles se reconhecem, e são reconhecidos pelo público externo, como "o pessoal da Igreja", ou "o pessoal da Diocese". O Bispo responde em última análise, inclusive juridicamente⁽¹⁴⁾ pela linha política e atua

(13) A palavra "serviços", típica da linguagem eclesial, quer significar que se trata de grupos de Igreja a serviço do movimento popular, na linha da pastoral social, e não tanto de grupos a serviço da própria organização eclesial, criados num período de repressão política e que desenvolvem um papel de apoio e, de certa forma, "supletivo".

(14) Os serviços não possuem personalidade jurídica própria.

ção dos mesmos, assumindo, nos momentos mais críticos uma postura de apoio concreto frente às críticas da classe dominante, e procurando sempre manter internamente a unidade.

O PROJETO EDUCATIVO DO MENOR (PEM/PROCEP)

Criado em 1977, desenvolve um trabalho educativo e organizativo com os menores carentes e as respectivas famílias e comunidades onde vivem.

Mantém atualmente várias escolas nos povoados rurais e nas periferias das cidades (chamadas de "canteiros") e desenvolve atividades comunitárias.

O Projeto atua também em várias áreas de conflito de terra e de assentamento, dando assessoria na organização da comunidade e no setor de tecnologias apropriadas para a pequena produção agrícola e a criação de animais. (15)

O CENTRO DE ORIENTAÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS (CODH)

Criado em 1979, é atualmente integrado por 4 advogados

(15) A partir de 1986 o PEM se constitui como uma entidade juridicamente autônoma da Diocese, e cria uma estrutura própria, com um Conselho Diretor composto por representantes das várias comunidades onde atua. O Bispo continua como presidente do Conselho Diretor. O PEM muda de nome, e passa a se chamar de "Projeto Comunitário de Educação Popular" (PROCEP).

que prestam assessoria jurídica - sobretudo na área trabalhista e agrária - a vários sindicatos de Trabalhadores Rurais do Brejo e a grupos de trabalhadores de áreas de conflito, acompanhados pela P.R.

Este Centro, como outros afins das Dioceses vizinhas⁽¹⁶⁾, teve uma atuação pioneira no setor de assistência jurídica, desenvolvendo uma prática inovadora na defesa dos direitos dos trabalhadores que superava a visão estreitamente legalista do direito, normalmente praticada pelos advogados da estrutura sindical (FETAG).

O SERVIÇO DE EDUCAÇÃO POPULAR (SEDUP)

O SEDUP foi criado em 1981 com o objetivo de fornecer apoio educativo e metodológico ao movimento popular em seu processo de conscientização, organização e formação.

É integrado atualmente por profissionais de várias áreas, educadores, comunicadores, sociólogos, assistentes sociais, técnicos agrícolas, que desenvolvem suas atividades em vários setores: sindical (assessoria aos STR e oposições sindicais), forma

(16) Em João Pessoa, atua o Centro de Defesa dos Direitos Humanos, fundado em 1971; em Campina Grande a "Comissão Justiça e Paz", que foi extinta em 1986. Existem também outros centros autônomos da Igreja, fundados por advogados que começaram seu engajamento na Igreja, tais como o Centro de Defesa dos Direitos Humanos Assessoria e Educação Popular (CODH/AEP) e o Serviço de Apoio aos Movimentos Populares e Sindicais (SAMOPS), ambos em João Pessoa.

formação (de base e de dirigentes), comunicação popular (produção de material audiovisual, gráfico e radiofônico) pequenos produtores (assistência organizativa e técnica para a implementação de tecnologias alternativas) mulheres (assessoria ao Movimento de Mulheres Trabalhadoras do Brejo) e Alfabetização de Adultos (elaboração de material didático e de formação de monitores.

Sua linha de atuação priorizou, desde o começo, a renovação do movimento sindical, inicialmente assessorando as lideranças da Pastoral Rural, e posteriormente prestando-lhes acompanhamento nas oposições sindicais e na direção dos sindicatos renovados.

Atualmente presta assessoria aos STRs filiados à CUT, à CUT Regional Brejo, e colabora com a CUT Estadual, assumindo uma clara opção sindical que o diferencia dos outros serviços.

O SEDUP esteve presente na organização e documentação das mobilizações dos trabalhadores, nas campanhas salariais dos canavieiros e no apoio às áreas de conflito de terra.

Uma das prioridades atuais do SEDUP é a formação de monitores e educadores locais que possam assumir a assessoria ao movimento popular e sindical da região.

6.2 *Uma identidade político religiosa.*

A partir da interação entre agentes de pastoral, lideranças populares e trabalhadores organizados, se constitui certo bloco social, com posições comuns e diferenças, que atuam, na Igreja e no movimento popular, de forma conjunta e distinta dos

setores mais tradicionais.

A construção deste bloco se dá a partir da prática social comum junto a movimentos populares, em torno de objetivos gerais e metodologias elaboradas de forma conjunta.

A ideologia comum que cimenta este bloco, mesmo oriundo de trajetória diferente, é a valorização da "base", do povo, da sua cultura e das formas de democracia direta. Esta opção se dá a partir de trajetórias diferentes entre os agentes de pastoral.

Conforme a afirmação de um padre da Pastoral Rural:

"Eu acho que a maior ação é perder tempo com a base. Tudo é válido se você se encontra 30, 40, 50 vezes com a base.

Depois disso, ampliar as idéias, executar muitas ações comunitárias, férias comunitárias, trabalhos comunitários, mutirões, visitas entre si, trocas. É importantíssimo que aprendam a viver juntos e a trabalhar juntos.

Não perder nenhuma ocasião de defender seus direitos. Quando dá pé, entrar logo. Não dar nenhum dedo ao patrão, nem uma unha.

Então você tem que se valer de qualquer tipo de direito para a gente se fixar na terra.

Isto é importantíssimo: o conflito se faz na área".

Outros agentes chegam a esta opção a partir de uma posição intelectual mais elaborada, fruto do encontro de correntes de pensamento marxistas, como afirma um agente pastoral leigo, cuja formação foi no MER:

"Havia de um lado a crença política que só o povo, só a massa organizada muda, e existia uma crítica ao elitismo da esquerda.

Nesta época se estava estudando muito a metodologia de Paulo Freire e a linha de massa de Mao-Tse-Tung, uma crítica ferrenha à esquerda acadêmica, sem inserção na massa. E ligado a isto existia a incarnação do evangelho na vida, uma contestação à Igreja e à teoria religiosa desencarnada da própria vida".

Outro agente de pastoral, cuja formação foi nos movimentos de ação católica urbana, da década de sessenta, confirma esta confluência das duas correntes de pensamento: a marxista e a católica:

"Outro aspecto importante desta época, é o tema da pobreza... Isto vai se encontrar com a descoberta da gente da questão de classe, e com a descoberta, no fundo, daquilo que vinha através do marxismo, de que é o proletariado que vai transformar. Então *"é do pobre que vem a salvação"*, se junta com *"é do proletariado que vem a revolução"*.

Posições que levam a uma motivação ética e a uma encarnação" na vida e na luta do povo:

"Acreditávamos que, em qualquer país a linha de massa era possível, mas isso requeria uma grande renúncia dos que se dizem intelectuais: inserção no povo, beber a água que ele bebe, comer o que ele come, se necessário, dormir no mato".

Se somarmos estas motivações ideológicas e éticas ao peso institucional da Igreja, a nível da infraestrutura e da abertura de espaços ao movimento popular, e à sua presença capilar

no meio do povo, podemos afirmar que este bloco social, assume bem mais do que um simples papel de apoio, assessoria, ou "serviço" ao movimento popular. Mas se constitui numa das verdadeiras instâncias de direção política do movimento, que tem um peso específico muito grande na determinação dos rumos do movimento.

O "grupo da Igreja" assume o papel de "mediador por excelência" entre os trabalhadores rurais, tradicionalmente excluídos da cidadania, e a sociedade civil e o Estado. Uma mediação em certo caso única, indispensável e necessária, mas que, encontra, na sua própria natureza algumas limitações. Apontarei pelo menos três.

Em primeiro lugar a pastoral social da Igreja, por suas limitações estruturais, pode "chegar até certo ponto" na sua posição de classe. As relações no interior da Igreja se dão através de uma dinâmica constante entre "movimento" e "instituição". (17)

A história da Igreja Católica foi sempre perpassada por uma tensão entre os movimentos (que nascem da base, mas encontram ressonância na estrutura, ou viceversa), que "exploram as fronteiras do possível", que vivenciam uma experiência intensa de participação e comunhão eclesial, que tentam realizar a utopia evangélica do "Reino de Deus"; e do outro lado a estrutura, cuja função é justamente aquela de institucionalizar o carisma,

(17) Estou utilizando uma das categorias fundamentais no pensamento do sociólogo, Francesco Alberoni (ALBERONI, 1977).

ora absorvendo, ora "corrigindo" os movimentos. (18)

A Igreja Católica retira sua força secular deste duplo movimento, conservando unidos estes dois componentes permanentes, e preservando a coesão interna da Instituição.

Esta dinâmica determina até que ponto se possa falar de uma "Igreja Progressista ou Popular" e de uma "Igreja Conservadora", na medida em que não podem ser ultrapassados certos limites além dos quais se romperiam os laços que fundamentam a "comunhão eclesial".

Por isso a Igreja pode avançar apenas até certo ponto, nas suas posições a favor de determinado grupo social ou de uma classe. Não podemos esquecer que ela é portadora e administradora da mensagem da salvação que é necessariamente interclassista, "católica". Isto significa que a instituição seja isenta das divisões de classe da sociedade, mas que tentará sempre manter uma visão e uma prática "acima das partes", para poder conservar a originalidade e especificidade de sua atuação, e se preservar enquanto instituição (que é, afinal, um dos objetivos permanentes de qualquer instituição).

Um segundo aspecto a ser considerado é relativo à própria visão da luta de classe predominante entre os setores da Pastoral Social engajados no campo.

É uma visão de tipo "ruralista", como afirma GRZIBOWSKI:

(18) A ruptura na Igreja se dá quando as reivindicações dos movimentos não "cabem mais" dentro da própria estrutura, por que começam a questionar pontos fundamentais da tradição; ou - o que é a mesma coisa - quando a estrutura não consegue reabsorver o carisma representado pelo movimento. Dá-se, então, um cisma.

"A visão ruralista faz com que todas as relações sejam reduzidas à terra, e a sociedade é vista a partir desta ótica... Falta-lhe incorporar as outras lutas, ver nelas um sentido histórico e uma pista para elaborar uma visão da sociedade com novas formas de integração social".(19)

A "visão ruralista" faz com que setores da Igreja avaliem as lutas do campo a partir da ótica dos conflitos de terra, e estendam esta modalidade de conflito a outras, como modelo para diferentes categorias, especialmente a dos assalariados rurais⁽²⁰⁾ e não valorizam outras lutas levadas adiante em moldes diversos (por exemplo o papel de mediação exercido pelo movimento sindical na luta trabalhista).

Como afirma Regina Novaes, "a rede da Igreja não é acionada e a Igreja não joga todo o seu peso institucional, na Paraíba, em questões salariais."⁽²¹⁾

Esta opção prioritária e quase exclusiva pela luta por terra, vem justificada por motivos contingentes e locais, mas encontra sua motivação mais profunda e crucial, na própria ideologia e simbologia com que a Igreja trabalha. Acompanhando a análise de Regina Novaes:

(19) GRZIBOWSKI, 1987, pag. 71.

(20) NOVAES, 1987, pag. 337.

(21) Esta posição se manifesta, em alguns setores da Igreja, que tendem a considerar o assalariado como "sem terra e a conclamá-lo a lutar pela terra. Cfr. Grzibowski, 1987, pag. 71). Como afirma uma dirigente da Pastoral Rural sobre os assalariados:
"Eu acho que os canavieiros, a maioria deles, estão sentindo muito a questão da terra, estão sentindo uma coisa que está afetando a eles diretamente, mas, como no momento, eles ainda não tem consciência..."

"A luta pela "Terra Prometida" parece se adequar mais ao conjunto das práticas e concepções da Pastoral na Paraíba, do que a luta por melhores salários. Mesmo porque são as grandes imagens simbólicas que promovem a unidade na diversidade da Igreja e lhes dão a convicção de competência.

...

Os "canavieiros" são, de certa forma, o espelho da proletarização rural à qual gostariam de se contrapor. A Igreja-Povo de Deus, na Paraíba, porém em sua maior parte, não está simbolicamente aparelhada para "trabalhar" com eles nos engenhos, usinas, nas "pontas de rua", para propor-lhes uma união entre FÉ E VIDA, em termos de regulamentação e barganha por melhores salários". ((22)

Um terceiro aspecto é relativo ao que Grzibowski chama de "religiosização da política":

"Os organismos de Igreja fazem educação política atendendo a apelos da religiosidade popular e usando a religião como elemento político. A simbiose foi produzida teoricamente pela teologia da libertação e se exprime numa metodologia de leitura da realidade, através de categorias bíblico-religiosas e sociológicas, e numa prática política religiosizada.

Nos movimentos sociais onde a Igreja se faz presente, acontece uma ambígua identidade político-religiosa, cujas conseqüências no desenvolvimento das lutas e sobretudo na articulação política, não podem ser desprezadas.

A religiosização de categorias políticas se exprime no uso político de símbolos cristãos com a cruz nos acampamentos, e na realização de atos religiosos com fins políticos, como missas, romarias da terra, etc... e tem um conteúdo particular: a solidariedade de político-religiosa". (23)

(22) NOVAES, Regina, 1987, pag. 337.

(23) GRZIBOWSKI, 1987, pag. 68/69.

A construção de uma identidade político-religiosa vem a ser fator fundamental de motivação para uma ação transformadora da sociedade, que - no contexto camponês - é dificilmente substituível.

Como afirma Regina Novaes:

"Não podemos dizer que nas expressões *"Besta Fera"poderes de Deus*" tenha havido um processo evolutivo inequívoco em direção aos interesses próprios e específicos dos trabalhadores, mesmo porque as novas interpretações não anulam o sentido das precedentes para o conjunto dos trabalhadores e nem mesmo para aqueles que se envolveram nos conflitos.

Mas podemos, ao menos, atentar para a existência de uma "reserva de religiosidade" que permite recompor o significado dos símbolos religiosos em um universo simbólico mais amplo. Universo este que dá suporte à interiorização das regras de dominação e, contraditoriamente - em situações específicas de confronto e a partir de uma conjugação de fatores - pode fornecer a justificativa para questioná-la e confrontá-la". (24)

Mas, ao mesmo tempo, pode se constituir fator limitante na medida em que a Igreja passa a assumir um papel de "mediação totalizadora", criando tensões com outras mediações presentes no campo e não respeitando os respectivos espaços de autonomia. (25)

Acredito que esta seja uma "tentação permanente" da Igre

(24) NOVAES, 1987, pag. 345.

(25) GRZIBOWSKI, 1987, pag. 69.

Como vimos anteriormente, dentro da própria pastoral social da Igreja, não há verdadeiro consenso sobre o papel da Igreja e sua relação com o movimento popular, mas existe uma pluralidade bastante acentuada.

ja - definida na linguagem eclesial como "integralismo" - mas que deve ser relativizada conforme os vários contextos. No nosso caso, por exemplo, na medida em que o movimento popular cresce e fortalece sua autonomia - frente à classe dominante, ao Estado e à própria Igreja - notamos como, no meio dos próprios trabalhadores organizados e das lideranças, a Igreja não seja mais percebida como única instância de mediação, mas se dá uma certa separação entre as várias instâncias e uma preocupação de utilizar a linguagem e os símbolos nos seus contextos apropriados.

A questão está em aberto, e o desafio que se apresenta para as forças que, dentro e fora da Igreja, querem uma transformação social, é parecido com o que Gramsci colocava para o partido comunista italiano, nos anos 20:

"A tarefa do partido - com relação aos camponeses católicos - consiste em explicar os conflitos que nascem no terreno da religião, como derivados dos conflitos de classe, e em tender a pôr sempre em maior relevo o caráter de classe destes conflitos e não, viceversa, de favorecer soluções religiosas aos conflitos de classe, mesmo se tais soluções se apresentam como de esquerda, enquanto põem em discussão a autoridade da organização oficial religiosa." (26)

Abrem-se aqui duas opções: uma que leva a uma luta, no interior da própria instituição eclesial, tendente a levar a Igreja a assumir uma posição de classe sempre mais definida. Outra que, respeitando a autonomia e os limites do âmbito eclesial, luta para ampliar os espaços classistas, fora da Igreja, no conjunto da sociedade.

(26) GRAMSCI, 1966, pág. 45.

CAPÍTULO 7

O NOVO SINDICALISMO DOS ANOS 80

7.1 *Os trabalhadores rurais voltam a cena política*

A partir de 1980, o movimento sindical e popular no Brejo, acompanhando a nova conjuntura política que o país atravessa, entra num período em que se acentuam lutas e mobilizações.

Acompanhando a evolução dos principais acontecimentos deste período⁽¹⁾ podemos observar que:

- a maioria das iniciativas são impulsionadas pelo "grupo da Igreja" e pelos Centros de assessorias ao movimento sindical, criados no começo da década;
- as lutas começam de forma localizada e tendem a se articular a nível regional, estadual e nacional;
- as reivindicações e bandeiras de luta se ampliam, indo além dos interesses específicos dos trabalhadores rurais;
- e o processo de organização acompanha o crescimento das lutas e por sua vez dá novo impulso e uma nova perspectiva às próprias lutas:

(1) Cfr. Cronologia anexa.

AS MANIFESTAÇÕES PÚBLICAS: OS TRABALHADORES
VOLTAM A OCUPAR AS PRAÇAS

Um momento que marcou a retomada das mobilizações populares na região, foi a comemoração do 1º de maio, realizada em Marí, em 1981. Foi a primeira grande manifestação de massa dos trabalhadores rurais, após o período das Ligas Camponesas. Ainda mais significativa porque realizada na região onde prospera a maior Liga do país e onde permanecia viva a memória dos acontecimentos daquela época.

Esta comemoração contou com a presença de 17 STRs do Brejo e áreas vizinhas, e reuniu mais de quatro mil participantes. A partir desta data, o 1º de maio foi incorporado à tradição de luta dos trabalhadores, e nos anos seguintes se sucederam várias comemorações com comparecimento expressivo de trabalhadores e dirigentes sindicais (Solânea, 1982, Sapé, 1983, Alagoa Grande, 1984).

As concentrações eram precedidas pelas "Semanas sindicais", um período de mobilização de base, através de reuniões nos sítios nas "Pontas de rura" e nas assembléias sindicais, para discussão dos temas e bandeiras de luta e para a preparação da comemoração conjunta.

O objetivo das semanas sindicais era associar a reflexão nos pequenos grupos de base - típica da metodologia da Igreja - ao efeito político mais amplo das grandes concentrações de massa.

Estas atividades são ocasião para muitos grupos de base da Igreja iniciarem sua participação ativa na vida sindical e

pressionarem os próprios dirigentes a um engajamento efetivo na luta.

A maior parte destas iniciativas provinha do grupo de lideranças da Igreja, militantes da P.R. e das CEBs, em colaboração com os "serviços" e com outros centros de assessoria, como o CENTRU e o Grupo de Assessoria e Pesquisa da UFPb. Estas forças atuam de forma coordenada, procurando uma ação conjunta "dentro" do movimento sindical oficial, que abra espaço para uma renovação do sindicalismo rural.

Os temas tratados acompanham a evolução do movimento. No 1º de maio de Marí, os assuntos eram principalmente sindicais e visavam estimular a participação dos trabalhadores nos seus órgãos de classe:

"A importância do sindicato; o sindicato e o funrural; porque o 1 de maio; contra o projeto da previdência social rural". Já na comemoração de Sapê, se evidenciam bandeiras de luta econômicas e políticas mais abrangentes:

"Terra e salário justo para quem trabalha; contra a política agrícola do governo; contra o arrocho salarial e o desemprego; pelo fim da Lei de Segurança Nacional; contra a política econômica do governo; pela criação da CUT". (2)

(2) A "CUT" a que se faz referência era, neste período, a comissão PRO-CUT unitária surgida do 1º CONCLAT em 1981. Nos primeiros de maio um dos pontos altos da manifestação eram os discursos de Margarida que começava a projetar sua liderança no âmbito regional e Estadual. Com a sua morte o movimento sindical não perdeu somente um dos seus dirigentes mais combativos, mas o também o seu melhor orador.

Não é somente por ocasião do 1 de maio que se reúnem multidões de trabalhadores. Outras datas passam também a fazer parte do calendário de luta, como o 12 de agosto - data do aniversário do assassinato de Margarida (3) e o 8 de março, dia Internacional da Mulher, promovido pelo Movimento das Mulheres Trabalhadoras do Brejo (4).

No começo participavam das manifestações somente os trabalhadores rurais; mas, com o passar do tempo e o crescimento da articulação entre campo e cidade, são envolvidas também categorias urbanas, ampliando assim a representatividade dos eventos.

A partir de 1984, à medida que começam a ser articuladas iniciativas a nível estadual, os trabalhadores do Brejo começam a sair da região, tomando parte em iniciativas mais amplas.

Entre 1983/84 a preparação e o lançamento das campanhas salariais dos canavieiros, que se desenvolvem em todo o Nordeste, dominam a cena.

Em 1985/86, após o lançamento do Plano Nacional de Reforma Agrária e o acirramento dos conflitos de terra, a luta pela terra concentra a atenção do movimento sindical e de setores da Igreja.

(3) Após o assassinato de Margarida, Alagoa Grande se transforma numa referência para os trabalhadores da Paraíba e do Brasil. O I aniversário da morte, que marcou o início da campanha salarial dos canavieiros, teve uma repercussão nacional e contou com a presença de delegações de todo o Brasil, entre eles o presidente da CONTAG, José Francisco da Silva e o presidente do PT, Luis Inácio (Lula) da Silva.

(4) Em 1985 foi realizado o I Encontro Estadual das mulheres trabalhadoras do Brejo, com representantes de movimentos de mulheres de vários Estados do País.

Em agosto de 1985, se realiza em Guarabira uma grande concentração pela Reforma Agrária com a presença de mais de 8.000 trabalhadores que entregam ao INCRA um levantamento da situação das áreas de conflito, exigindo que o Brejo seja incluído nas áreas prioritárias para fins de Reforma Agrária.

O ano seguinte é marcado pelas ocupações da sede do INCRA em João Pessoa (a primeira em fevereiro de 1986 e a segunda em julho do mesmo ano) reivindicando a aplicação do PNRA. Aí estiveram representadas todas as "áreas de conflito" da Paraíba(5) e tal ocupação foi coordenada pela "Comissão Estadual de Luta pela Terra."

Ocupações de locais públicos da capital pelos trabalhadores rurais dos conflitos, marcam o ano de 1987. Em julho, acampam em João Pessoa os trabalhadores da fazenda "Bela Vista", do município de Esperança, permanecendo na praça durante mais de um mês e ocupando o prédio da Assembléia Legislativa, de onde foram desalojados violentamente pela Polícia Militar. (6)

A mobilização culminou com uma grande passeata de mais de 5.000 pessoas pelo centro da cidade, com a presença expressiva dos trabalhadores urbanos.

Assim se consolidava, uma forma concreta de relação entre campo e cidade, para além dos gestos de solidariedade humana, o que permite o fortalecimento da articulação entre traba-

(5) Foram registrados, nestes momentos, cerca de 135 áreas de conflito de terra no Estado cujos processos se encontravam no INCRA.

(6) É significativo como em todas estas manifestações não se fez presente nenhum deputado ou vereador, nenhum político profissional de qualquer partido da situação ou da oposição.

lhadores e dirigentes de organizações de classe urbanas e rurais.

Esta articulação se fortalece com a criação da CUT (7) e a participação dos trabalhadores do campo e da cidade nos Congressos Estaduais e Nacionais, bem como nas mais diversas mobilizações.

Na greve geral do dia 10 de agosto de 1987, centenas de trabalhadores rurais do Brejo e do Litoral participaram dos piquetes e das concentrações, dando uma significativa contribuição à paralisação da capital.

Um outro aspecto significativo deste período é a estreita relação entre lutas e organização. Nota-se que, na maioria dos casos, a luta precede o processo de organização: as oposições sindicais aparecem depois de alguns anos de participação ativa dos militantes na luta pela terra ou pelo salário e nas mobilizações. A partir de várias experiências localizadas de conflitos de terra, surge a exigência de uma articulação mais permanente a nível estadual que se concretiza na Comissão de luta pela Terra e na ocupação do INCRA: Após várias greves de professoras municipais, se forma uma Associação Regional.

Esta relação marca o caráter do novo sindicalismo que se fortalece neste período: ele não surge por iniciativa dos políticos, do governo, ou da Igreja, é exigência do próprio processo de luta.

(7) A CUT/Pb foi fundada em 1983 com a participação de dois sindicatos de Trabalhadores Rurais. Atualmente fazem parte da CUT/Pb 12 STRs e cerca de 15 oposições sindicais rurais. A maioria dos membros da executiva estadual são sindicalistas rurais.

Do outro lado devemos considerar que o percurso: da luta para a organização, da base até a direção, não se dá infalivelmente quase que de forma espontânea.

Há também o caminho inverso. Muitas iniciativas vem "de cima para baixo". São decididas no âmbito de um grupo restrito depois "levadas para as bases".

A relação entre base e direção é sempre uma relação problemática e fonte de tensão e de debate político.

O grupo dos agentes de pastoral com uma experiência de Igreja, tendem a valorizar as formas de democracia de base direta, e a criticar o movimento sindical enquanto instância de direção, que tende a uma burocratização e elitização. Como afirma Hobsbawn o problema é permanente:

"Existe um potencial permanente, ou uma tensão real, entre as bases e as lideranças nos sindicatos. Pois, como demonstram os Webbs há muito tempo, apesar da paixão sindical enraizada pela democracia local direta, que ainda sobrevive na prática de decisões tomadas por assembleias gerais, um movimento eficaz não poderia se desenvolver sem organização, disciplina, liderança e funcionários de dedicação integral a nível nacional.

...

É uma questão de equilíbrio. Se os sindicatos nacionais se inclinasse exclusivamente para o lado das bases, poderiam se disintegrar, como as vezes aconteceu no século XIX, ou se tornarem incapazes de conduzir uma política coerente para todos os seus membros.

...

Se a liderança é exclusivamente favorecida, como tem sido muito mais comum (por exemplo na década de cinquenta), o sindicato

arrisca perder contato com seus membros"(8)

Se este debate e esta tensão são permanentes, podemos porém observar, com relação ao período pre-64, que houve um certo crescimento e fortalecimento do grupo dirigente que pertence, por origem a extração, à classe trabalhadora. O que significa que a relação entre "base" e "direção" tende a se deslocar para "dentro" da própria classe.

Os trabalhadores não vão ao I de maio escutar o "Doutor" da Liga falar, ou na assembléia sindical para aplaudir o discurso do padre.

Neste intervalo de tempo se formou uma geração de militantes que estão assumindo um papel de representação de classe sempre mais significativo.

7.2 - A Renovação do Sindicalismo Rural

Um dos principais frutos das mobilizações e da retomada das lutas foi a renovação do movimento sindical. Nos primeiros anos da década de oitenta, a maioria dos STRs passa por um processo de renovação dos quadros dirigentes.

Em alguns casos são os próprios dirigentes que já estavam na direção dos sindicatos que se fazem portadores de uma no-

(8) HOBBSAWN, 1967, pag. 384/385.

De certa forma é este debate que está atualmente em jogo na CUT, entre a "CUT pela Base" e a CUT "direção das Lutas".

Um debate que pode ser interpretado não somente como uma tensão entre "base" e "direção", mas como uma "disputa pela base" entre os vários grupos de direção.

nova prática sindical (9). Em outros casos a renovação se dá pela renúncia de dirigentes tradicionais que não se consideram mais em condições de enfrentar os desafios da nova conjuntura, e deixam o sindicato às novas lideranças emergentes. (10) E finalmente, o processo de renovação se dá através de campanhas de oposição sindical (11).

Durante os anos setenta as eleições sindicais se realizavam geralmente sem oposição, ou com alternância de oposições "fisiológicas", entre um restrito grupo de dirigentes que não divergiam quanto a concepções ideológicas. (12)

Constituíam, portanto, um fenômeno restrito ao âmbito exclusivamente interno do sindicato, sem representar ameaça ao equilíbrio de forças do poder local.

As oposições sindicais dos anos oitenta, ao contrário, não são mais fruto de desentendimentos pessoais, ou expressão de disputa pelo poder entre dirigentes, nem tão pouco simples reflexos dos interesses locais, das facções ou partidos.

(9) O CASO DO STR de Alagoa Grande, tendo à frente Margarida é o mais significativo neste sentido. Margarida fazia parte da diretoria já nos anos sessenta, e assumiu a presidência em 1974.

(10) É este o caso dos STRs de Bananeiras, Pilões, Borborema, Solânea, Alagoa Nova, Pilõezinhos, Serraria.

(11) Os STRs de Belém, Pirpirituba, Araçagi, Mulungu, Caiçara, foram renovados através de oposições sindicais. Nos STRs de Marí, Sapé, Tacima, Araruna, Cacimba de Dentro, Serra da Raiz foram lançadas chapas de oposição que não conseguiram ganhar as eleições.

(12) Os depoimentos recolhidos pela equipe da SEDUP entre vários dirigentes sindicais em mais de 15 municípios do Brejo ilustram amplamente esta afirmação.

As oposições representam a irrupção de uma nova força, fora do quadro do poder existente, e por isso ameaçadora dos interesses e das correlações de forças já consolidadas.

A competição se acirra e sai do restrito âmbito sindical, assumindo, às vezes, um alcance comparável às eleições políticas e envolvendo os personagens que compõem a trama do poder local: latifundiários e usineiros, prefeitos e vereadores, políticos e comerciantes, autoridades públicas e religiosas... (13)

Mesmo quando as oposições não conseguem alcançar a direção do sindicato, vem a constituir um desafio para os dirigentes sindicais tradicionais e os grupos de poder. O que há de mais característicos neste movimento parece-me ser o seu caráter marcadamente classista e a sua contraposição com relação à classe dominante.

Com a renovação dos quadros, o movimento sindical volta a assumir seu papel reivindicativo e retoma as bandeiras de luta das Ligas.

Este movimento se caracteriza, no começo sobretudo, pela oposição à estrutura sindical vigente, pelo seu caráter "de base", e marcadamente classista, em oposição à classe dominante.

Mas, na medida em que as novas lideranças assumem a direção do sindicato, aparecem novos desafios.

Não se trata mais de imaginar como poderia ser um sindicato renovado, mas de enfrentar o desafio da construção de uma nova maneira de fazer sindicalismo do dia a dia, dentro de uma estrutura que permanece inalterada.

(13) Cfr a este respeito BERTOLAZZI e TOSI, 1983, estudo sobre 4 campanhas de oposição sindical no Brejo (Pirpirituba, Belém, Sapé e Marí).

Passa-se do momento da efervescência da oposição sindical ao momento de institucionalização do movimento.

Ao assumir o sindicato, os novos dirigentes se defrontam com a herança deixada pelo sindicalismo tradicional: o que fazer com o assistencialismo? Como se relacionar com o poder local? Como manter uma relação com a base e administrar no mesmo tempo a máquina burocrática do sindicato? Como continuar acompanhando as lutas?

Estas tarefas não encontram todas as lideranças preparadas para enfrentar estes desafios.

Em alguns casos surgirão desentendimentos logo após a posse, que levarão à divisão da diretoria. Há também casos isolados de pessoas da diretoria, cooptadas pela classe dominante e que voltaram a atuar nos moldes tradicionais. A maioria dos sindicatos porém, mesmo com dificuldade, conseguirá manter uma postura mais combativa e de direção das lutas.

O processo de polarização entre as correntes sindicais nacionais terá repercussões também a nível local.

Uma parte significativa deste movimento vai incorporar-se à CUT: vários STRs se filiam à Central e várias oposições sindicais entram na sua área de influência. (14)

Alguns dirigentes assumirão responsabilidades na direção estadual e nacional da CUT.

Os demais sindicatos permanecem sem uma definição clara quanto às correntes sindicais. (15)

(14) Na fundação da CUT/Regional Brejo em agosto de 1987, estavam representados 10 STRs e 6 Oposições Sindicais, num total de 89 delegados).

(15) Um STR ligado ao M.E.R., que inicialmente fazia parte do mesmo movimento de renovação sindical, se articulou na Corrente Sindical Independente, que não é filiada a nenhuma Central e atua a Nível Nacional com articulação sindical própria.

Os dirigentes tradicionais mais conservadores, que conseguem "resistir" às oposições sindicais, continuam no poder nos moldes anteriores, tendo porém que mudar o discurso, pelo menos em parte, para se adaptarem aos novos tempos. (16)

Outros dirigentes, mesmo sem se identificarem com a CUT, mantêm uma postura mais combativa e reivindicativa, que discorda das posições da atual diretoria da FETAG e "fecha" com as propostas da CUT em algumas oportunidades. (17)

Vale ressaltar também outro fato novo no processo de organização popular na região - o crescimento e fortalecimento de vários movimentos populares, associações profissionais não estritamente rurais, como a associação das professoras municipais, a associação das lavadeiras e empregadas domésticas de Guarabira, e as associações dos pequenos produtores em áreas de assentamento e o começo de um movimento cooperativista de pequenos proprietários.

Uma análise à parte mereceria o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, que surge na região a partir dos contatos de algumas lideranças do conflito de terra e da Pastoral Rural com as lideranças nacionais do MST, sobretudo após o congresso de Curitiba em 1984.

O MST na Paraíba se apresenta com uma articulação própria que atua entre o sindicalismo cutista e os espaços da Pastoral Rural, sem uma definição clara até o momento.

(16) Este grupo de sindicalistas, nas últimas eleições da FETAG em 1987, conseguiu ampliar seu espaço de influência no movimento sindical da Paraíba, vencendo nas eleições uma chapa formada pela aliança entre a CUT, a Corrente Sindical Independente e um grupo de sindicalistas mais próximos as posições da Diretoria da CONTAG.

(17) Não encontramos no sindicalismo rural do Brejo, e da Paraíba, a presença da CGT, nem uma atuação, pelo menos evidente, de outros grupos de esquerda, como o PCB ou o PCdB. A atuação destas forças políticas se dá no movimento sindical rural da Paraíba principalmente através de alguns advogados que atuam na assessoria jurídica, principalmente no Litoral e Agreste.

Finalmente entre os movimentos populares mais significativos da região, devemos colocar o Movimento das Mulheres Trabalhadoras do Brejo Paraibano (MNT), que surgiu em 1981 como setor de mulheres da Pastoral rural e se constituiu em 1985 como movimento autônomo, abrangendo no seu interior várias categorias de mulheres, como as pequenas produtoras rurais, as assalariadas da cana e do abacaxi, as empregadas domésticas e lavadeiras, as professoras municipais...

O movimento possui sua coordenação própria e tem como objetivo promover uma maior participação da mulher no movimento popular e sindical e enfrentar os problemas específicos da mulher (relação homem/mulher, família, saúde da mulher, educação sexual, etc...).

7.3 - *As Novas lideranças sindicais: da missão a Profissionalização*

TRAJETÓRIAS QUE LEVARAM AO ENGAJAMENTO POLÍTICO

O engajamento das lideranças nas lutas e no processo de renovação sindical e de participação política tem várias influências e origens. Identificamos quatro tipos de trajetórias possíveis.

a) *Trajetória da Igreja*

A grande maioria das novas lideranças surgem no trabalho da pastoral da Igreja, sobretudo das CEBS e dos movimentos de militantes cristãos, como o MER e a ACR.

O aprendizado se dá sobretudo nos grupos de jovens, a partir de uma reflexão comunitária sobre o significado e o valor da própria fé e da relação entre a fé e a vida.

Como afirma um dirigente sindical cuja formação se deu no MER:

"Eu comecei a participar de alguma atividade, além da atividade produtiva, com 16 anos. Participei de uma primeira reunião promovida pelo vigário...;

... A figura do padre foi marcante nesse período... Um aspecto marcante foi a questão do próprio entendimento, da compreensão do que era a Igreja, a questão do entendimento de Deus.

A questão religiosa é muito forte, especialmente na área camponesa e para mim foi uma grande transformação, uma coisa renovadora, no momento em que comecei a entender a miséria que existia no sertão. A gente responsabilizava Deus por tudo, se Deus quiser tinha água, tinha inverno, tinha tudo aqui... Começamos a entender que o motivo não era esse aí. Que inclusive a gente era pobre porque tinha quem enricava às custas do trabalho da gente ... puxa! Isso foi mesmo que romper com uma camisa de força que prendia a gente. ... Esse fato eu acho importante e que deva ser levado em conta no processo de formação das pessoas.

Aí começamos a questionar muita coisa... a própria natureza... Aí ninguém segurou mais".

Nestes casos o engajamento não se dá a partir de uma luta concreta, mas da participação num grupo de reflexão, onde a figura do padre adquire uma grande importância, e desencadeia uma mudança de mentalidade. O engajamento na luta será uma consequência. É importante observar o caráter de conversão religiosa pessoal que atinge profundamente a estrutura da personalidade a nível das motivações e do entendimento da realidade.

É uma conversão que possui aspectos comuns a outros tipos de experiências religiosas, mas que desde o começo está voltada para o engajamento social. (18)

Para alguns esta experiência religiosa representa somente um momento inicial, uma porta de entrada para o engajamento político que evolui posteriormente por caminhos próprios. Para outros a motivação religiosa continua como a principal, e é continuamente renovada e confirmada pelo próprio engajamento político.

Afirma o mesmo informante:

"Inicialmente entrei na luta por motivação de fé. Era um cristão que começava a ver o mundo diferente e acreditava que Deus estava de seu lado, porque estava fazendo isso aí.

...

Depois, com o processo de discussão, comecei a assumir o que estava fazendo - inclusive avançando mais - por uma motivação política, mais motivado contra as injustiças sociais.

Para a questão de priorizar a frente sindical desde muito tempo, a motivação principal era o fato de se opor às injustiças sociais no campo. Não era mais a motivação, assim, religiosa. De modo que eu acho que a questão religiosa, a questão da fé, é mais uma questão pessoal..."

(18) Existe um certo debate entre os militantes quanto à relação entre pastoral popular, movimentos populares, sindicatos e partido político. Alguns entendem que se trata de uma "escada" que vai subindo de nível mais baixo ao mais elevado. Para outros essas são instâncias complementares que se situam no mesmo nível.

Estas posições diversas frente à experiência religiosa vão criar diferenças significativas entre os que assumem uma identidade tipicamente político/religiosa e os que assumem uma identidade mais estritamente política. Tais diferenças podem repercutir também como tensão entre entidades, como a pastoral e o sindicato, que respondem a lógicas diversas.

b) *Trajetória de "luta"*

Um segundo tipo de trajetória é representado por aquelas pessoas cujo engajamento teve origem na luta, sem passar pelos movimentos de Igreja.

Afirma uma mulher do MMT:

"(antes da luta) Eu vivia em casa e trabalhava no roçado, cuidando dos meninos e das crianças. Além da vida doméstica ensinava catecismo. Ia à missa e pronto. Dentro da Igreja não fazia nada, só do lado do altar do padre, como ainda hoje continuo lá. Até 1983 a minha vida foi essa. Escutava alguma coisa no rádio, mas não podia fazer nada. Rezava terços, visitava as famílias na quaresma... mas não fazia nada de luta.

...

Me engajei nesta luta logo que começou o conflito (de terra) e comecei a participar das reuniões fora. E depois me engajei mesmo direitinho, no Movimento das Mulheres".

Neste caso não foi a experiência religiosa - que era de tipo tradicional - a principal motivação para o engajamento-. O envolvimento numa luta local motivou e despertou para uma reali

dade mais ampla. O que não significa que, durante o processo de luta, em contato com uma pastoral mais engajada socialmente, não tenha havido mudanças na visão religiosa.

c) *Trajetória sindical*

Uma terceira trajetória é representada por aquelas lideranças cujo engajamento nasce diretamente no movimento sindical. É o caso, por exemplo, de alguns dirigentes do STR de Alagoa Grande. A presença marcante de Margarida Alves, e o testemunho de sua morte, motivaram o engajamento de outros trabalhadores.

Assim se expressa uma das lideranças de Alagoa Grande:

"(O meu engajamento na luta) foi através do sindicato mesmo. Tinha também uma boa relação com as Comunidades de Base da Igreja daqui, mas a influência mesmo que me levou à grande luta foi o assassinato de Margarida. ... Acordar mesmo para a realidade, eu acordei de 1983 para cá, depois da morte de Margarida... E de lá para cá a gente vem vendo o procedimento da justiça no crime de Margarida, participando das greves e observando de que lado é a justiça, de que lado é o pessoal do poder no Brasil. Então faz com que a gente venha trazendo mais revolta e queira participar da luta".

O martírio de Margarida, ao mesmo tempo que reforçou o medo, e afastou alguns do movimento sindical, foi um incentivo à participação e engajamento de outros, como afirma um dirigente:

"Eu acho que em muitos aumentou o medo, e a

outros encorajou mais. Porque, quando aconteceu, todo o mundo ia dizendo que o Zé (o atual presidente do STR) não ia ter coragem de abrir o sindicato. Felizmente isso não aconteceu. Nem ele trancou, e entrou foi mais pessoas. Inclusive eu mesmo fui um que entrei, pode-se dizer assim, desse dia em diante".

Para outros militantes o engajamento não teve as características de uma opção ou de uma conversão. Encontraram-se envolvidos na luta pela força dos acontecimentos, absorvidos em seguida pela própria estrutura.

Afirma um presidente de um STR da zona canavieira:

"Eu entrei na luta em 1983. Era muito jovem ainda. Na época, quando começou o movimento dos trabalhadores da cana, não sabia nem o que era sindicato. Entrei assim por entrar, e daí comecei, junto com os colegas, os companheiros, lutando mesmo. E daí fui aprendendo o que era o sindicato, o movimento, os direitos, como as coisas iam no Brasil. E depois fizemos a oposição sindical - o presidente já estava com 18 anos na direção da entidade - e daí, em 1984 a gente conseguiu mudar a direção do STR. Mas eu continuava só no apoio mesmo.

Em 1984, no final do ano, eu fui despedido do trabalho, devido à luta sindical, fui mandado embora...

Em 1987 eu assumi a direção do sindicato, em outra eleição".

Ao ser-lhe perguntado quem influenciou em sua decisão para entrar no sindicato, responde:

"Ninguém. Eu não fui motivado. É muito interessante. Às vezes eu começo pensando nisso: Porque, foi que entrei? Existe um dom que a pessoa tem, É da gente mesmo. Parte da iniciativa própria mesmo. Eu não tive in

centivação. Geralmente os pais dão uma forcinha ... por sinal meus pais ainda hoje discordam. Eles não me querem ver no movimento sindical".

d) *História familiar*

Finalmente, existe uma trajetória de engajamento influenciada pela tradição familiar. Nas nossas entrevistas encontramos só uma jovem liderança cuja motivação nasceu no âmbito familiar:

"Até os 19 anos eu não participava de nenhum movimento. Apenas estudava e trabalhava no campo. A partir daí apareceu a necessidade de começar uma oposição sindical aqui em A. Já tinha se formado um grupo de trabalhadores, que vinha se reunindo desde 1979 ... Este grupo era ligado à Igreja. Eu mesmo nunca tive ligação com eles. Apenas assistia a uma missa e voltava para casa".

Ao ser explicado especificamente sobre a influência da família, explica:

"Em 64, o ano em que nasci ... aliás eu não era nem nascido naquela época, meu pai era ligado às Ligas Camponesas, meu avô era presidente das Ligas Camponesas no município de Guarabira e meu pai também era ligado. Ele contava sempre como era a história daquela época, acompanhado pelo Dr. Osmar de Aquino, o advogado. Naquela época já se lutava pela terra...".

Parece que este caso é relativamente raro, porque geralmente a família se mostra arredia, não querendo que os filhos

se engajam no sindicato e nas lutas.

Para avaliar a influência da família, seria preciso uma investigação bem mais aprofundada. Como simples hipótese podemos afirmar que a família camponesa atual não possui uma tradição de engajamento, ou quando esta experiência existe, não é transmitida aos filhos.

Vale ressaltar alguns elementos que emergem destas trajetórias, representativas de formas diferentes de aproximação a um engajamento militante.

Uma primeira observação diz respeito aos lugares sociais de produção e reprodução do capital político, tais como a família, a Igreja, o sindicato.⁽¹⁹⁾ Tudo parece evidenciar uma certa debilidade no processo de transmissão e de acumulação da experiência histórica.

A Igreja se apresenta ainda como o lugar privilegiado de motivação e formação para a militância dos camponeses. Mas sua opção pelos pobres é recente e além do mais não é compartilhada de uma mesma maneira pela instituição, sujeita a mudanças e transformações conjunturais. Sua própria história apresenta sérias ambiguidades.

O movimento sindical rural, na Paraíba, só recentemente vem passando por um processo de renovação, criando seus símbolos, seus mártires e instrumentos de organização e de formação. E quanto à família, parece que nela a transmissão da experiência política se faz de forma muito reduzida e esporádica.

(19) Aparentemente a escola não assume um papel relevante. A maioria dos dirigentes tiveram uma passagem muito rápida pelo sistema escolar e não é difícil encontrar dirigentes semi-analfabetos.

Isto significa que a formação dos quadros militantes é relativamente recente e não se apóia numa tradição consolidada anteriormente. E que estes quadros devem enfrentar um certo apoliticismo difuso e remar contra a corrente para poder criar uma nova mentalidade. Pesa sobre eles, provavelmente, a falta de continuidade, e a derrota do período das lutas deve ter influenciado nisso.

Uma segunda observação diz respeito ao caráter de "conversão" existencial que a militância assume, a partir de uma determinada experiência que marca a vida da pessoa, a ponto de ser considerada marco de separação entre um "antes" e um "depois". Evidenciando a diferença entre a vida "engajada" na forma atual e a do período anterior, uma liderança do Movimento de Mulheres, afirma:

"Tenho até um desgosto, porque sei que perdi metade da minha vida. Eu poderia ter visto a realidade quando era mais nova, mas comecei a ver a realidade da idade em que estou.

Sinto até um desgosto. Sei que a vida é muito boa, mas para a vida ser boa de verdade, não é pra gente ficar dentro de casa, cuidando dos meninos e das cabras como vivia antes.

A vida para ser boa, tem mesmo que a gente lutar, apesar dos pesares, apesar das dificuldades que a gente enfrenta na luta. A vida é boa quando a gente luta".

Outra mulher do Movimento das Mulheres Trabalhadoras explica:

"No início foi difícil. O primeiro passo que dei foi na comunidade. Nesta época eu tinha muita criança pequena e tinha fases quase de loucura. Fiquei muito desorientada e pro

curava escrever cartas sobre a minha vida.

...

Meu passado! ... Muitas vezes eu parava para refletir sobre tudo aquilo que eu passei antes, e era tão difícil para mim encontrar uma saída ... Eu achava que meu problema não tinha mais solução. Ficava desesperada, nervosa.

Hoje eu paro somente para pensar um pouco e comparar a diferença, que é muito grande, entre a minha vida de hoje e a do passado.

...

E a coisa que eu mais gostei de fazer foi o trabalho com mulheres. Aí a gente senta juntas e discute todos os problemas. O problema de uma não é diferente do da outra, e isto me despertou muito. Comecei a amar a vida e este foi o primeiro passo. Depois eu comecei a dar importância a mim mesmo, a me valorizar, a me sentir gente, a achar que a vida era um dom de Deus, que a vida era importante e que eu deveria ter coragem de resolver os outros problemas que surgissem pela frente.

E daí eu comecei a perder o medo de enfrentar os problemas. Antes não tinha coragem de falar o que sentia".

É muito comum encontrar entre os trabalhadores rurais que passaram por um processo de luta ou de formação esta expressão: "Nós também somos gente", evidenciando, como elemento central das lutas, a descoberta da própria dignidade humana, que leva à consciência de ser sujeito, portador de direitos e portanto se caminha para a reivindicação da cidadania.

A atitude do militante vai além da defesa dos interesses próprios ou da categoria. É uma atitude que possui uma dimensão de entrega e de solidariedade que pode levar até à aceitação da perspectiva do "martírio".

Uma mulher engajada no MMT e na Pastoral Rural, ao ser

perguntada se se arrependia de ter entrado na luta, respondeu:

"Eu não me arrependo não. Eu estou bem satisfeita, mesmo eu presa lá na prisão. Só tinha desgosto de ver o sofrimento daquele povo (foi a prisão dos posseiros da Bela Vista, em João Pessoa, em julho de 1987). Mas lá dentro de mim tinha aquela coisa con formada, e achava que se morresse naquele dia estava bem satisfeita, porque foi na lu ta que eu tinha sido presa. Se eu lutasse toda a vida e nunca partici passe do que participei na sexta feira pas sada ... eu acho que não estava bom não. Estou bem satisfeita, graças a Deus".

O componente de solidariedade e entrega não é típico ape nas dos movimentos messiânicos, mas constitui a base fundamen tal da militância política, por ser um engajamento que vai além da defesa dos interesses pessoais imediatos.

Intervém aqui a mística da Igreja, emprestando a esta lu ta todos os seus símbolos, valores tradicionais e a sua prega ção evangélica.

Entrar na luta é uma missão, é uma cruz.

A transformação pessoal se dá também quando os militan tes adquirem uma série de informações novas, o que vem a cons tituir uma descoberta.

"Aí começamos a nos engajar nesta luta, a ver essas coisas, a ver que todo o sofrimen to da sociedade brasileira vem de ser o nos so um país capitalista. Antes ninguém co nhecia isso. Eu não sabia o que era capitá lista, eu não sabia o que era sociedade, eu não sabia o que era nacional e internacio nal.

E hoje já conhecemos, já temos várias experiências a nível do município, da região e do Estado, do Nordeste e do Brasil".

Os dirigentes participam de cursos e encontros a vários níveis e a ter uma visão mais ampla da sociedade, da qual eram anteriormente excluídos.

Desta forma, o militante não vê mais a sua luta de forma isolada, e começa a superar o isolamento social em que vivia anteriormente.

A PROFISSIONALIZAÇÃO DOS MILITANTES

A partir da descoberta da própria "missão social", as lideranças que despontam das lutas passam por uma certa "rotinização" do carisma inicial ao se tornarem militantes profissionais. Este processo é como um círculo vicioso.

Na medida em que um trabalhador, pelas suas qualidades e dedicação, desponta como liderança na comunidade, é solicitado, pelas várias instâncias do movimento, a assumir sempre mais papéis.

É comum encontrar dirigentes que somam, ao mesmo tempo, várias funções: animadores de Comunidade de Base, Presidentes do STR, Dirigentes da Executiva da CUT, Presidentes das Associações de Moradores ou de pequenos produtores, membros do diretório do Partido dos Trabalhadores e candidatos a cargos eletivos.

Neste processo as lideranças se capacitam ainda mais e se tornam praticamente indispensáveis, e portanto, ainda mais solicitados e disputados. Ao entrar neste circuito não "voltam

mais atrás", mas são impelidos a assumir sempre mais cargos e funções, se reproduzindo e dificultando o acesso de outras pessoas, com a conseqüente monopolização dos cargos de representação existentes. Uma das conseqüências é que passa a existir um grupo restrito de lideranças de destaque, ao lado de uma escassez crônica de quadros intermediários e de novas lideranças que surgem da base.

Um outro aspecto da profissionalização é representado pela nova dimensão política do tempo, que passa a regular a vida das lideranças.

Ao tempo tradicional da vida no campo, regulado pelos ritmos da natureza, ou pelas festas religiosas se sobrepõe o tempo "político", estruturado ao redor de algumas datas fundamentais determinadas pela conjuntura local e nacional.

No Brejo, institui-se inicialmente a comemoração do 1º de maio, depois o 8 de março, o 12 de agosto, aniversário de Margarida, em setembro/outubro as campanhas salariais dos canavieiros, mais recentemente os Congressos estaduais e nacionais (CONTAG, CUT, SEM TERRA, MOVIMENTO DE MULHERES, PASTORAL RURAL, PT, etc...). Além destes marcos "fixos" que regulam o calendário político há outros "eventuais", como a eclosão de um conflito de terra, uma ação de despejo contra os posseiros, um ato público, a deflagração de uma greve geral... Eventos que, em determinado momento, exigem toda a atenção das lideranças na preparação, e na organização.

O militante, absorvido por estas atividades, vê progressivamente limitado os seus espaços privados. Sua vida particular é constantemente invadida pelo seu papel público. Não há

horários de trabalho, não há dias de descanso fixos, não há local de expediente, sua própria casa se transforma de lugar de reuniões, encontros, contatos, onde os trabalhadores sabem de poder encontrar o dirigente a qualquer hora.

Nestas condições é praticamente impossível, sobretudo para as lideranças que assumem cargos a nível regional e estadual, manter uma ligação com a produção agrícola. E, de fato, a maioria das lideranças entrevistadas não vivem mais da agricultura, mas da remuneração das entidades nas quais militam.

Este desligamento da produção é percebido de forma diferente pelos militantes, e é fonte de uma contínua tensão não resolvida. A maioria dos dirigentes faz questão de afirmar que mantém uma relação com sua origem.

Quando perguntamos a um dirigente sindical da CUT regional, pequeno produtor, se continuava trabalhando na terra, respondeu:

"Fica quase impossível, porque dentro do movimento se nós trabalhássemos as 24 horas de cada dia, ainda não daríamos cobertura aos trabalhos que se tem que de fazer. Mesmo assim ainda estou ligado à produção, e pretendo cada dia mais me ligar e voltar a produzir como antes. Vou tentar organizar o tempo aí, ver como servir às duas coisas. Como continuar produzindo, e também participando do movimento. Como continuar fortalecendo o movimento sindical e o partido".

Também uma mulher da Pastoral Rural e do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra, afirma:

"A gente tem uma ajuda de custo, mas isso não significa que eu fiquei apenas nisso. Eu não quis sair das duas coisas, não. Ge-

ralmente, de vez em quando, não tanto quanto antes, porque o tempo agora ficou dobrado para as duas coisas, mas sempre que eu estou em casa, sempre que eu tenho um tempinho, eu agarro a trabalhar".

Estas afirmações, em geral, são declarações de intenção, já que, na realidade, não sobra mais nenhum tempo para cuidar da produção. Elas manifestam, mais do que outra coisa, a vontade de serem reconhecidas como trabalhadores rurais iguais aos outros, que vivem do próprio trabalho, porque este é um valor reconhecido pela própria base social e pela Igreja. (20)

Em certos movimentos de Igreja, aliás, a questão da ligação com a produção faz parte integrante da metodologia de trabalho, como afirma este dirigente da CUT, com relação ao MER (Movimento de Evangelização Rural):

"O MER achava que fazia parte da educação política a questão do cara estar na produção. Então, quem nunca foi para a produção, ia para a produção... conheço vários ex-padres que foram trabalhar de operário, levar *mijada* de patrão, de encarregado de serviço, lá ... para aumentar o fervor revolucionário ...
... Também o MER definiu que quem devia participar da direção do MER era trabalhador da produção. Não do setor de serviços, mas da fábrica ou da agricultura".

Trata-se de um caso extremo, onde a tradição "basista" da Igreja, que tende a considerar como trabalhador somente os trabalhadores rurais, se encontra com a vertente maoista que vi

(20) Cfr. MARESCA, 1983

sa a superação da divisão entre trabalho manual e intelectual e que leva a posições radicais como aquelas experimentadas pelos militantes de A.P., nos anos sessenta. Mas, sem chegar a estes limites, existe uma certa pressão social sobre o dirigente para que não se desligue da produção. A profissionalização do dirigente e o desligamento da produção é vista pela "base" como um aproveitamento de vantagens não acessíveis ao trabalhador comum, e é criticada por setores da Igreja como um afastamento da base e da militância mais autêntica e o início da "burocratização". (21)

Ao "sair" da produção e ao entrar num novo círculo de relações sociais, estas lideranças adquirem um novo "status" social. Não significa tanto a obtenção de vantagens econômicas (muito relativas dada a pobreza e carência do movimento sindical) quanto a acumulação do capital social e político inerente ao próprio cargo.

As lideranças adquirem prestígio social na comunidade, no município e no Estado. Participam de negociações com as "autoridades" e a classe patronal, passam a ser procuradas e prestigiadas pela imprensa, frequentam cursos e encontros a vários níveis, e têm oportunidade, em função do cargo, de viajar, conhecer outras realidades do país e até do exterior.

(21) A estas críticas alguns dirigentes respondem justificando a necessidade da dedicação integral ao movimento, como afirma uma liderança da CUT:
"Por exemplo, se pegar os melhores dirigentes sindicais da CUT hoje, e botar eles na fábrica, pra dentro do colégio, ou pros campos, na agricultura, a CUT tem um grande atraso na sua construção".

Esta capacitação constitui um capital político que os habilita a assumir outros níveis de engajamento, como seja a política partidária. Se durante as eleições passadas, poucos dirigentes se lançaram como candidatos a cargos eleitorais, desta vez com a aproximação das eleições municipais, a grande maioria dos dirigentes sindicais se candidatou a disputa de cargos no legislativo ou no executivo municipal, nos pleitos eleitorais.

Pareceria, desta forma, que as novas lideranças estariam percorrendo o mesmo caminho das lideranças tradicionais rumo à burocratização e ao deslocamento das bases. Estariam se aproximando mais da condição de funcionários do que da de representante. É possível que isto esteja acontecendo em alguns casos, mas existem diferenças significativas, relativas a trajetória de luta, as ideologias, a base social diferente que representam e ao próprio contexto em que atuam.

Para as lideranças tradicionais trata-se simplesmente de aderir ao "status quo", com todas as vantagens que isso comporta. Para as novas lideranças trata-se de construir um novo poder numa situação ainda caracterizada pela repressão, onde nada é irreversível. Não há somente vantagens inerentes ao cargo, mas há riscos a correr, sobretudo nesta fase "heróica" de implantação de uma nova organização.

Neste sentido, por exemplo, a falta de quadros pode ser interpretada pelo fato que nem todas as pessoas estão dispostas a assumir e arcar com tais riscos.

O processo de profissionalização dos militantes poderia também ser lido como uma confirmação da famosa "lei bronzea das oligarquias", defendida pelos sociólogos da teoria das elites

que afirma existirem mecanismos naturais e biológicos que fundamentam a pretendida superioridade de alguns e que os fazem aptos a se tornarem as "elites naturais" da sociedade".⁽²²⁾ Trata-se, ao contrário, de mecanismos sociais que excluem pessoas, ou inteiras categorias e classes sociais do acesso a um determinado capital político, enquanto beneficiam outros.

No nosso caso, as lideranças despontam mais entre os pequenos produtores e não entre os assalariados porque são os primeiros que possuem maiores condições de sobrevivência, (escolaridade, tempo e informações) para acceder a estes cargos. E é nos pequenos produtores que as instituições, sobretudo a Igreja investem mais de forma organizada, enquanto os assalariados, pelas condições anteriormente descritas, encontram maiores dificuldades e permanecem, de fato, marginalizados do processo de representação política.

Mas, aprofundando a nossa análise, há um outro aspecto que merece ser considerado. O capital político e social que estas lideranças representam é fruto do investimento do próprio grupo, categoria ou classe.⁽²³⁾

Estas lideranças personificam o investimento coletivo que a categoria ou a classe acumularam durante todo um período de luta para conquistar um espaço e um reconhecimento político na sociedade. O que significa, nesta perspectiva, o aparecimento do "tempo político", se não o fato de que os trabalhadores rurais, tradicionalmente excluídos da vida política nacional, co-

(22) Cfr. BOURDIEU, 1981, pag. 01, que cita ao respeito as posições de MICHELS.

(23) PALMEIRA, 1976.

meçam a irromper na cena política e a contar no jogo de poder tradicionalmente reservado às classes dominantes.

O que significam as articulações e viagens a que as lideranças tem acesso, se não um sinal concreto da ruptura do isolamento geográfico, social e político a que toda uma fração da classe trabalhadora foi submetida durante um longo período da sua história?

As lideranças, enquanto representantes, personificam também este investimento coletivo, este esforço histórico acumulado pela classe, através de continuidades e descontinuidades.

Finalmente devemos considerar também que estamos assistindo a um momento particular no campo, em que os movimentos sociais passam do primeiro estágio de efervescência para um processo de institucionalização.

A tendência de elitização - apesar de ser ainda incipiente - é um aspecto de um processo mais amplo de institucionalização dos movimentos sociais.

Utilizando as categorias de Alberoni⁽²⁴⁾ podemos afirmar que nenhum movimento pode se manter constantemente num estado de efervescência, ou para usar a sua linguagem de "stato nascente".⁽²⁵⁾

(24) ALBERONI, 1977.

(25) "O stato nascente" se define somente em relação a outro estado do social que nós chamaremos de "stato institucional e da vida quotidiana". ... Criando uma *solidariedade alternativa* une protagonistas precedentemente separados e se contrapõe à ordem existente. Os núcleos que se formam no "stato nascente" vivem uma experiência *sui generis* que os leva a elaborar uma interpretação alternativa do existente e, a partir disso, operam na tentativa de compor o conjunto. ... O "stato nascente" é uma exploração das fronteiras do possível, da do aquele tipo de sistema social, com a finalidade de maximizar aquilo que daquela experiência e daquela solidariedade é realizável para eles mesmos e os outros num determinado momento histórico." ALBERONI, 1977, pag. 37).

Para Alberoni:

"Qualquer grupo em "stato nascente" tem frente a si quatro possibilidades: ou se dissolve numa labareda ilusória, ou é reprimido no sangue, ou se institucionaliza, ou se estingue". (26)

A institucionalização é a única possibilidade real que permite recuperar o que de mais novo e autêntico existia no movimento e de levar, desta forma, a transformar a sociedade.

"Todas as instituições tem a dupla função de apagar o "stato nascente" e de prosseguir de outra maneira sua continuidade. Com relação ao "stato nascente" a instituição constitui uma perda, porém, ao mesmo tempo ela é a sua herdeira". (27)

O momento da "institucionalização do carisma" (WEBER) não significa necessariamente que a militância e a "missão" se extinguem, mas que, ao enfrentar a dimensão do cotidiano, se rotiniza.

A partir deste momento a tensão se transfere para "dentro" da instituição, até que um novo movimento venha questionar sua legitimidade e continuar assim a dialética da transformação social.

(26) ALBERONI, 1977, pag. 216.

(27) Idem, pag. 279.

TABELA Nº 7

CRONOLOGIA - 1980/1987

D A T A	ACONTECIMENTO	LOCAL E ÂMBITO	PARTICIPANTES	INICIATIVA	CONTEÚDOS E BANDEIRAS DE LUTA	CONCLUSÃO	OBSERVAÇÕES
1977	Fundação do PEM (Projeto Educativo do Menor)	Diocese	Agentes de Pastoral	Diocese (Bispo)	Acompanhar as crianças mais carentes na cidade e nos sítios mais longe. Envolver os pais e as comunidades	Em 1986 se transforma em PROCEP (Projeto Comunitário e Educação Popular)	Com personalidade jurídica própria e autônoma da Diocese.
1978	Criação do Grupo de Assessoria e Pesquisa da UFPb-Campus II-Campina Grande	Campina Grande	Professores e estudantes do mestrado de sociologia e economia	Os mesmos	Iniciar um trabalho de pesquisa e de assessoria aos STR e à FETAG, sobretudo com os bolsistas dos STRs.	O grupo deixa de existir no ano de 1984/85, mas alguns professores continuam atuando na assessoria ao movimento sindical	
1979	Fundação do CODH (Centro de Orientação dos D.H.)	Diocese de Guarabira	Advogados, agentes de pastoral e trabalhadores	Da diocese	Orientação dos direitos humanos e assessoria jurídica agrária e trabalhista aos STRs.	Em 1983 foi reorganizada com a presença somente de advogados especializados	Além de dar expediente no CODH, os advogados assessoravam os STRs diretamente
1980 (15/02)	Fundação da CPT (Comissão Pastoral da Terra)	Diocese	Trabalhadores rurais de várias CEBs e do MER e ACR	Diocese (CODH e padres)	Criar uma entidade que cuidasse especificamente o problema da terra. Acompanhamento também das relações com o movimento sindical	Em 1986 foi reorganizada em a estrada de padres e agentes de pastoral	Em 1983 mudou de nome e se chama Pastoral Rural
1980	Fundação do CENTRU (Centro de Educação e Cultura do Trabalhador Rural)	Estadual	Dirigentes sindicais e assessores	Os mesmos	Desenvolver um trabalho de educação e de formação voltado à renovação do movimento sindical e popular	- - - - -	Margarida Maria Alves se filia ao CENTRU
1981 (Fev)	Fundação do SEDUP (Serviço de Educação Popular)	Diocese	Assessores do movimento popular	Diocese	Atender as demandas dos trabalhadores e da PR no setor de educação popular e de produção de material. Iniciar uma aproximação com o movimento sindical	O SEDUP se organiza por setores: Asses. Sindical, pequenos produtores, formação sindical, mulheres, comunicação e alfabetização	

1980/81	Inicia-se o conflito de terra	Carvalho (Bananeiras)	Arrendatários	Os mesmos	Consignação do foro na Justiça, mutirões e cursos de formação sindical na casa de farinha comunitária	Em fase de desapropriação. O processo voltou de Brasília porque não cumpria os requisitos do novo Decreto 2363/87 do MIRAD	Conflito mais antigo do Brejo. Os trabalhadores ocupam toda a área com benfeitorias. Solidariedade com as áreas vizinhas em conflito
1980/82	Campanha pelo Projeto de reforma da lei da Previdência Social	Brejo	CPT/SEDUP/CODH CEBs e S.T.Rs	Os mesmos	Desenvolver uma ampla campanha com abaixo-assinados e reuniões para rejeitar o projeto da previdência social para o campo	A campanha que foi desenvolvida a nível nacional consegue a suspensão do decreto	
01/05/81	Semana Sindical e I de maio	Mari	17 STR do Brejo e áreas vizinhas	STRs, CPT, CODH, SEDUP e UFPb	O que é o sindicato: o sindicato e o funrural, a importância do I de maio; contra o projeto da previdência social	Houve uma grande participação de trabalhadores e uma boa repercussão	Foi a primeira grande manifestação de praça dos trabalhadores rurais após 64 na Pb. realizada no município das Ligas Camponesas
12/07/81	Início do programa radiofônico dos STRs e FETAG "Alerta Trabalhador"	Guarabira Radio Cultura	Dirigentes sindicais	FETAG, sindicatos SEDUP/CODH/UFPb	Divulgar as lutas dos trabalhadores	O programa consegue ter grande audiência entre os trabalhadores	No ano de 1986 a FETAG deixa de patrocinar o programa que é assumido pela CUT
21,22,23 de agosto de 1981	1ª CONCLAT (Confederação Nacional da Classe Trabalhadora)	São Paulo (Praia Grande)	5.036 delegados de 1.091 entidades sindicais e 5 confederações	Participaram alguns dirigentes do Brejo e da Paraíba	Estabilidade no emprego, salário mínimo real unificado, liberdade e autonomia sindical, Reforma Agrária, liberdades democráticas	Decide pela fundação da CUT e cria a Comissão Pró-CUT	1º Congresso Nacional de Trabalhadores do campo e da cidade após 64
agosto/dezembro/81	Aumenta a tensão em Camocim	Estadual	Posseiros de Camocim e de outras áreas	Várias entidades urbanas e rurais	Mobilização a nível estadual em solidariedade aos trabalhadores de Camocim que acamparam um mês na praça em João Pessoa com grande repercussão estadual e nacional	Em 1985, Camocim comprada pelo INCRA	No litoral e Agreste há outros conflitos de terra já desde 1975/76

D A T A	ACONTECIMENTO	LOCAL E ÂMBITO	PARTICIPANTES	INICIATIVA	CONTEUDOS E BANDEIRAS DE LUTA	CONCLUSÃO	OBSERVAÇÕES
Nov/81 mai/82	Início dos encontros com os canavieiros do Brejo	Areia, C. Grande, Ser-raria e A. Novadores	Seis encontros com 500 trabalha-dores e 10 STRs	CODH, SEDUP, STRs, Comissão "Justiça e Paz" de C. Grande	O sofrimento dos trabalhadores da cana. Os direitos do trabalha-dor da cana. A Lei do Patrão e a Lei do Governo.	Inicia no Brejo o trabalho com assalariados que culminará na campanha sa-larial de 1984	No último encon-tro se decide convocar uma Reu-nião Estadual dos sindicatos canavieiros
Mai/82	Iniciam dois conflitos trabalhistas coletivos	Engenho do Meio e Enge-nho Cipó	Alagoa Grande e Areia	Moradores	Cobrança dos direitos trabalhis-tas na Justiça e pedido de desapropriação ao INCRA. Venda da propriedade e ameaça de redução das áreas de roçado. Alguns tra-balhadores entram na Justiça e a FUNDAP compra a propriedade.	CODH/STR	Recebem os direi-tos trabalhistas e continuam tra-balhando na pro-priedade lutan-do para que seja desapropriada. A terra é dividi-da entre os tra-balhadores que recebem 7 ha/fam. A maioria abando-na as ações tra-balhistas.
09.01.82	Criação do setor de mulheres da CPT	Diocese	Mulheres trabalha-doras rurais (50)	PR e SEDUP	Levantar os problemas das mulhe-res pequenas agricultoras, atuar nos STRs e agir nos conflitos de terra	Em 1985 o setor de mulheres da P.R. se constitui em "Movimento das Mulheres Trabalha-doras do Brejo Pa-raibano" e amplia a sua atuação.	
Mai/82	II Semana Sindical e 19 de Maio	Solânea	7 mil pessoas de 27 municípios	STRs-SEDUP-CODH-FETAG	Terra, "Salário Justo", Previdên-cia Social e problema da seca	Foi a maior con-centração para o memorar o 19 de maio na Paraíba	A concentração foi precedida de centenas de reu-niões de base e de concentrações municipais
Junho/82	19 Encontro dos Diri-gentes Sindicais da zona canavieira	J Pessoa	25 STRs-FETAG e assessorias	FETAG-25 STRs-CODH, CPT, SEDUP, "Justi-ça e Paz", UFPB e CDDH-JPessoa	Elaborar um plano de trabalho pa-ra os assalariados e preparar o 19 Encontro Estadual de Trabalhe-dores Assalariados	Organizados 5 grupos de traba-lho para visitar todos os sindica-tos da zona canavieira (32 mun)	Foi elaborado um roteiro de pes-quisa entre os trabalhadores em preparação ao 19 Encontro Estadu-al

18 e 19/Set/82	1º Encontro dos Trabalhadores Assalariados da Zona Canavieira da Paraíba	Guarabira	116 delegados de 29 STRs e assessorias. FETAG e CONTAG	FETAG-STRs e ASSESSORIAS	Levantamento dos principais problemas dos canavieiros e elaboração de uma pauta de reivindicações, quanto à carteira assinada "salário justo", 13º salário, lei das 2 horas, indenização dos acidentes de trabalho	Foi eleita a "Comissão Estadual dos assalariados da zona canavieira da Paraíba com a função de preparar a campanha salarial para 1983	A partir desse encontro, o trabalho com assalariados toma novo impulso e uma direção estadual coletiva
15/11/82	Eleições políticas nacionais	-	-	-	Os serviços da Igreja se engajam na campanha através de programas de educação política	A presença maciça do voto conservador no Nordeste começa a fazer refletir sobre a relação entre os movimentos sociais e a esfera propriamente política	
Fim 82/ Início/83	Reuniões entre patrões, trabalhadores e DRT	Vários municípios canavieiros	Participação maciça de trabalhadores	STRs-FETAG-Assessorias	Pela primeira vez os trabalhadores canavieiros se reúnem com os proprietários com a mediação da DRT para discutir os seus direitos trabalhistas	Em alguns municípios, centenas de trabalhadores pararam o serviço para assistir à reunião, que despertou os trabalhadores para os "direitos".	
1983	Conflito Trabalhista Coletivo	Engenho Campo Verde (Serraria)	Moradores e assalariados da rua		A usina arrenda o engenho e os trabalhadores cobram os direitos trabalhistas	Após 4 anos as ações ainda se encontram em julgamento. Os trabalhadores não encontram emprego na região, porque a Usina alerta os proprietários vizinhos	
Entre dez/82 e set/83	Cinco encontros estaduais de dirigentes sindicais da zona canavieira	J. Pessoa e Guarabira	Cerca de 25 STRs-FETAG-CONTAG e Assessorias	IDEM	Organização a nível estadual da campanha trabalhista coordenada pela comissão canavieira estadual	Em junho/83 há uma reunião de dirigentes sindicais onde prevalece a proposta do adiamento da campanha salarial e do lançamento de uma campanha trabalhista. Vence a proposta da CONTAG e FETAG que assumem sempre mais a coordenação, diminui o papel da comissão canavieira	

	ACONTECIMENTO	LOCAL E ÂMBITO	PARTICIPANTES	INICIATIVA	CONTEÚDOS E BANDEIRAS DE LUTA	CONCLUSÃO	OBSERVAÇÕES
5/83	3ª Semana Sindical e 1º de Maio	Sapé	5/6.000 pessoas 40 STRs e entidades rurais e urbanas	STRs-FETAG e Assessorias	Reforma Agrária e reorientação da Política Agrícola; contra o arrocho salarial e o desemprego; fim da Lei de Segurança Nacional; contra a política econômica do governo (FMI); pela construção da CUT	Pela primeira vez há uma maior presença dos urbanos e uma ampliação das bandeiras de luta. A presença de políticos do PMDB cria polêmica. Como de costume, a fala de margarida é a mais empolgante; será o seu último discurso público.	
08/83	Assassinato de Margarida Maria Alves, presidente do STR de Alagoa Grande	A. Grande	Executores-pistoleiros a mando do grupo da Várzea e dos latifundiários do município		Margarida se destacou no Brejo e na Paraíba pelo seu trabalho na defesa intransigente dos direitos trabalhistas e da Reforma Agrária. Por isso foi assassinada pelo mesmo grupo que matou João Pedro Teixeira em 62 e perseguiu as Ligas Camponesas	O crime ficou até o momento sem a punição dos mandantes e executores apesar do grande número de indícios e provas que acusam os assassinos. O Tribunal do Júri, realizado em Alagoa Grande, em junho de 1988, inocentou um dos mandantes. (Ver anexo nº)	
08/83	Enterro de Margarida	A. Grande	3.000 pessoas	STRs/CENTRU/ Diocese			
08/83	Missa de 7º Dia	A. Grande	3.000 pessoas	STRs-CENTRU- Diocese de Guarabira	Missa celebrada pelo Bispo de Guarabira e ato público	VER DOSSIÊ ANEXO	
08/83	Lançamento da Campanha Trabalhista na Paraíba	A. Grande	7.000 trabalhadores de toda a PB e de PE	Comissão Canavieira/FETAG e CONTAG	Dar uma resposta organizada ao assassinato no mesmo dia marcado para Margarida para iniciar a campanha trabalhista		
18/08/83	1º CONCLAT	S. Bernardo do Campo-SP	5.059 delegados de 912 entidades sindicais	Do grupo de sindicalistas que é contrário ao adiamento do CONCLAT	Funda-se a CUT (Central Única dos Trabalhadores). O outro bloco se reúne em novembro em S. Paulo (CONCLAT-Praia Grande)	Alguns dirigentes da Paraíba participam e assumem cargos na direção da CUT Nacional. É denunciado o assassinato de Margarida	
09/83	Eleições Sindicais	Pirpirituba	3 chapas	da P.R.-SEDUP	Foram as primeiras eleições sindicais com chapa de oposição apoiada pela P.R. que apresentou como candidato o seu coordenador	Chapa 1-23 votos-2% Chapa 2-900 votos-76% Chapa 3-256 votos-21% Total: 1.179 votantes	Em 1987 a Diretoria enfrenta uma oposição e é reeleita
ez/83	Campanha pelo pagamento de 13º salário aos canavieiros	Zona Canavieira da Paraíba	Vários STRs da zona canavieira	Comissão canavieira e FETAG	Pela primeira vez no Brejo começa a ser pago parcialmente por alguns proprietários o 13º salário. Se nota também um aumento nas ações na Justiça do Trabalho	A partir dessa campanha, os trabalhadores da cana-de-açúcar começam a exigir e receber o 13º salário.	

1983	Surtem 5 conflitos de terra na Região	Varelo de Baixo (Araruna) Baixinha e Avença (A. Grande) Cajá (A. Nova)		P.R./CODH/ (SEDUP)	Venda da propriedade e plantação de capim (V. CONFLITOS DE TERRA-Tabela nº 3)	Comprado pelo MIRAD em mar/88. Muita reunião e violência armada contra os trabalhadores, padres, bispo e pessoal de apoio. Semana sindical de solidariedade das outras áreas da Paraíba
1984	Iniciam 3 conflitos trabalhistas coletivos	Engenho Serra Preta de Cima (A. Nova) Engenho Mufumbo e Sítio Sabugueiro (Belém)			(VER FICHA CONFLITOS TRAPALHISTAS - Tabela nº 4)	
08/03/84	Comemoração do Dia Internacional da Mulher	Pirpirituba (Sede do STR)	300 mulheres	Setor de mulheres da P.R.	Dupla jornada de trabalho, direitos da mulher e repúdio ao assassinato de Margarida	Pela primeira vez é comemorado o 8 de março na região
Março/84	Eleições Sindicais	Belém	Chapa de oposição	P.R./SEDUP	Por um Sindicato independente dos políticos e patrões, democrático e que defenda os direitos dos trabalhadores	Chapa 1 - 412 votos = 39% Chapa 2 - 642 votos = 61% Em 1987 a Diretoria é reeleita.
19/05/83	Comemoração do Dia Internacional dos Trabalhadores	A. Grande	7.000 trabalhadores de todo o Estado	STRs-Assessorias e FETAG	Reforma Agrária Já, Violência contra os trabalhadores e campanha trabalhista	
Maior/84	Eleição Sindical	Mari	Chapa de oposição	P.R. (SEDUP)		Chapa 1 - 1.150 votos = 64% Chapa 2 - 652 votos = 36% Total - 1.802 votantes Em 1987 a oposição concorreu de novo, perdendo para a situação por uma diferença de 300 votos
Julho/84	Eleições Sindicais	Sapé	Chapa de oposição	P.R. de Sapé e de Guarabira - SEDUP		Chapa 1 - 1.211 votos = 73% Chapa 2 - 452 votos = 27% Total - 1.650 votos Em 1987 a Oposição concorreu de novo, perdendo para a Situação por uma diferença de 89 votos
12/08/84	Comemoração do 19 Aniversário de Morte de Margarida	A. Grande	7.000 trabalhadores de todo o Estado	STR e Assessoria e FETAG	Missa celebrada por D. Marcelo, Contra a violência, pela Reforma Agrária, Autonomia e Liberdade sindical e lançamento da 1ª campanha salarial dos canavieiros da Paraíba	Presença entre os oradores de Ana Dias (viúva de Santos Dias), Zé Francisco (Presidente da CONTAG) e de Luiz Inácio (LULA) Presidente do PT.

DATA	ACONTECIMENTO	LOCAL E ÂMBITO	PARTICIPANTES	INICIATIVA	CONTEÚDOS E BANDEIRAS DE LUTA	CONCLUSÃO	OBSERVAÇÕES
Ser/Out/ 84	1º Dissídio Coletivo dos canavieiros	36 municípios	120 mil canavieiros em greve durante 8 dias	FETAG/CONTAG/STRs/ASSESSORIAS	Salário, tabela de tarefas, sítio, transporte, acidentes de trabalho, Delegados sindicais, assinatura da carteira e comprovante de pagamento (total de 50 cláusulas)	A greve recebe uma adesão majoritária dos trabalhadores (80%), a polícia intervém a mando dos proprietários e prende dirigentes sindicais e obriga a desobstruir os piquetes dos trabalhadores	
1984	Surgem 4 conflitos de terra no Brejo	Baixio (Araruna) Vazante (Tacima) Caiana dos Mares e Quitéria (Alagoa Grande)			VER FICHA DE CONFLITOS DE TERRA		
1985	Surgem 6 conflitos de terra no Brejo	Cachoeira e Engenhoca (A. Nova) Varelo de Cima (Araruna), Maniçoba (Caiçara), Sapucaia (Bananeiras), Mumbuca (Alagoinha)		Posseiros e P.R./STRs/CODH/SEDUP	Após o lançamento da proposta de Plano Nacional de R.A., iniciam levantamentos nos sindicatos de áreas prioritárias e de trabalhadores sem terra	São elaborados vários documentos sobre a situação da terra dos municípios e iniciam caravanas de trabalhadores para entregar documentos ao INCRA	
1985	Conflito trabalhista coletivo	Engenho Gameleira (Areia)			VER FICHA DE CONFLITOS TRABALHISTAS		
08/03/85	Comemoração do Dia Internacional da Mulher	Guarabira	1.000 mulheres	Setor de mulheres da P.R. e SEDUP e Agentes de Pastoral	Libertação da mulher, salário justo, Reforma Agrária, Margarida, exemplo de mulher lutadora, direitos para as empregadas domésticas	Foi um ano em que o movimento se expandiu a outras categorias além das pequenas produtoras, e se destacou a participação ativa de mulheres nos conflitos de terra	
01/05/85	Comemoração do Dia Internacional dos Trabalhadores	Em cada município	-	-	Cada STR realiza suas manifestações		
25/30 de maio/85	IV Congresso dos Trabalhadores Rurais	Brasília	-	CONTAG, 22 Federações Estaduais e 2.600 STRs	Sindicalismo, problemas nacionais questão agrária, política agrícola, questão trabalhista, previdência social		
Jan/85	1º Congresso do Movimento dos Trabalhadores sem Terra	Curitiba(PR)	1.500 delegados de todos os Estados do Brasil	M.S.T.	Algumas lideranças de áreas de conflito do Brejo participam do Congresso. Avaliação das lutas nos Estados, exigências ao Governo sobre: Terra, Colonização e INCRA; articulação do M.S.T. e formas de pressão para a Reforma Agrária		

Jun/85	Prisão de 1 trabalhador de conflito de terra	Araruna				Após 1 mês de prisão o trabalhador é liberado em consequência de uma "greve" de todos os padres da Diocese que repercuta a nível nacional
Jun/85	Eleições Sindicais	Araçagi	Oposição sindical	P.R./SEDUP/ Apoio de outros STRs		A chapa de oposição é eleita com ampla margem de votos. Em 1988, a Diretoria do STR enfrenta uma oposição e é reeleita
11/08/85	Comemoração do 2º Aniversário da Morte de Margarida	Guarabira	10.000 pessoas	PR/STRs e Assessorias	Contra a violência e pela Reforma Agrária, com entrega de um documento sobre o Brejo ao representante do INCRA	É um período de grande mobilização pela terra: acirram-se os conflitos de terra e as mobilizações. Começa um processo de articulação estadual
24/26/08/85	1º Congresso Nacional da CUT	S. Bernardo do Campo-SP	5.200 delegados	C.U.T.	Contra o desemprego, contra o arrocho salarial, Reforma Agrária sob o controle dos trabalhadores, liberdade e autonomia sindical	É eleita a executiva e a Direção da CUT. Jair Meneghelli é o 1º Presidente da CUT. Alguns delegados dos STRs do Brejo participam do Congresso
Setembro/85	Luta das mulheres para a sindicalização	Araruna	30 mulheres trabalhadoras rurais	Mulheres da P.R.	Após 6 meses de luta as mulheres conseguem a sindicalização	Aumenta neste ano a participação das mulheres nos sindicatos
Set/85	Eleição sindical	Tacima	Oposição sindical	P.R./SEDUP e Apoio de alguns STRs renovados		A chapa de oposição é derrotada A eleição acontece num clima de grande tensão pela presença de latifundiários e de capangas armados
Set/Out./85	Campanha Salarial dos Canavieiros	36 municípios da Zona canavieira				Acordo coletivo sem greve A participação nas assembleias diminui

DATA	ACONTECIMENTO	LOCAL E ÂMBITO	PARTICIPANTES	INICIATIVA	CONTEÚDOS E BANDEIRAS DE LUTA	CONCLUSÃO	OBSERVAÇÕES
Nov/85	19 Congresso Estadual da CUT/PB	C. Grande	Cerca de 250 delegados	Várias entidades sindicais do campo e da cidade e as oposições sindicais	Construção da CUT na PB; Análise da conjuntura; Reforma Agrária e sindicalismo	A maioria dos delegados são do campo	O Congresso aprovou a criação da Secretaria da Mulher da CUT/PB
nov/85 5 e 6	Assembleia do Movimento de Mulheres Trabalhadoras	Brejo	80 mulheres	M.M.T./SEDUP	Avaliação do ano e planejamento e mudança de setor mulheres da pastoral em movimento autônomo	Inicia o levantamento de questões específicas das mulheres conjuntamente com outras questões gerais da classe trabalhadora	
20/12/85	19 Encontro Estadual das Áreas de Conflito	Guarabira	50 trabalhadores	STRs do Brejo Litoral	Estudo do plano de Reforma Agrária, levantamento das áreas de conflito	Sugestão de realizar um acampamento em João Pessoa e de criar uma comissão estadual dos conflitos de terra	
Ano de 1986	Iniciam 3 conflitos trabalhistas coletivos	Serra Preta de Baixo (A. Nova), Engenho Vaca Brava (Areia) e Sítio Mata Fresca (Bananeiras)		VER FICHA DE CONFLITOS TRABALHISTAS			
	Surgem 7 conflitos de terra no Brejo	Olho d'Água (Tacima); Jacaré e Almecega (Alagoinha); Ouricuri (Pilões) e Bela Vista (Esperança)		Sapé e Imbiras (A. Nova)	VER FICHA DE CONFLITOS DE TERRA		
11/01/86	29 Encontro Estadual das Áreas de Conflito	J. Pessoa (Centro de Treinamento da Diocese (CENTREMAR)	126 participantes representando todas as áreas de conflito do Estado	STRs-P.R. de Guarabira e J. Pessoa; SEDUP/CODH/ Comissão "Justiça e Paz" de C. Grande, CDDH de J. Pessoa e FETAG	Levantamento da situação da luta pela terra; avaliação e planejamento conjunto	Eleição da Comissão Estadual da Luta pela Terra com dirigentes sindicais, Pastoral Rural e grupos de apoio. Proposta de acampar no INCRA	
De 09 a 16/02/86	Acampamento em área de conflito	Varelo de Cima (Araruna)	Áreas de conflito P.R. do Brejo Litoral e Agreste	P.R.-CUT.SEDUP CODH	Dar apoio aos arrendatários da área que enfrentavam a uma forte repressão e estavam ameaçados de despejo		
Fev/86	Acampamento	Sede do INCRA em J. Pessoa	350 trabalhadores de várias áreas de conflito	P.R.-CUT-FETAG-CENTRUCODH-MMT-Entidades de apoio	Desapropriação das áreas de conflito e negociação com o INCRA nacional. Divulgação dos conflitos a nível urbano e estadual	O acampamento teve uma boa repercussão e foi assinado um termo de compromisso com o INCRA e um cronograma de desapropriações (Durou dias)	

8/03/86	1º Encontro Estadual das Mulheres Trabalhadoras	Guarabira	145 delegadas da PB e de outros Estados	MMT e Secretaria da Mulher da CUT-Apoio SEDUP	Discussão ampla dos problemas das mulheres, unificação das reivindicações para a Constituinte, divulgar as reivindicações e lutas das mulheres	Uma comissão de mulheres foi a Brasília em audiência com vários ministros para entrega da pauta de reivindicações do encontro (Junho)
27/04/86	1º Encontro Estadual das Empregadas Domésticas e Lavadeiras	C. Grande	150 pessoas	Associações das Empregadas Domésticas de J. Pessoa e C. Grande	Levantamento da pauta de reivindicações	As 3 Associações de Empregadas Domésticas (J. Pessoa, C. Grande e Guarabira) iniciam uma articulação permanente
07/04/86	Encontro de latifundiários do Brejo	Guarabira	Grandes proprietários rurais e políticos	Presidente a mesa Agnaldo Veloso Borges	Preside a mesa Os proprietários de terra acusam a Igreja e a CUT de fomentar a violência e de enganar os trabalhadores	Estes encontros são realizados em todo o Estado para preparar a fundação da U.D.R./Pb.
01/05/86	Comemoração do Dia Internacional do Trabalhador	J. Pessoa	3.000 pessoas do campo e da cidade	CUT e CGT	O 1º de Maio - é realizado de forma unitária pelas centrais sindicais	
17 e 18/05/86	1º Encontro de Trabalhadores Rurais Sem Terra do Brejo	Guarabira	50 trabalhadores	P.R.-CUT-SEDUP CODH	Avaliação da situação dos conflitos de terra e planejamento	Após o encontro dá-se uma ocupação de terra em Alagoa Grande que é reprimida pela polícia e desalojada.
Mai/86 Jun/86	Eleição da Diretoria da FETAG	J. Pessoa (Estadual)	Todos os STRs da PB	Diretoria da FETAG	Estavam concorrendo duas chapas. Uma formada por parte da diretoria anterior, a CUT e a Corrente Sindical Independente/Outra pelo restante da Diretoria e alguns sindicalistas mais conservadores	A chapa 1 ganha no Congresso (onde votavam os diretores do SIR mais delegados de base) mas a chapa 2 recorre da decisão convocando o Conselho da Federação (onde só vota um diretor por sindicato) e ganha a eleição

DATA	ACONTECIMENTO	LOCAL E ÂMBITO	PARTICIPANTES	INICIATIVA	CONTEÚDOS E BANDEIRAS DE LUTA	CONCLUSÃO	OBSERVAÇÕES
Jun/86	2º Acampamento	J. Pessoa (sede do INCRA)	Cantenas de tra- balhadores dos conflitos	Comissão Esta- dual de Luta pela Terra	Cobrança do INCRA dos compromi- sos assumidos no 1º Acampamento e não cumpridos	O INCRA alega falta de verbas e de pessoal. Os processos de desapropriação não avançam na PB e somente 10% das metas são alcançadas	
31/07 a 03/08/86	2º Congresso Nacional da CUT	Rio de Janeiro	5.564 delegados de 1.014 entida- des sindicais		Conjuntura do País, nova estru- tura sindical, Estatuto da CUT, Campanha Nacional de Lutas 86	Eleição da nova direto- ria nacional	3 correntes internas dispu- tam a direção
12/08/86	Fundação da UDR na Paraíba	J. Pessoa	Latifundiários e usineiros da Paraíba	Os mesmos	Unificar toda a "classe produto- ra" contra a Reforma Agrária e a organização dos trabalhadores rurais e da Pastoral Social da Igreja	A fundação da UDR ocorre no IIIº aniversário de morte de Margarida e Agnaldo Veloso Borges é eleito como Presidente honorário	
Set/86	Eleições Sindicais	Caiçara	Grupo de oposição sindical	PR/SEDUP e outros sindi- catos renova- dos e oposi- ções sindi- cais	VER ANEXOS	A oposição sin- dical consegue vencer as elei- ções com ampla margem de votos	Após alguns me- ses se dá uma divisão na dire- toria
Set/Out 86	Campanha Salarial dos Canavieiros	36 municípios da zona canavieira		FETAG/CONTAG/ STRs	Renovação do contrato coletivo de trabalho (50 cláusulas)	Dissídio coleti- vo com greve	A participação nas assembleias cai pela metade. A greve é efeti- va só em alguns municípios
15/11/86	Eleições Políticas	Nacional			Várias lideranças das áreas de conflito se apresentaram como candidatos nas listas do PT, mas não são eleitas	Uma vez mais são frustradas as expectativas de um crescimento do PT como expressão político-parti- dária do crescimento do movimento popular	
24/08/86	Comemoração do aniver- sário de morte de Margarida	Pirpirituba	3.000 pessoas	Polo Sindical Brejo MMT/SE- DUP	Homenagem a Margarida, Campanha Salarial, contra a Violência no campo, pela Reforma Agrária, por uma Constituinte com a partici- pação dos trabalhadores	E lançado um documento com a i- dentificação dos mandantes e executores do assassinato de Margarida.	
1987	Surgem 4 conflitos de terra na região	Riacho(Bananeiras) Gameleira e Genipapo(Alagoinha) e Fazenda Sítio (Dona Inês)		P.R.	VER TABELA DOS CONFLITOS DE TERRA		

1º Sem/87		Engenho Jardim (Borborema)		VER FICHA DE CONFLITOS TRABALHISTAS		
	Conflito trabalhista coletivo					
	Abaixo assinado para emendas populares na Constituinte	Vários municípios do Brejo	Abaixo assinado para propor emendas populares à Constituinte	STR da CUT/Mo vimento Sem Terra/Pastoral Rural/SEDUP/ CEBs/MMT	Pelos direitos dos trabalhadores na Constituinte, pela Reforma Agrária, pelos direitos das mulheres, contra o pagamento da dívida externa	Milhares de assinaturas são recolhidas e enviadas à Assembléia Nacional Constituinte e se abre um debate sobre o papel da constituinte entre os trabalhadores
Fev/87	Eleição sindical	Mulungú	Grupo de Oposição Sindical	P.R.	Concorre como Presidente da chapa 2, uma mulher da P.R. e do MMT	Vitória da Chapa 2
08/03/87	Dia Internacional da Mulher	A. Grande	2.000 mulheres	MMT/Secretaria da Mulher da CUT/PB	Pauta de reivindicações sobre os direitos da mulher na constituinte e homenagem a Margarida	Lançamento de um abaixo assinado sobre os direitos das mulheres para a Constituinte
27/04/87	2º Encontro Estadual de Empregadas Domésticas	Guarabira	200 mulheres	Associações da PB	Levantar e organizar as propostas para a Constituinte	
01 e 02/05/87	II Congresso da CUT/PB	J. Pessoa (UFpb)	13 STRs e 8 oposições sindicais rurais; 20 Associações Profissionais e Sindicatos Urbanos; 400 delegados	CUT/PB	Conjuntura Nacional; Questão Agrária; Organização Sindical; Saúde	Eleição da nova diretoria com chapa única
5/05/87	I Encontro Regional do Nordeste de Mulheres Trabalhadoras Rurais	J. Pessoa	30 mulheres de 9 estados	MMT e MST	Levantamento dos grupos e entidades de mulheres trabalhadoras nos Estados. Troca de experiências entre grupos de mulheres e articulação entre os Estados	Uma trabalhadora do Brejo vai à Constituinte duas vezes no ano de 1987 para expor as reivindicações da mulher no campo e denunciar a violência nas áreas de conflito

DATA	ACONTECIMENTO	LOCAL E ÂMBITO	PARTICIPANTES	INICIATIVA	CONTEÚDOS E BANDEIRAS DE LUTA	CONCLUSÃO	OBSERVAÇÕES
Jun/Jul 87	Acampamento de Posseiros da Fazenda Bela Vista (Esperança)	J.Pessoa (Praça dos 3 Poderes)	As 30 famílias de posseiros e trabalhadores das áreas de conflito	P.R. de J.Pes soa e DCCH- Apoio CUT FETAG)	Desapropriação da fazenda e de todas as áreas de conflito		
14/07/87	Passeata e ato público em solidariedade aos posseiros	J.Pessoa	5.000 pessoas do campo e da cidade	CUT/CGT/PR/ Várias entidades urbanas e rurais	Solidariedade aos posseiros, protesto contra a prisão dos posseiros, críticas ao governo do Estado pelo uso da violência, unificar campo e cidade		Foi o maior ato público sobre a Reforma Agrária que unificasse trabalhadores do campo e da cidade.
De mai/ agosto	Paralisações dos professores municipais, serventes e merendeiras	9 greves em 8 municípios	600 professores	MMT-Secretaria da Mulher da CUT/PB-Projeto Rondon	Negociação de uma pauta de reivindicações: piso salarial, carteira conforme CLT; condições de trabalho, eleição direta para diretores		Após um total de 100 dias de greve houve aumento salarial, regularização das carteiras, 13º salário e aumento do salário família. Houve casos de demissão.
20/08/87	Greve Geral	Nacional		CUT e CGT	Contra a política econômica do governo. Pelo não pagamento da dívida externa, Reforma Agrária e pelos direitos dos trabalhadores na Constituinte		Cerca de 500 trabalhadores do Brejo participaram. A greve tem êxito em J. Pessoa e C. Grande
29/08/87	Fundação da CUT Regional do Brejo	Guarabira	39 delegados de 10 sindicatos e 6 oposições sindicais	CUT(SEDUP)	Avaliação das lutas e da organização da CUT, e estruturação da CUT no Brejo		
Set/Out/87	Convenção Coletiva dos Canavieiros	36 municípios da zona canavieira		FETAG/STRs/ CUT/Apoio CONTAG.	Renovação anual do contrato coletivo de trabalho		Acordo coletivo sem greve
16 e 17/ 10/87	1º Encontro Estadual das Trabalhadoras assalariadas da cana e do abacaxi	Sapé	Secretaria da Mulher da CUT/PB e MMT	91 mulheres	Levantamento dos problemas da categoria como trabalhadoras e mulheres para uma organização e uma pauta de reivindicação específica das assalariadas.		

CONCLUSÕES

Ao analisar os conflitos sociais no campo, especialmente a luta pela terra e pelo salário, era nosso objetivo estudar as repercussões políticas destas lutas, sua contribuição para a construção de uma nova identidade política que superasse a heterogeneidade, o isolamento e o "atraso" em que o campesinato estaria inserido.

Para fazer isto a nossa análise relacionou três instâncias: o desenvolvimento das relações de produção capitalistas no campo, os conflitos sociais provocados pelas contradições deste desenvolvimento e os mediadores sociais.

A expansão das relações de produção capitalistas no campo é o fator primordial que joga o campesinato na "modernidade", rompe com os laços de dominação tradicional, o retira do seu isolamento, ao inseri-lo, mesmo que de forma diferenciada, no mercado. Retira-o igualmente do "atraso", na medida em que utiliza formas de dominação mais tradicionais, junto com as mais "modernas", que são articuladas num único processo.

Acompanhando José de Souza Martins:

"... o processo de transformação não recria simplesmente o "atraso" (o "passado"), mas cria a contradição do presente, produz o desenvolvimento desigual do capital, o descompasso dos diferentes tempos que determinam uma relação social que é a relação capitalista".(1)

(1) MARTINS, 1986, pag. 139.

Neste sentido a luta pela terra e pelo salário, não deixam de ser complementares e contemporâneas, contra as várias manifestações e formas que o capitalismo assume no campo. Mas os conflitos, produto das contradições geradas pelo próprio desenvolvimento capitalista, não possuem, em si um conteúdo anticapitalista.

Os trabalhadores, ao entrar num processo de luta, não tem em vista a superação do capitalismo, ou a construção do socialismo. Lutam para preservar e ampliar os espaços de sobrevivência e de reprodução ameaçados, para conquistar melhores salários e condições de vida e trabalho, para ter uma maior participação social, ser considerados como "gente" e cidadãos iguais aos outros. E para fazer isto não precisam necessariamente questionar as relações sociais de dominação e exploração.

O caráter anticapitalista das lutas vai depender da capacidade do sistema de satisfazer as exigências apresentadas pelos movimentos sociais, dentro dos próprios limites, e da intervenção dos mediadores no processo de luta.

As contradições presentes ao nível das relações de produção constituem as "pré-condições estruturais" - para usar a linguagem de Alberoni⁽²⁾ - das transformações sociais, os marcos que põem limites ao processo de luta de classe, de formação e classe e a consciência de classe.

Porém, as potencialidades políticas das lutas não se exauram ao nível econômico: entre as contradições geradas ao nível

(2) ALBERONI, 1978, pag. 2.

da estrutura produtiva e um projeto de transformação social que as supere, existe um "vazio", onde justamente se coloca a ação política.

É neste sentido que levantamos a crítica a concepção substantivista da classe, e propusemos uma abordagem relacional. Mas, tomar a sério a afirmação que não é o "ser de classe" que determina o comportamento político, significa abandonar qualquer tipo de determinismo, e de economicismo, mesmo "dialético". Significa afirmar que o projeto anticapitalista é um projeto entre outros presentes na sociedade, e para que as lutas adquiram um caráter anticapitalista, uma mediação se faz necessária, mesmo que ela não seja "automática nem inevitável".⁽³⁾

Quem realiza a mediação, isto é, literalmente a ponte entre as diversidades dos interesses provocados pelo desenvolvimento capitalista e a possibilidade de uma unidade política - a "unidade na diversidade" - é um grupo social concreto e sociologicamente definido.

Como já mostramos durante a exposição, o momento qualitativamente relevante das lutas é aquele em que, os trabalhadores envolvidos passam, não mais a lutas somente pelos seus interesses específicos, mas para o fortalecimento da própria organização.

O fruto mais significativo, neste ponto de vista, das lutas travadas no campo, é a gestação e criação de um novo sujeito político emergente das lutas.

(3) HOBBSBAWN, 1986, pag. 49.

Este sujeito é formado, no caso em estudo, pela interação de três atores: os trabalhadores da luta, as lideranças, e os mediadores externos.

As três figuras não subsistem de forma separada, mas são produto de uma interação contínua e continuamente renovada entre as três instâncias.

Dependendo do maior ou menor grau de interação destes elementos e de sua capacidade de incidir na transformação social, este sujeito terá menor ou maior consistência e sua ação será mais ou menos eficaz na transformação da sociedade.

Por isso, aprofundando a nossa análise investigamos as contribuições e os limites que os mediadores, Igreja e o movimento sindical, aportam na construção deste sujeito político emergente das lutas.

Ao estudar a relação da Igreja com o movimento popular, é especialmente da pastoral social, mostramos sua importância fundamental, no contexto dado, na criação de uma identidade político/religiosa, mas ao mesmo tempo os limites inerentes, sua natureza institucional, e a visão "ruralista" da luta de classe.

Ao estudar o movimento sindical, mostramos como pesa sobre ele a derrota política das Ligas camponesas e o surgimento de um sindicalismo assistencialista atrelado ao Estado. É com este passado, feito de continuidades e descontinuidades, que o novo sindicalismo tem que se defrontar, para construir o "novo" dentro do "velho".

Finalmente estudamos o principal desafio que se apresenta para o movimento: a fase da institucionalização. A institui-

ção, para utilizar a linguagem de Alberoni, é ao mesmo tempo uma perda para o movimento e a sua "herdeira e guardiã".

A instituição se situa entre a utopia e o carisma dos movimentos no "stato nascente" e o quotidiano, desprovido de orientações de valor. É a instituição o lugar social privilegiado de acumulação e circulação do capital político produzido pelas lutas.

E a instituição que permite a continuidade entre os momentos de pique e de efervescência das lutas e os momentos de quotidianidade, entre os momentos agudos dos conflitos de terra, onde se dá o máximo de união e solidariedade, e os momentos de desagregação, sobretudo após a conquista da terra, quando prevalece a inércia do quotidiano; entre o período de comoção social representado pela greve e o cumprimento do dissídio no dia a dia das condições de trabalho do canavieiro; entre o momento da campanha de oposição sindical, e administração do sindicato conquistado.

É na instituição que se dá a integração das diferenças, através da construção de uma afinidade política e da prática da militância. Militância que nasce no calor das lutas, no movimento, como uma missão, mas que encontra sua realização plena na organização, num processo de profissionalização.

Mas a instituição mantém a sua força enquanto se mantiver fiel ao movimento. O declínio da instituição corresponde a perda desta relação fundamental com o núcleo central representado pelo movimento; até que um outro movimento social venha a sacudir suas pretensões de representação e a continuar assim a dinâmica das transformações sociais.

A trajetória das lideranças emergentes das lutas, é exemplar neste sentido.

Quando o movimento se institucionaliza, se cria uma certa estratificação social interna a classe, entre as lideranças e a base. O investimento que as lideranças encarnam não é somente pessoal, mas representa o investimento coletivo da classe: logo essa estratificação, além de inevitável, constitui a concentração do capital social da classe no seu representante.

Mas este investimento, que personifica o "novo" dos movimentos sociais, está continuamente submetido aos desafios da conjuntura: a liderança mantém seu papel de representação enquanto se mantiverem fiéis as aspirações do movimento; a burocratização aparece quando se perde esta relação fundamental, até que novas lideranças, fruto de novos movimentos sociais venham a questionar esta representação.

Tão importante quanto se perguntar se os trabalhadores rurais são proletários ou pequenos burgueses, se suas lutas são contra a expropriação ou a exploração, é investigar as dinâmicas internas dos movimentos sociais e suas repercussões políticas.

É isto que tentamos fazer, pelo menos de maneira inicial, durante toda a exposição.

BIBLIOGRAFIA

ALBERONI, Francesco

1977 Movimento e Instituzione, Bologna Il Mulino.

AKCELRUD, Isaac

1987 Reforma Agrária e Luta pela Terra no Brasil, cadernos de educação política, São Paulo, Global Editora.

AUED, Bernadete W.

1981 A vitória dos Vencidos, Partido Comunista Brasileiro, PCB e Ligas Camponesas - 1955/1964. Dissertação de Mestrado em Sociologia - CH - Campina Grande, Paraíba.

AZEVEDO, Fernando Antônio

1982 As Ligas Camponesas, Rio de Janeiro, Paz e Terra.

BARBOSA, Ivone T.V.

1985 Mudanças sociais na agricultura e suas implicações para o sindicalismo rural, 1950/1980, tese de mestrado em Sociologia, UFPB, João Pessoa, Paraíba.

BARRINGTON-MOORE, Junior

1975 As Origens da Ditadura e da Democracia, senhores e camponeses na construção do mundo moderno, Lisboa, Cosmos.

BENEVIDES, Cezar

1985 Camponeses em Marcha, Rio de Janeiro, Paz e Terra.

BERTOLAZZI, Annalisa e TOSI, Giuseppe

1985 (a) A greve dos canavieiros da Parríba (1984), texto para o curso de "Movimentos Sociais no Campo", UFPB, Mestrado de Sociologia Rural, Campina Grande, mimeo.

1985 (b) Poder Local e Sindicalismo Rural na Paraíba, texto para o curso "Poder Local e Estado Nacional", UFPB, Mestrado Sociologia Rural, Campina Grande, mimeo.

1987 Relações de Produção na "Plantation" Canavieira do brejo Paraibano. Das relações tradicionais às modernas, texto para o curso "Estratificação Social e Estrutura de Classe", UFPB, Mestrado em Sociologia Rural, Campina Grande, mimeo.

BOURDIEU, Pierre

1974 Condição de Classe e Posição de Classe, in "Hierarquias em Classe", (org. Neuma Aguiar), Rio de Janeiro, Zahar Ed.

1981 La représentation politique. Elements pour une théorie du champ politique. In "Actes de la Recherche", nº 36-37 Paris.

1983 Questões de Sociologia, Rio de Janeiro, Marco Zero.

CADERNOS DO CEDI,

1985 "O reencontro de Elizabeth Teixeira com os Trabalhadores da cana da Paraíba, in "Canavieiros em Greve", CEDI, São Paulo.

- 1985 Canavieiro em Greve, Campanhas Salariais e Sindicalismo. CEDI, nº 14, São Paulo.
- CALLADO, Antonio
- 1964 Tempo de Arraes, Rio de Janeiro, José Alves Ed.
- CANTALICE, Dulce M.B.
- 1985 Capital, Estado e Conflito. Questionando Alagamar, João Pessoa, FIPLAN.
- CORREIA DE ANDRADE, Manuel
- 1980 A Terra e o Homem no Nordeste, São Paulo, Livraria Ed. Ciências Humanas (10 ed.)
- CNBB/CEP,
- 1976 Pastoral da Terra: Posse e Conflitos. A Amazonia Legal, São Paulo, Edições Paulinas.
- CHASIN, José e VAISMAN, Esther
- 1982 Vida e morte das Ligas Camponesas, entrevista com Assis Lemos, in "Ensaio Escrita", nº 10. São Paulo.
- COLIN, Henfrey
- 1987 Poco Encantado: a Formação de um Campesinato Brasileiro; e Onça Pintada; a Formação de um Movimento Camponês. in "Cadernos do CEAS", nº 110 e 111.
- COLLETTI, Lucio
- 1970 Il marxismo e il crollo del capitalismo, (introdução), Bari, Laterza.
- EGLER, Glaudio Antonio
- 1985 Os impactos do PRO-ALCOOL na Paraíba, in "Geonordeste" nº 1.

- FASE, Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional
- 1985 Assalariados Rurais, Novos desafios in "Proposta" , Rio de Janeiro, nº 26, Julho.
- GARCIA, Marie-France,
- 1984 Feira e Trabalhadores Rurais, Tese de Doutorado em Ciências Sociais, Universidade Federal, Rio de Janeiro, mimeo.
- GARCIA, Afrânio Raul
- 1983 O sul: Caminho do Roçado, Estratégias de Reprodução Camponesas e Transformação Social. Tese de doutoramento em Antropologia Social, Museu nacional, Rio de Janeiro, mimeo.
- 1986 Libres et assujettis; la transition des travailleurs dependents en travailleurs libres dans le Nord-Est do Brésil. In "Actes de la Recherche en Sciences Sociales", Paris, nº 65 novembre.
- GIULIANI, Paola Cappellin
- 1985 Reflexões sobre o projeto de reprodução entre assalariados, in "Raízes", Revista de Ciências Sociais e Econômicas, da UFPB, Campus II, Campina Grande, nº 4/5.
- GORZ, André
- 1982 Adeus ao Proletariado. Para além do Socialismo. Rio de Janeiro, Forense Editora.

GRAMSCI, Antonio

1966 La Questione Meridionale, Roma, Editori Riuniti.

1975 Quaderni del Carcere, Edizione critica a cura de
Valentino Giarratana, Torino Einaudi.

1978 Obras Escolhidas, São Paulo, Martins Fontes Ed.

GUEDES PINTO, Luzia Alice Conejo

1979 A CONTAG de 64 a 76, in "Reflexões sobre a Agricultura Brasileira". (org. Nazareth Wanderley), Rio de Janeiro, Paz e Terra.

GUIMARÃES, Sergio e CASTRO, Nadya

1986 Movimento Sindical e Formação de Classe, Elementos para uma discussão Teórico-Metodológica, X^o encontro da ANPOCS, GT "Classe Operária e Sindicalismo", mimeo, UFBA, Salvador.

GRZIBOWSKI, Cândido

1987 Caminhos e Descaminhos dos Movimentos Sociais no Campo, Petrópolis, Vozes/FASE ed.

HEGEDUS, Andrés

1984 A Questão Agrária, in "História do Marxismo", (org. Eric Hobsbawm), Vol. 4, Rio de Janeiro, Paz e Terra Ed.

HOBSBAWM, Eric J.

1978 Rebeldes Primitivos, Estudos sobre Formas Arcaicas de Movimentos Sociais nos Séculos XIX e XX, Rio de Janeiro, Zahar Editores.

1982 Revolucionários, Ensaio Contemporâneo, Rio de Janeiro, Paz e Terra Ed.

- 1987 Mundos do Trabalho, Novos Estudos Sobre História Operária, Rio de Janeiro, Paz e Terra Ed.
- JULIÃO, Francisco
- 1988 Cambão, la otra cara del Brasil, México, Siglo XX Ed.
- KOURY, Mauro G. Pinheiro,
- 1983 A Questão da Terra na Paraíba 'flashes', in "Reforma Agrária", revista da "ABRA", Campinas, Vol. 13, nº 5.
- MARESCA, Sylvain
- 1983 Les Dirigeants Paysans, Paris, Les Edition de Minuit.
- MARQUES, Maria Sedy
- 1988 Pequenos Produtores Rurais: Ideologias Orgânicas, Tese de mestrado em Sociologia da UFPB, Campus II, Campina Grande.
- MARTINS, José de Souza
- 1981 Os Camponeses e a Política no Brasil, Petrópolis, Ed. Vozes.
- 1982 Expropriação e Violência, a questão política no campo, São Paulo, Ed. Hucitec.
- 1984 A Militarização da Questão Agrária, Petrópolis, Ed. Vozes.
- 1986 a A Reforma Agrária e os Limites da Democracia na "Nova República", São Paulo, Ed. Hucitec.
- 1986 b Não há Terra para Plantar neste Verão (O cerco das terras indígenas e das terras de trabalho no renascimento político do campo), Petrópolis, Ed. Vozes.

MARX, Karl

- 1977 Formações Econômicas Pre-Capitalistas, Rio de Janeiro, Paz e Terra (introd. de Eric Hobsbawn).
- 1978 O 18 Brumário, Rio de Janeiro, Paz e Terra (IV ed.)
- 1982 Miséria da Filosofia, São Paulo, Livraria Editora Ciências Humanas.

MIELE, Neide

- 1985 "A Mulher na Palha na cana: Estudo sobre as condições de vida, trabalho e participação sindical da mulher canavieira de Santa Rita", Tese de Mestrado em Sociologia, UFPB, Campina Grande, Paraíba.

MIELE Neide e POTENGY Gisélia,

- 1987 Organização e Prática Sindical no Campo Paraibano: as greves dos Canavieiros, mimeo texto apresentado ao Encontro Anual do PIPSA, Campinas, GT "Movimentos Sociais",

MIRAD,

- 1986 Conflitos de Terra, Relatório Preliminar, mimeo.

NOBREGA, Lígia de Moura Pereira

- 1988 CEBs e Educação Popular, Petrópolis, Vozes.

NOVAES, Regina Célia Reis

- 1983 Fala Margarida, In "Tempo e Presença", revista do CEDI, Rio de Janeiro, nº 186, setembro.
- 1984 Mutirões: Cooperativas e Roças Comunitárias, in "Cooperativismo e Coletivização no Campo: Questões sobre a prática da Igreja Popular, no Brasil". (org. Neide Esterici), Rio de Janeiro, Ed. Marco Zero.

- 1986 Canavieiros no Nordeste: Trajetória de Luta e Desafios Atuais, mimeo, inédito.
- 1987 De Corpo e Alma, Catolicismo, Classes Sociais e Conflitos no Campo, Tese de Doutorado apresentada ao Departamento de Ciências Sociais da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo.
- NOVAES, José Roberto Pereira.
- 1983 Margarida Alves: uma líder sindical, in "Reforma Agrária", boletim da "ABRA", Campinas, São Paulo, Vol. XIII, nº 05.
- 1986 Reflexos do Plano Preliminar de Reforma Agrária na Paraíba, Campina Grande, mimeo.
- 1987 O Primeiro PNRA da Nova República; o sonho acabou?
In "Cadernos do CEAS" Nº 109, maio/junho, Salvador.
- PALMEIRA, Moacyr
- 1976 Diferenciação Social e Participação Política do Camponato, texto preliminar para o Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social do Museu Nacional, Rio de Janeiro (mimeo).
- 1977 Casa e Trabalho. Notas sobre as relações sociais na "Plantation" Tradicional, in "Contraponto", Rio de Janeiro, Centro de Estudos "Noel Nutels", nº 02.
- 1979 Desmobilização e Conflito: Relações entre Trabalhadores e Patrões na Agroindústria Pernambucana, in "Revista de Cultura e Política", São Paulo, nº 4, agosto.

1985 "A diversidade da Luta no Campo: luta camponesa e diferenciação do Campesinato In "Igreja e Questão Agrária" (org. Vanilda Paiva), São Paulo, Ed. Loyola.
 POTENGY, Gisélia Franco

1984 Les Plans de modernization de la Production de la canne a sucre et leurs repercussions sociales et politique dans le Nordeste du Brésil: le cas du Brejo Paraibano, Tese de doutoramento de 3º ciclo, Paris/Nanterre.

1986 As Mudanças nas Relações de Trabalho e o Novo Clientelismo no campo, na Paraíba, in "Relações de Trabalho e Relações de Poder", Núcleo de Estudos e Pesquisas Sociais, do Mestrado de Sociologia da UFCE, Fortaleza.

1988 Mudanças na Estrutura de Poder pós-64: a zona Canavieira do Estado da Paraíba e a comparação com o Sertão, Relatório de Pesquisa para o CNPq.

PASQUINO, Gianfranco

1986 "Movimentos Sociais" e "conflito", in "Dicionário de Política", (org. Norberto Bobbio), Brasília, Editora Universidade de Brasília, pag. 787/791 e pag. 225/228.

PESSANHA, Neves, Delma

1985 A diferenciação sócio-econômica do campesinato, in "Ciências Sociais Hoje" revista da ANPOCS, São Paulo, Cortez Editora.

PERANI, Claudio

- 1984 Pastoral Popular e Assalariados rurais, in "Cadernos do CEAS" Salvador, nº 89.

PORTELLI, Hugues

- 1977 Gramsci e o Bloco Histórico, Rio de Janeiro, Paz e Terra.

PRZEWORSKY, Adam

- 1977 O Processo de Formação das Classes, in "Dados", Rio de Janeiro, nº 16.

RIBEIRO, Ivan

- 1988 Agricultura e Capitalismo no Brasil, in "Presença", São Paulo, nº 11.

ROMANO, Jorge

- 1986 Identidade e Política: Representações e Construção da Identidade Política do Campesinato, in "Relações de Trabalho e Relações de Poder: Mudanças e Permanências", Vol. 1 - Fortaleza - UFCE.

RIZZI, Franco

- 1985 A Internacional Comunista e a Questão Camponesa, In "História do Marxismo" (org. Eric Hobsbawm) Vol. 6, Rio de Janeiro, Paz e Terra, Ed.

SEDUP (Serviço de Educação Popular)

- 1986 Aspectos das condições de vida e de trabalho dos assalariados da Cana-de-Açúcar do Brejo Paraibano, relatório de pesquisa, Guarabira, (Coordenação: Anna Lisa, Bertolazzi, Pablo Sidersky e Giuseppe Tosi).

SCHEBER-WARREN Ilse e KRISCHKE Paulo (Organizadores)

1987 Uma revolução no cotidiano, Os Novos Movimentos Sociais na América do Sul, São Paulo, Brasiliense,

SIGAUD, Lygia

1979 Os Clandestinos e os Direitos, São Paulo, Livraria Editora Duas Cidades.

1980 Greve nos Engenhos, Rio de Janeiro, Paz e Terra.

1985 A Luta de Classe em Dois Atos. Notas sobre um ciclo de greves camponesas, Anais do II Encontro do PIPSA, Botucatu, São Paulo.

SOUZA, Clemilda Maria

1985 Movimento Operário e Luta pela Terra em Pernambuco, in "Raízes", UFPB, Campina Grande, nº 4/5.

THOMPSON, Edward P.

1979 Tradicion, Revuelta y Consciencia de clase, Barcelona, Grijalbo.

1978 The Poverty of Theory and Other Essays, London, Merlin Press.

1987 A Formação da Classe Operária Inglesa, Rio de Janeiro, Paz e Terra, Vol. I, II, III.

THIOLLENT,

1986 Metodologia da Pesquisa-Ação, São Paulo, Cortez Ed.

WALICKI Andrzej

1984 Socialismo Russo e Populismo, in "História do Marxismo" (org. Eric Hobsbawm), Vol. 3, Rio de Janeiro, Paz e Terra Ed.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel

- 1978 Capital e Propriedade Fundiária: suas articulações na economia açucareira de Pernambuco, Rio de Janeiro, Paz e Terra.

WANDERLEY, Américo Amado

- 1988 Engajamento nos Movimentos Sociais. A origem do "Zé Pião", movimento de oposição sindical dos trabalhadores da Construção Civil de João Pessoa, Dissertação de Mestrado em Psicologia da UPPB, João Pessoa.

WRIGHT, Erik Olin

- 1987 Classes, London, Verso Ed.

A N E X O S

TERRA E SALÁRIO JUSTO PARA QUEM TRABALHA



1 DE MAIO SEMANA SINDICAL-82

CARTILHA DE EDUCAÇÃO SINDICAL

AS MULHERES PARTICIPAM ATIVAMENTE DA LUTA PELA TERRA



ARARUNA, PB : AREA DE CONFLITO DO "VARELO DE CIMA", 1986
(foto: Maristela Maffei)

ANEXO Nº 1

FICHA DO CONFLITO DE TERRA

Entrevista com seu G., na casa dele, no dia 17 de julho de 1987 - logo após o ato público em apoio às áreas de conflito realizado em João Pessoa, no dia 14 de julho. Naquele dia, estava acontecendo o despejo dos posseiros da praça e o pessoal acompanhava os acontecimentos pelo rádio.

A - DADOS DA PROPRIEDADE

NOME: Fazenda "BAIXIO" do Riachão de Araruna

REGIÃO: Curimataú

ÁREA: 1.000 hectares

MORADORES: 49 famílias

DE FORA: 1 família

SITUAÇÃO: desapropriada pelo INCRA em 26.12.1985

B - HISTÓRICO DA PROPRIEDADE

O proprietário anterior era JOSÉ TARGINO, mora no Rio Grande do Norte, é um grande latifundiário, que possui outras propriedades. Dono da Usina OITEIRO, de Canguaretama(RN).

RELAÇÕES DE TRABALHO: os moradores eram arrendatários e pagavam um dia de cambão por semana: toda segunda-feira.

Eram todos "nascidos e criados" na propriedade.

C - HISTÓRICO DO CONFLITO

Em julho de 1984, José Targino vende para 3 irmãos, João, Geraldo e Tomás de Aquino e os novos proprietários passam de casa em casa exigindo para os moradores saírem e fazer "acordo", porque querem plantar ca pim e criar gado.

Já no ano de 1983, com a chegada das irmãs de Tacima na comunidade, os moradores começam a se reunir e a rezar junto, e isto incomodava o proprietário que queria impedir as reuniões.

Mas é com os novos proprietários que o conflito começa: ele coloca o gado na lavoura, proíbe de plantar e de criar, entra na justiça com um pedido de despejo.

Os trabalhadores começam a se organizar: procuram o STR de Araruna que marca uma reunião com a FETAG onde encaminham o pedido de desapropriação ao INCRA.

Dentro da propriedade continuam as celebrações e orações "que já vinha de longe"; fazem reuniões entre eles e com o pessoal da P.R.; trabalham em mutirão no roçado comunitário; começam, contra a vontade do dono, a construir um barreiro. Por este motivo, serão presas 27 pessoas em 1984 por ordem judicial, e libertados após 24 horas pela pressão da PR, das comunidades e dos sindicatos vizinhos.

Oito famílias fizeram acordo, mas não saíram da propriedade. Quando viram que a luta estava dando certo, ficaram. Porém, continuam sempre afastadas das outras e ainda hoje fazem críticas a quem trabalha em mutirão no roçado comunitário.

Em 16.12.1984, entraram de noite 60 POLICIAIS porque a gente não deixou que o gado do patrão entrasse.

Em 26.12.85 - A PROPRIEDADE FOI DESAPROPRIADA PELO INCRA.

D - ORGANIZAÇÃO

Dentro da propriedade com reuniões e mutirão; fora da propriedade, participando das atividades da Pastoral Rural e do movimento sindical com bativo (campanha de sindicalização da mulher, atos públicos, manifestações, congressos da CUT-PB...). Participaram de reuniões em Pesqueira (PE) no CECAPAS, projetos alternativos e criação de cabras.

POSIÇÃO DAS COMUNIDADES RURAIS VIZINHAS

Não houve nenhum apoio, não há quem goste da gente.

RIACHÃO: povoado vizinho: pouco apoio

ARARUNA: pouco apoio

TACIMA: as comunidades de base da cidade, onde trabalham as irmãs, apoiaram bastante e continuam apoiando.

POSIÇÃO DO GOVERNO

INCRA: "só foi desapropriado por conta da luta da gente, pelo governo não ia sair".

JUIZ: "foi contra demais, cometeu tantos abusos que até perdeu o cargo".

POLÍCIA: "os proprietários só entravam com proteção da polícia".

POSIÇÃO DO MOVIMENTO SINDICAL

SINDICATO LOCAL: "apoiou no começo, depois esfriou".*

SINDICATOS VIZINHOS: apoiaram os sindicatos vizinhos do brejo

FETAG: acompanhou o processo e mandou advogado.

* Em 1987, as áreas de conflito organizaram uma oposição sindical à Diretoria, mas não conseguiram ganhar.

POSIÇÃO DA IGREJA

PÁROCO LOCAL: ficou no meio

DIOCESE: "O forte foi a Igreja, a quem devemos muita coisa. A Igreja apoiou com o projeto do barreiro (projetos alternativos) e acompanhando nos sempre".

SERVIÇOS: começou agora um curso de formação de base do SEDUP e o setor de pequenos produtores do SEDUP ajudou a gente a fazer o projeto São Vicente e o Projeto dos Sem Terra.

Ajudaram muito as áreas do conflito do Brejo: Varelo de Baixo, sobretudo Cajá, Carvalho, Vazante... Na noite da polícia tinha muita gente das outras áreas e da Pastoral Rural, dos serviços da Diocese, sobretudo os advogados.

E - SITUAÇÃO ATUAL

Desapropriada no dia 26.12.85, sem assentamento.

"As pessoas não possuem condições para trabalhar a terra toda e estamos até trabalhando fora, dando dias de serviço, plantando capim para o latifúndio".

Alguns saem ainda para cortar cana na época da safra.

Existe uma proposta do INCRA para o assentamento:

1.000 ha = área total

100 ha = área improdutiva (rios, lajedos, pedras...)

200 ha = área de "reserva legal" (mata que deve ser preservada)

24 ha = 2ha para as 12 pessoas acima de 60 anos

666 ha = área disponível

26 famílias - capacidade de assentamento (26 famx25ha=650ha)

12 famílias: famílias "excedentes"

O INCRA SÓ TITULA A TERRA SE FOR COM 25ha, e "sobram" 12 famílias, para serem posteriormente assentadas em outra área a ser desapropriada. Não se sabe aonde, nem quando.

O INCRA prometeu instalar luz, água (poços artesianos), construir uma agrovila, fazer estradas, escolas...

Na comunidade não há consenso. A proposta do INCRA de "tirar" 12 famílias está criando muita discussão.

Após a desapropriação, os moradores criaram uma ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES DO BAIXIO (AMOB)", da qual participam 33 famílias.

Reunem-se a cada 15 dias e já elaboraram dois projetos produtivos:

1. o projeto São Vicente: que já foi aprovado com um montante para a construção de uma casa de farinha comunitária, armazém, silos, boi de tração e carroça;
2. um projeto do MIRAD/SEM TERRA ainda não aprovado.
3. um pedido ao "PROJETO NORDESTE" para a aquisição de um trator*

- continua o trabalho em mutirão no roçado comunitário de 6,50ha, onde trabalham 19 famílias, plantando banana, feijão e mandioca.

- Um grupo de 18 famílias está participando do curso de formação de base do SEDUP.

Um grupo de famílias (8 ou 10) continua fora das atividades da comunidade e até contra, criando um clima de tensão interna...

* o trator foi entregue em 1987.

Estão sendo discutidas propostas alternativas para o INCRA, elaboradas pelo grupo da comunidade e da associação:

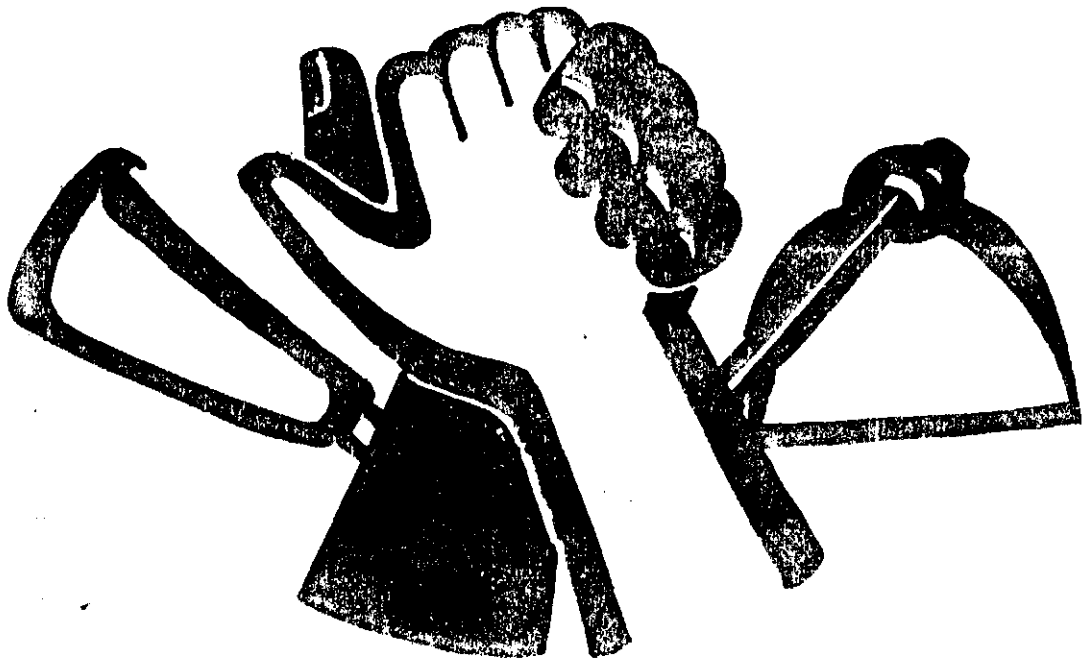
- . fazer um título só em nome da ASSOCIAÇÃO registrada legalmente, e depois dividir internamente os lotes deixando uma parte de roçado comunitário;
- . As pessoas não poderiam vender os seus lotes, quando saírem deixam o lote para a associação e recebem uma indenização das benfeitorias.
- . outros querem a titulação pura e simples dos lotes individuais, mesmo abaixo do módulo rural.

Ia ter uma reunião para decidir isto com toda a comunidade e já houve reuniões da P.R. para discutir a situação de várias áreas de assentamento.

Adendo: 1988

Apesar dos problemas internos e da falta de apoio do MIRAD, os assentados estão ocupando sempre mais áreas com a ajuda do trator e aumentando significativamente a produção de feijão, mandioca, milho e frutas.

**SALÁRIO JUSTO
TERRA**



1º de MAIO de 83

ANEXO Nº 2
RELAÇÃO COM A TERRA

Relação com a terra	Situação de moradia			
	rua	povoado	sítio	engenho/usina
Sem acesso à terra	36%	11%	4%	9%
Terra própria	2%	11%	42%	-
Terra arrendada	23%	31%	27%	-
Terra em parceria	10%	-	4%	-
Terra cedida pelo patrão	3%	8%	19%	89%
Terra cedida por outro	26%	35%	4%	2%
	100%	100%	100%	100%

(Note: Brackets in the original table indicate cumulative percentages: 64% for 'rua' (rows 2-6), 89% for 'povoado' (rows 2-6), 96% for 'sítio' (rows 2-6), and 91% for 'engenho/usina' (rows 2-6).)

Em 1984, ano em que a pesquisa foi realizada, a grande maioria dos canavieiros "botavam roçado"; mesmo entre os trabalhadores que moram na ponta de rua, esta percentagem se mantém alta (64%)

Dados: Pesquisa do SEDUP sobre as condições de vida e de trabalho dos assalariados da cana-de-açúcar do Brejo Paraibano, 1985.

QUANTIDADE DE TERRA (em %) CONFORME O LOCAL DE MORADIA

Quantidade de Terra	Local de moradia			
	rua	povoado	sítio	engenho/usina
- de 0,5ha	59	43	28	59
de 0,6 a 1ha	13	35	20	21
de 1 a 2ha	20	13	32	17
de 2 a 3ha	5	5	12	3
de 3 a 5ha	3	4	8	-
T O T A L	100	100	100	100

A quantidade de terra que os assalariados dispõem para trabalhar é bastante pequena:

53% das famílias ocupam menos de meio hectare

20% entre meio e um hectare, o que significa 73% das famílias trabalham menos de 1 hectare

SE distribuimos os dados por local de moradia, observamos que:

- . a quantidade de terra trabalhada pelos moradores e os trabalhadores das pontas de rua e povoados é praticamente igual (cerca de 80% trabalha menos de 1 hectare)
- . os trabalhadores que moram nos sítios, isto é os pequenos produtores, possuem relativamente mais terra (52% possui entre 1 e 5ha).

ANEXO Nº 3

CONDIÇÕES DE TRABALHO

A maioria dos trabalhadores canavieiros do Brejo trabalha por produção (75%), durante em média 4 ou 5 dias por semana, tendo uma jornada de trabalho de 9 horas por dia, aproximadamente e recebendo, em média, a metade do salário mínimo em vigor.

A média da remuneração semanal para os trabalhadores "na diária", é menor do que a dos trabalhadores "na produção".

Para o canavieiro, esse "ganho" maior na produção, parece vantajoso, embora esconda uma maior exploração. Ele se esforça mais para atingir as cotas de produção, ou é ajudado pelos membros da família que se incorporam ao trabalho para que a tarefa seja cumprida mais rapidamente.

Os serviços pagos na diária são os que dependem menos de um esforço físico dos trabalhadores (consertos de cercas, e outros trabalhos rotineiros de manutenção das fazendas), ou os considerados específicos de mulheres e crianças (como adubação e plantio). São geralmente pagos por produção, serviços que se o trabalhador se esforçar mais, poderá aumentar a produtividade (corte da cana, enchimento de caminhão, cambitamento, etc...).

Nesses casos se joga com a disposição do trabalhador, estimulando a usar ao máximo sua força física, para obter o "prêmio" de uma maior remuneração.

Em particular merece atenção a combinação de dois fatores: o trabalho na produção e o trabalho durante 5 dias da semana.

A combinação destes dois fatores é um expediente encontrado pelos proprietários para permitir uma superexploração da mão-de-obra e diminuir a remuneração.

Não existe, de fato, um controle sobre a produção: a "tabela de tarefas" aprovada nos dissídios coletivos, é difícil de ser aplicada. Isto faz com que as tarefas para a "limpa de mato" e a quantidade de "cargas"(*) necessárias para alcançar o salário do Dissídio, sejam sempre excessivas, de forma tal que, no decorrer do dia, o trabalhador não tem condições de limpar ou cortar a quantidade mínima e é obrigado a "esticar" a jornada de trabalho ou a se submeter a ritmos intensivos.

Do lado patronal este sistema oferece duas vantagens:

- . remunera o trabalhador na base da produção obtida e não das horas trabalhadas, tendo assim um controle preciso sobre o "quantum" de trabalho;
- . não permite ao canavieiro que trabalhe a semana toda e assim não tenha direito ao repouso semanal remunerado, às férias e ao 13º integral.

Aparentemente, para o canavieiro, a desvantagem de trabalhar na produção é evidente: se optar pela diária receberia o salário completo e o repouso remunerado, sem necessidade de se submeter a ritmos esgotantes. No entanto, a maioria deles preferem trabalhar por "produção", independentemente da obrigação do patrão, por três motivos:

- a) porque não querem estar "sujeitos" ao controle do ritmo de trabalho do apontador, que permanece o dia todo incitando-os a trabalhar;
- b) porque querem reservar alguns dias para cuidar do roçado familiar ou de pequenos negócios.

(*) se entende por "carga", a quantidade de cana cortada que um burro pode transportar e que varia conforme o tamanho do "cambito", isto é, da armação de madeira utilizada para colocar a cana em cima do burro. No brejo o dissídio estabelece que o peso da carga não pode ser superior a 100kg, mas, normalmente, a carga varia entre 120 e 150kg, podendo chegar até a 180kg. Esta carga não é pesada no momento do corte, mas medida "a olho", conforme o costume, o que ocasiona grandes variações de peso.

c) porque os trabalhadores "mais dispostos" conseguem produzir mais e assim ganhar mais.

A solução deste "impasse" seria o respeito dos proprietários da tabela de tarefas acordada nos dissídios e o pagamento do repouso semanal proporcional aos dias trabalhados ou a produção alcançada.

ANEXO Nº 4**DIREITOS GARANTIDOS POR LEI OU DISSÍDIO COLETIVO**

Os direitos dos trabalhadores canavieiros, em princípio, são os mesmos garantidos pela legislação em vigor para os demais trabalhadores rurais brasileiros, e consignados no Estatuto do Trabalhador Rural e na CLT. Os canavieiros, no entanto, são ainda beneficiados pela Lei nº 57.020 (conhecida como "lei do sítio") que concede a todo trabalhador que tenha mais de um ano de morada, o direito de dispor de uma área de até 2ha, para cultivo de produtos de subsistência.

A Pesquisa realizada pelo SEDUP em novembro de 1984, um mês após a greve, comprovou como, naquela época, a maioria dos direitos trabalhistas não eram respeitados pelos empregadores, assim como tampouco a "lei do sítio", e que não havia diferença significativa quanto ao tipo de empregadores: usinas, engenhos ou fornecedores.

CARTEIRA DE TRABALHO

85% dos entrevistados não tinha a carteira de trabalho assinada pelo empregador.

DÉCIMO TERCEIRO (13º) SALÁRIO

47% dos canavieiros não receberam o 13º salário em 1983; entre os restantes que o receberam, o valor médio foi de 1/3 do salário.

PAGAMENTO DA INDENIZAÇÃO POR TEMPO DE SERVIÇO

78% dos trabalhadores que saíram da propriedade no último ano não receberam indenização alguma.

COMPROVANTE DE PAGAMENTO

De acordo com a lei, os patrões teriam a obrigação de entregar o pagamento semanal em envelopes ou comprovantes timbrados, com indicação das quantias pagas, os dias de serviço ou a produção obtida, as horas extras, os descontos, e o nome do empregado e do empregador.

Entre os trabalhadores entrevistados, nenhum estava recebendo qualquer tipo de comprovante.

AUXÍLIO EM CASO DE DOENÇA OU ACIDENTE DE TRABALHO

É garantido por lei ao trabalhador acidentado, ou que tenha contraído uma enfermidade por causa do trabalho, receber do empregador a complementação do seu salário correspondente ao período conforme atestado médico.

Da mesma forma, em caso de outras enfermidades, o empregador é obrigado a pagar ao trabalhador os primeiros 15 dias, em que tiver que faltar ao serviço.

No entanto entre os trabalhadores que, durante o ano anterior tiveram que interromper o serviço por doença ou acidente de trabalho, 67% não receberam nenhum auxílio por parte do empregador, 23% receberam apenas uma parte do salário e, apenas 10% receberam como se estivessem trabalhando.

BARRACÃO

Somente 13% dos entrevistados declarou que foram descontadas do seu salário as despesas feitas no "barracão" de propriedade da Usina do do Engenho; o que indica o quase desaparecimento do sistema do "barracão", antes generalizado, que é porém substituído pelas dívidas que o trabalhador contrai com o "bodegueiro" na cidade.

RECEBIMENTO DOS DIAS DE GREVE

O dissídio de 1984, foi considerado legal, e por isso os trabalhadores teriam direito a receber todos os dias em que ficaram parados (8 / 9), mas, do total dos entrevistados, somente 3% conseguiu receber algum pagamento desses dias de paralisação.

TABELA DE TAREFAS

A "tabela de tarefas" regula o trabalho "por produção" e prevê, entre outras coisas: o aumento do preço das tarefas conforme os aumentos salariais, o controle dos instrumentos de medição e peso (balanças, varas, "medição morro acima" e "morro abaixo", cambitos) e garante preços diferenciados de acordo com as condições de trabalho (solos ou plantas mais difícil ou mais fácil de trabalhar...).

Estas normas são, geralmente, desrespeitadas e fontes de tensão contínua entre trabalhadores e patrões.

Os aumentos salariais não são aplicados, os pesos e medidas não são fiscalizados e as "tarefas" excedem as determinações fixadas nos dissídios coletivos.

OUTROS DIREITOS

Uma grande parte dos direitos garantidos por lei sequer são conhecidos pelos trabalhadores, tais como: restauração da moradia por parte do patrão; garantia de moradia para os dependentes, no caso do chefe de família ser demitido sem justa causa; recebimento do repouso remunerado e de férias; pagamento de horas extras e noturnas; obrigação do proprietário de manter escolas para os filhos dos trabalhadores, sempre que houver 50 ou mais empregados na propriedade; remuneração maior em atividades insalubres ou perigosas; proteção para a mulher gestante, pagamento das mulheres e menores de 16 a 18 anos igual para trabalho igual...

ANEXO Nº 5
CONDIÇÕES DE VIDA DAS FAMÍLIAS DOS CANAVIEIROS

As famílias dos canavieiros são, geralmente, numerosas: em média, 7 pessoas por família. Em cada família costuma trabalhar um número expressivo de pessoas, 3 por família (2 na cana de açúcar e 1 no roçado), sendo significativo o número de menores que trabalham (33% da mão-de-obra canavieira tem menos de 18 anos).

É uma população que depende basicamente dos trabalhos agrícolas para a sua sobrevivência, da qual provém a sua principal fonte de renda.

A renda monetária por família na época, não chegava a um salário mínimo (era 97% deste valor).

Mais de 80% da renda familiar obtida pela família provinha do assalariamento na cana-de-açúcar, o restante era complementado por outras fontes de renda tais como: a aposentadoria de um ou mais membros da família, assalariamento em outras atividades agrícolas, a produção própria de alimentos para o consumo ou a venda, recursos eventuais enviados por parentes que emigraram para outras cidades, e outros biscaites e expedientes.

Vale destacar a relação destes assalariados com a terra. 80% das famílias "botou roçado" no último ano, mesmo não sendo proprietário das terras. Nestes roçados são, em geral, produzidos tanto alimentos para o consumo da família, como outros produtos agrícolas (algodão e açafrão, banana) para o mercado.

62% das famílias cria animais domésticos, a maioria de pequeno porte.

Moradia

47% das famílias moravam em casa própria, geralmente de taipa, construídas por eles mesmos, com a colaboração de parentes e amigos em "mutirão".

Sabe-se que muitos dos que moram nas cidades e nos povoados, receberam o "chão de casa" e/ou o material para a construção dos padrões ou políticos locais, que utilizam este expediente, para expulsar o morador sem pagar os "direitos".

Somente 29% das casas possui água encanada; mesmo nas cidades, em apenas 55% das casas havia água encanada.

72% das casas não utilizam energia elétrica; mesmo entre as moradias urbanas, apenas 50% delas utilizavam este serviço.

ANALFABETISMO E FREQUENCIA ESCOLAR

62% das pessoas que compõem as famílias dos canavieiros não sabiam nem ler nem assinar; 23% sabiam assinar o nome e somente 14% declararam que sabiam ler e escrever.

Podemos, portanto, considerar que 85% das pessoas eram analfabetas.

49% das pessoas em idade escolar obrigatória (entre 7 e 14 anos) estavam frequentando algum tipo de escola, mas entre estas pessoas, apenas 11% sabia ler, 18% só sabia assinar o nome, sendo o restante totalmente analfabeto.

Os índices de analfabetismo são altos também em qualquer faixa etária, o que indica que os jovens não estão se alfabetizando mais do que os pais.

Tabela 18: Grau de analfabetismo, em % , por idade

Grau de analfabetismo	de 7 a 14 anos	de 14 a 18 anos	acima de 18 anos
Ler	11	22	12
Assinar	18	28	26
Analfabetos	70 88	50 78	61 87
T O T A L	100	100	100



(foto: Maristela Magfeci)

ELIZABETH TEIXEIRA, viúva de JOÃO PEDRO TEIXEIRA, líder campones de Sapé, Paraíba, assassinado em abril de 1962.

"Luto pela liberação dos camponeses. Luto porque agora são quem pode viver é o latifundiário, e quero que também o camponês possa viver. Luto porque vejo meus filhos sem escola, e muitas vezes sem comida. Luto porque cansei de ver meninos nus à beira do rio, esperando que seque a única roupa que a mãe lavou"

(Palavras de Elizabeth ao assumir a presidência da Liga Campones do Estado da Paraíba, em 1962.)

"DA LUTA EU NÃO FUJO"

(Margarida Maria Alves)



(foto: SEDUP)

ALAGOA GRANDE: Concentração e Missa de sétimo dia de Margarida Maria Alves (Presidenta do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de A. Grande), assassinada a mando dos usineiros do açúcar, em 12 de agosto de 1983.

8 DE MARÇO -87
DIA DA
MULHER



*"Da luta eu
não fujo!"*
Margarida Maria Alves.

QUEM MATOU MARGARIDA?

No dia 12 de agosto de 1983 MARGARIDA MARIA ALVES, presidente do Sindicato de Trabalhadores Rurais de Alagoa Grande é assassinata na porta de sua casa, com um tiro de espingarda calibre "12" que a atinge em pleno rosto. O crime é cometido por um homem encapuçado que foge num ' Opala vermelho, onde o esperavam duas outras pessoas.

QUEM ERA ESTE HOMEM?

QUEM DIRIGIA O OPALA VERMELHO?

QUEM MANDOU MATAR MARGARIDA E PORQUE?

Hoje, a distância de cinco anos do bárbaro assassinato, a CUT, Central Única dos Trabalhadores, da Paraíba, através de seus advogados conseguiu reunir elementos suficientes para responder a todas estas perguntas e apontar os responsáveis do crime.

PORQUE MATARAM MARGARIDA?

Logo após o assassinato o movimento sindical e a Igreja da Paraíba apontavam claramente para o "motivo" do crime: encaminhamento de ações trabalhistas na justiça. No momento do assassinato de sua presidenta o STR de Alagoa Grande tinha 72 ações na Junta de Conciliação e Julgamento de Campina Grande. Apesar de se pautar nos limites da lei, esta prática era vista como um desafio pelo "potentatos", como Margarida costumava chamá-los, que mandam na região.

A atuação de Margarida encomodava especialmente o chamado "GRUPO DA VÂRZEA", formado por usineiros e latifundiários que exercem um papel influente na vida econômica e política da Paraíba e cujo chefe reconhecido e temido é o proprietário da Usina "TANQUES" de Alagoa Grande, AGNALDO VELOSO BORGES.

As atitudes violentas deste grupo contra os trabalhadores e seus dirigentes são conhecidas em toda a Paraíba desde os tempos das Ligas Camponesas. Em 1962, Agnaldo Veloso Borges foi incriminado no inquerito que apurava o assassinato do líder camponês JOÃO PEDRO TEIXEIRA como sendo o principal mandante e autor intelectual do crime.

Em 1986 o GRUPO DA VÂRZEA fornecerá os principais quadros da UDR (União Democrática Ruralista) que tem como seu presidente de honra o próprio Agnaldo Veloso Borges e cuja fundação foi realizada no dia 12 de agosto de 1986, no dia em que os trabalhadores comemoravam o terceiro aniversário do crime de Margarida.

O QUE A POLÍCIA APUROU SOBRE O CRIME?

Na semana seguinte ao crime, o Governador da Paraíba Wilson Braga designou um delegado especial, Gilberto Rosas para acompanhar o caso, e prometeu um rápido esclarecimento do crime, "doa a quem doer".

Mas o inquerito nunca conseguiu apurar a complexa trama do crime. Após mais de um ano de investigações o delegado Gilberto Rosas conclui o inquerito incriminando somente Carlos Coutinho Régis, fornecedor de cana do município, conhecido como "Carlinhos".

Este proprietário sabe muita coisa sobre o crime, porque fazia parte do grupo que mandou matar Margarida, mas não é a figura mais importante e teve uma participação menor no planejamento e execução do assassinato.

E OS OUTROS MANDANTES E AUTORES INTELECTUAIS?

E OS EXECUTORES MATERIAIS?

Estas pessoas continuariam na mais completa impunidade, e iriam cometer, nos anos seguintes, muitos outros crimes e assassinatos.

O SINDICATO DO CRIME

Após a conclusão do inquerito tres fatos importantes aconteceram e que tem uma relação direta com o assassinato de Margarida.

Eles fornecem o quadro completo de quem foram os mandantes e os executores, o quadro do SINDICATO DO CRIME.

1) No mês de janeiro de 1986 é morto a tiros dentro de seu carro, Em Campina Grande, o motorista SEVERINO CARNEIRO DE ARAÚJO, conhecido como BIU GENÊSIO.

A viúva, dona Maria do Socorro Neves de Araújo, acompanhada pelo advogado do CDDH da arquidiocese Antonio Barbosa, denuncia ao delegado e ao Juiz da cidade de Areia que o crime foi cometido pelo soldado da polícia militar lotado em Campina Grande, BETÂNEO CARNEIRO DOS SANTOS, porque o esposo "sabia muitas coisas" sobre o assassinato de Margarida.

Do seu depoimento, depositado em cartório, - cuja cópia apresentamos em anexo - se evidenciam os seguintes fatos:

- a) O marido de dona Socorro foi o motorista que dirigia o opala vermelho utilizado pelos criminosos;
- b) O motorista levava consigo, no carro, o soldado da polícia militar Betâneo, que foi o homem encapuçado que disparou o tiro, além de uma outra pessoa que não soube identificar;
- c) Entre os mandantes do crime estaria o EDMAR PAZ DE ARAÚJO, conhecido como "MAZINHO", forneceodr de cana do município

DO VELOSO BORGES, JOSÉ GUSMÃO DE BUARQUE NETO, conhecido como "ZITO BUARQUE" e genro de Agnaldo, ANTÔNIO DE ALMEIDA RÊGIS, pai de "Carlinhos" e JOÃO CARLOS DE MELO, conhecido como "BRANCO PEREIRA".

A viúva afirma, no seu depoimento, que várias vezes o soldado Betâneo e o seu esposo se encontravam com o Mazinho e com o Zito Buarque e outros proprietários acima citados.

2) No mês de janeiro de 1987 "MAZINHO" e CLAUDINHO BORGES, sobrinho de Agnaldo, são mortos durante um tiroteio com um soldado da P.M. num bar de Alagoa Grande.

Claudio Borges estava implicado no assassinato de um trabalhador de área de conflito de terra em Itabaiana, e Mazinho era um dos principais suspeitos no "caso" Margarida.

OUTRA "QUEIMA DE ARQUIVO"?

3) No mês de março de 1987 o "caso Margarida" volta de novo nas primeiras páginas dos jornais. No vizinho estado de Pernambuco são presos tres soldados da P.M., entre eles o Betâneo, acusados de serem os executores do assassinato do advogado de trabalhadores rurais de Pernambuco Evandro Cavalcanti, morto a tiros em frente da sua casa em Surubim, Pe.

A imprensa logo faz uma ligação entre este crime e o assassinato de Margarida.

Torna-se assim de público dominio o que o movimento sindical e as entidades de Defesa dos Direitos Humanos da Igreja denunciavam há muito tempo. Isto é a existência de um SINDICATO DO CRIME, integrados por efetivos da P.M. - verdadeiros capangas fardados - a serviço dos grandes proprietários e políticos da região para executar assassinatos de dirigentes e assessores sindicais, e qua agiam impunemente, acobertados pelas autoridades civil e militares.

A este sindicato do crime são atribuidas mais de vinte assassinatos "misteriosos", a maioria executados a luz do dia e com os mesmos métodos, acontecidos nos últimos anos na Paraíba e nos Estados vizinhos.

O JULGAMENTO

No dia 27 de junho de 1988, a cinco anos da morte de Margarida, estava marcada a primeira audiência do processo para apurar os responsáveis .

No processo, que conta com mais de 8.000 páginas, somente o fornecedor de ~~cama~~ ANTONIO CARLOS COUTINHO RÊGIS é apontado como responsável do crime. E os outros?

Nem o soldado Belâneo, nem os outros mandantes, os "peixes graúdos" que fazem parte do GRUPO DA VÂRZEA, são chamados a responderem no processo.

O processo, apesar do injustificável atraso, é a primeira iniciativa concreta da Justiça para chegar ao esclarecimento do crime e a punição dos culpados. Mas, para que não seja arquivado como tantos outros, é preciso que todas as pessoas envolvidas sejam nele incluídos e submetidos à punição exemplar e rigorosa.

Os advogados de acusação estão utilizando todos os instrumentos legais para que isso aconteça. Eles são pessoas altamente competentes e comprometidas com a causa dos trabalhadores, como Antonio Barbosa, advogado de trabalhadores rurais na Paraíba e atualmente representando a C.U.T., Gilberto Marques de Recife, que se destacou na sua atuação no caso do "escandalo da mandioca" de Pernambuco, e Luis Eduardo Greenalgh de São Paulo, contratado pela CUT NACIONAL e que já atuou em vários processos similares em todo o Brasil, inclusive no caso de assassinato do Padre Josimo Tavares.

Mas é preciso também a vigilância da opinião pública e a pressão de todas as pessoas e entidades da sociedade civil que estão comprometidas com a Justiça neste País e que querem acabar, de uma vez por todas, com a impunidade que cobre os criminosos que matam trabalhadores e dirigentes sindicais em luta por seus direitos, e os advogados, padres e religiosas que os apoiam.

Por isso a CUT da Paraíba conclama todos os trabalhadores a comparecerem massivamente as audiências do processo para manifestar seu repúdio e pressionar a fim de que justiça seja feita.

JOÏA PESSOA, PARAÍBA

EXECUTIVA DA CUT ESTADUAL

JUNHO DE 1988

CRONOLOGIA DAS PRINCIPAIS MOBILIZAÇÕES POPULARES CONTRA O ASSASSI-
NATO DE MARGARIDA MARIA ALVES

- 12.08.83 - Por volta das 18 horas, Margarida Maria Alves é assassinada na porta de sua casa, em Alagoa Grande, com um tiro de espingarda calibre 12, que a atinge em pleno rosto. O crime é cometido por um homem encapuçado que foge num opala vermelho, onde o esperavam outras duas pessoas.
- 14.08.83 - O corpo de Margarida é enterrado no cemitério local. O enterro reúne milhares de trabalhadores do município e de toda a Paraíba. A encomenda do corpo é oficiada pelo Bispo de Guarabira dom Marcelo P. Carvalheira e pelo Bispo de Afogados de Ingazeira, Dom Francisco Austragesilo.
- 19.08.83 - Uma grande multidão de pessoas participa da celebração da missa de sétimo dias e do ato público convocado pelo movimento sindical do Brejo da Paraíba.
- 27.08.83 - Em Alagoa Grande se realiza o lançamento da "CAMPANHA TRABALHISTA" dos canavieiros da Paraíba, com a presença de mais de sete mil pessoas, no dia escolhido pela própria Margarida para marcar o início da campanha no seu município.
- 13.08.84 - No primeiro aniversário de morte de Margarida se realiza um ato público em Alagoa Grande com repercussão nacional. Uma multidão de mais de seis mil trabalhadores participa da manifestação onde se pede punição para os assassinos, justiça e o fim da violência contra os trabalhadores rurais e seus dirigentes. Estavam presentes, entre outros oradores, o presidente da CONTAG, Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura, e o presidente do PT Partido dos Trabalhadores, Luis Inácio da Silva, o Lula. A comemoração foi iniciada com a missa celebrada pelo Bispo de Guarabira e vários padres da Diocese.
- 12.08.85 - Na cidade de Guarabira, acontece uma grande manifestação em comemoração ao segundo aniversário da morte de Margarida com a presença de oito mil trabalhadores. A manifestação, dirigida pelo movimento sindical e pela Pastoral Rural da Diocese pede o fim da violência no campo e a punição dos assassinos de Margarida. Ao mesmo tempo é lançada a campanha da Reforma Agrária e a Campanha Salarial dos canavieiros, duas lutas em defesa das quais Margarida perdeu a sua vida.

24.08.86 - Tres anos após a morte de Margarida se realiza em Pirpirituba um outro ato público organizado pelos sindicatos da CUT e pelo Partido dos Trabalhadores, em protesto pela impunidade do crime de Margarida. Nesta oportunidade os advogados do movimento sindical apresentam provas e documentos que apontam claramente os mandantes e executores do crime.

08.03.87 - Em Alagoa Grande se comemora o DIA INTERNACIONAL DA MULHER, pelo Movimento da Mulher Trabalhadora do Brejo paraibano e pela Secretaria da Mulher da CUT/Pb. O tema central foi a mulher trabalhadora na luta por uma nova sociedade, ressaltando o exemplo que Margarida deu para todas as mulheres.

Durante estes anos inúmeros outros eventos comemoraram o martírio de Margarida na Paraíba e em todo o Brasil, através de programas de rádio, abaixo assinados, encontros. A imprensa falada e escrita de todo o País - e até do exterior - comentou repetidas vezes os fatos relativos a morte da Líder sindical.

O nome de Margarida e seu exemplo se espalham rapidamente por todo o País, várias escolas, associações, ruas e praças são tituladas a líder sindical.

Em 1987 a CUT, Central Unica dos Trabalhadores, acolhendo propostas de vários movimentos de mulheres trabalhadoras do Brasil, proclama o dia 12 de agosto, como DIA NACIONAL DE LUTA PELOS DIREITOS DA MULHER TRABALHADORA.

A luta dos trabalhadores rurais e urbanos da região, pela Reforma Agrária, pelos Direitos Trabalhistas e pela participação da mulher no sindicalismo renovado e combativo, continuou e tomou mais vigor após a morte de Margarida.

O movimento sindical combativo - do qual Margarida foi uma precursora - se fortaleceu através da fundação da CUT/Pb, da qual hoje, se ela fosse viva, seria certamente uma das lideranças mais expressivas e destacadas.

NÃO É RETÓRICA, POIS, AFIRMAR, ACOMPANHANDO O SENTIMENTO POPULAR,

QUE "DO SANGUE DE MARGARIDA ... OUTRAS TANTAS MARGARIDAS FLORECERÃO"

JUNHO DE 1988

-

C.U.T / Paraíba

C.U.T. / Regional Brejo